PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Secretaria da Família
e Desenvolvimento Social

PLANO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2012 – 2015

CURITIBA

2012

GOVERNO DO PARANÁ
CARLOS ALBERTO RICHA

SECRETARIA DE ESTADO DA FAMÍLIA E DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
FERNANDA BERNARDI VIEIRA RICHA

DIRETORA GERAL

Letícia Raymundo

ASSESSORIA TÉCNICA

Ana Maria Macedo

UNIDADE TÉCNICA DO PROGRAMA FAMÍLIA PARANAENSE

Letícia Regina Hillen dos Reis

COORDENAÇÃO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Gladys Maria Teixeira Tortato

COORDENAÇÃO DE PROTÇÃO SOCIAL ESPECIAL

Mara Ferreira

COORDENAÇÃO DE RENDA E CIDADANIA

Nircélio Zabot

COORDENAÇÃO DA GESTÃO DO SUAS

Larissa Marsolik Tissot

Equipe de elaboração

Alexandre Dias Creti
Elenice Malzoni
Larissa Marsolik Tissot
Louise Ronconi de Nazareno
Marcela Evangelista
Renata Mareziuzek dos Santos

SUMÁRIO

1. **INTRODUÇÃO**
2. **PANORAMA PARANAENSE**
3. **GESTÃO DO SUAS**

3.1 CENÁRIO DA GESTÃO ESTADUAL

3.2 CENÁRIO DA GESTÃO MUNICIPAL

4. **PROGRAMAS DA GESTÃO ESTADUAL DE ENFRENTAMENTO A POBREZA**
5. **DIRETRIZES**
6. **OBJETIVOS**
7. **AÇÕES E ESTRATÉGIAS**
8. **MECANISMOS E FONTES DE FINANCIAMENTO**
9. **MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO**
10. **REFERÊNCIAS**

INTRODUÇÃO

A **Secretaria da Família e Desenvolvimento Social (SEDS),** órgão gestor da Política Estadual de Assistência Social, em conformidade com a Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS e as determinações estabelecidas pela Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS), apresenta o **Plano Estadual Plurianual de Assistência Social 2012/2015**.

A construção do Plano Estadual Plurianual de Assistência Social 2012/2015, pressupõe um processo coletivo e comprometido com o aprimoramento do Sistema Único de Assistência Social. É nessa perspectiva que o presente instrumento de planejamento foi formatado, com o intuito de fortalecer a política de assistência social no Estado, apresentando o Panorama Paranaense, a Gestão do SUAS , os Programas da Gestão Estadual de Enfrentamento à Pobreza, as Diretrizes, os Objetivos, os Eixos de Atuação, as Ações e Estratégias, os Mecanismos e Fontes de Financiamento e o Monitoramento e Avaliação.

A elaboração deste instrumento de gestão representa o esforço em agregar e possibilitar articulações governamentais e não-governamentais diante de diferentes definições, prioridades e propostas dos setores sociais inserido no campo das políticas públicas. Portanto, esse processo de construção apresenta-se articulado às deliberações de conferências, às prioridades estaduais e nacionais pactuadas, além de indicadores sociais e outros instrumentos de gestão considerando as particularidades regionais.

Destaca-se que o Plano Estadual de Assistência Social – PEAS 2012/2015 configura-se como instrumento prioritário de planejamento para a consolidação do SUAS no Estado do Paraná, bem como para a sua elaboração considerou-se o Plano Plurianual – PPA e a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO imprimindo legitimidade e viabilidade às ações propostas. Legitima em seu caráter estratégico um processo que envolve mediações e aproximações sucessivas à realidade que se quer transformar, a partir de processos de trabalho in loco, pesquisas e construção de indicadores sociais próprios à realidade do estado, identificando necessidades sociais da população, bem como delineando os meios adequados para sua superação.

Sendo assim, o PEAS 2012/2015 expressa o compromisso real e efetivo do

estado em apresentar suas responsabilidades, decisões e ações, desdobradas em metas a serem cumpridas. Este é o processo de planejamento necessário para o enfrentamento das desigualdades sociais através de intervenções que promovam a inclusão, a defesa dos direitos sociais e a autonomia dos cidadãos usuários, fortalecendo a mobilização e envolvimento dos mesmos no exercício do controle social.

Organizado em consonância com a estrutura indicada pela NOB/SUAS Gestão e Financiamento, pactuada pela Comissão Intergestores Tripartite – CIT em XX/10/2012, o PEAS 2012/2015 está vinculado a um processo de reorganização da estrutura do órgão gestor estadual e dos processos de trabalho de assessoria, monitoramento e capacitação do Estado aos municípios paranaenses. Isto posto, ressalta-se que a sua atualização e revisão será permanente, à partir do diálogo com as instâncias do SUAS e o processo de construção dialógica em que a Política de Assistência Social está inserida.

A perspectiva é fortalecer a construção do PEAS 2012-2015 de maneira dinâmica e participativa, diante da flexibilidade requerida por um documento que se atualiza por meio da sua própria execução. Atualiza-se criticamente a partir da transformação da realidade social e do aprimoramento das condições governamentais de enfrentamento às complexidades das expressões da questão social.

O PEAS 2012-2015 supera a concepção histórica de ferramenta técnica e passa a assumir o papel de instrumento político, essencialmente vinculado a um processo de afirmação e destaque do SUAS no Estado do Paraná. A mobilização e o fortalecimento político para a apreensão da realidade social e para dar direção e reconhecimento à busca de patamares mínimos de civilidade, consolida-se, enfim, em um caráter teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político.

Este é o instrumento de planejamento estadual da Política de Assistência Social, formulado na busca de novas alternativas e a criação de práticas superadoras da segmentação tradicional. Instigador de novas possibilidades e estratégias no percurso de sua execução.

2. PANORAMA PARANAENSE

O Estado do Paraná está localizado na Região Sul do Brasil, tendo uma área territorial de 199.554 km2 e 399 municípios. A população recenseada em 2010 do estado foi de 10.444.526 habitantes, com uma densidade demográfica de 52,25 habitantes por km2. O Paraná apresenta várias diferenças em seus municípios no que diz respeito aos indicadores socioeconômicos, retratando a heterogeneidade de seu território e exigindo do poder público olhar atento para as diferenças, as desigualdades e seus desequilíbrios. Vários estudos realizados pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) já demonstram essas diferenças intra e inter regionais no território (IPARDES 1997, 2003, 2006, 2009). Esse diagnóstico consiste em um panorama resumido, de caráter descritivo, das condições socioeconômicas e demográficas mais relevantes do Estado do Paraná na atualidade.

O Censo 2010 mostrou um país com presença urbana elevada, reduzidos níveis de fecundidade e mortalidade, e alteração na pirâmide etária, com diminuição das idades jovens e aumento das adultas. No Paraná, a tendência foi a mesma. As taxas de crescimento continuaram negativas e menores que as da década de 1990, mostrando com isso que, para além das influências das migrações campo-cidade, a população paranaense tem sofrido forte envelhecimento populacional, em decorrência principalmente da diminuição das taxas de fecundidade. Assim, passa-se de uma população rural e jovem da década de 1970 para uma população urbana mais envelhecida em 2010. No Brasil, entre 2000 e 2010 configura-se um crescimento médio geométrico anual de 1,17% a.a., no Paraná esse número é de 0,89% a.a. demonstrando a desaceleração do crescimento.

De acordo com avaliações do IPARDES, os resultados censitários demonstram que se reforçam e ampliam as porções já densamente povoadas, particularmente grandes cidades e aglomerações urbanas, com poucas, mas importantes, novas aglomerações no interior do território (IPARDES, 2011). Isso é uma conhecida marca da urbanização brasileira, que provoca uma elevada concentração populacional. Do ponto de vista da estrutura e da distribuição da população tem-se um Brasil e um Paraná cada vez mais urbano, o grau de urbanização do Paraná é de 85,31%. As aglomerações urbanas mantêm em ascensão sua participação no conjunto da população brasileira.

Mesmo assim, tem-se no estado a maioria de municípios com pouca população (312 tem menos de 20 mil habitantes) e que ao considerar também o critério da densidade demográfica, seriam municípios mais próximos de características rurais do que urbanas, isso tanto pelos dados de 2000 quanto em 2010. Adotando os critérios de população total até 20.000 habitantes e

densidade demográfica abaixo de 80 habitantes por km², tem-se que 368 municípios tem densidade inferior a esse limite, e 318 cumpriam as duas condições em 2000. Em 2010, a condição se altera um pouco, 362 municípios paranaenses possuem densidade demográfica inferior ao limite anteriormente descrito e 312 destes cumpriam as duas condições (menos de 20 mil habitantes e menor de 80 habitantes por km²). Sob esse prisma é possível considerar que o meio rural, entendido para além de somente a moradia em estabelecimentos rurais, tem uma abrangência maior no Paraná do que aquela apresentada pelas taxas de urbanização.

Essas considerações colocam desafios para a organização dos serviços públicos paranaenses, pois demonstram ao mesmo tempo a concentração de população em aglomerações conhecidas na década de 1990, mas a permanência de muitos municípios com estrutura muito diversa do urbano tradicional. As características da ocupação dessas regiões e as desvantagens no desenvolvimento de determinadas atividades primárias são importantes fatores explicativos da condição social das áreas rurais, o que deve ser considerado em ações para a redução da pobreza nesses espaços.

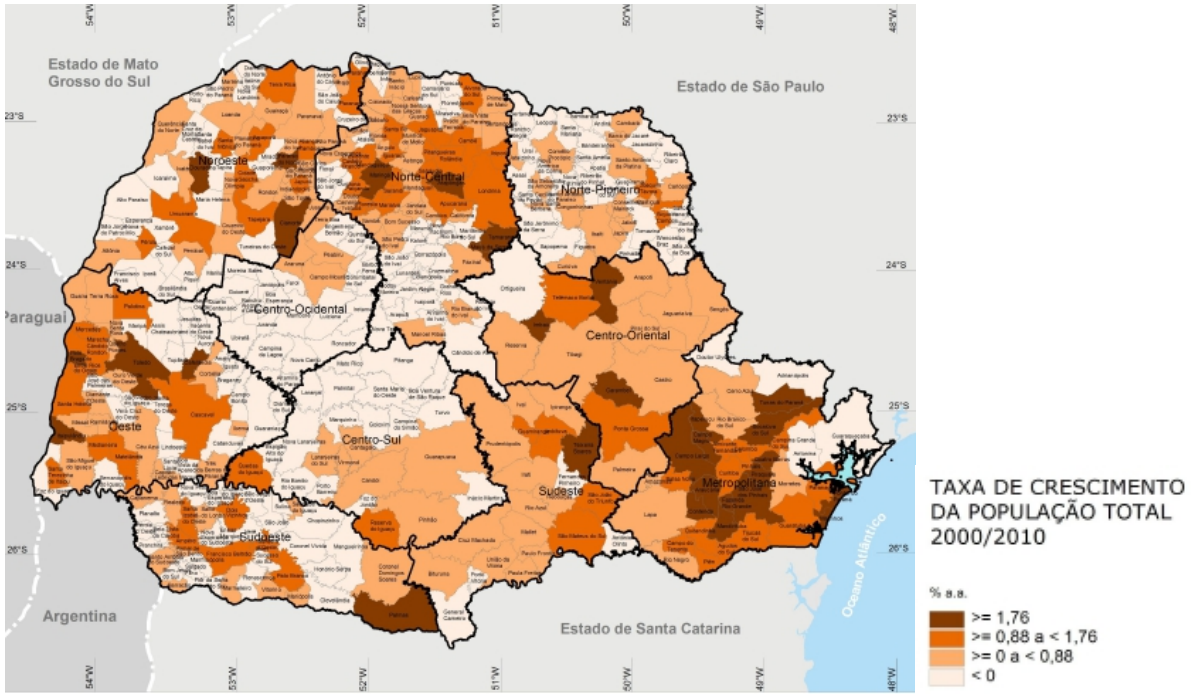


FIGURA 1 – TAXA DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES DE 2000 A 2010
FONTE: PLANO PLURIANUAL DO PARANÁ, 2012 – 2015, 2011, p.46

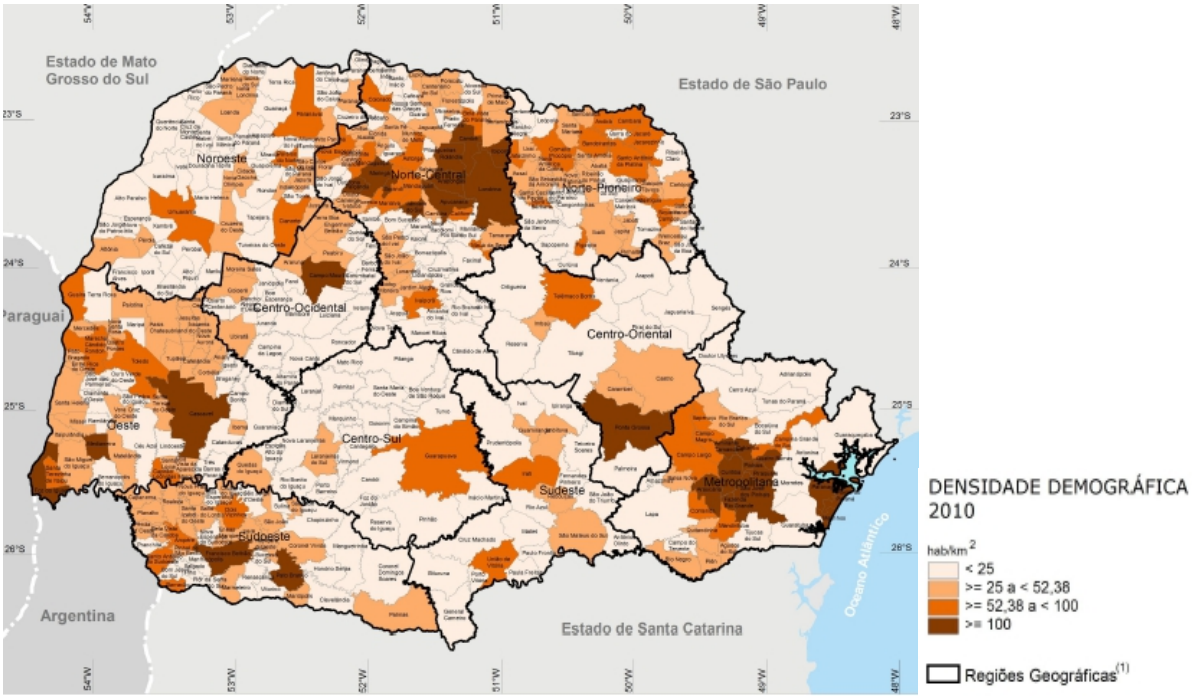


FIGURA 2 – DENSIDADE DEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES – CENSO 2010
FONTE: PLANO PLURIANUAL DO PARANÁ, 2012 – 2015, 2011, p. 45

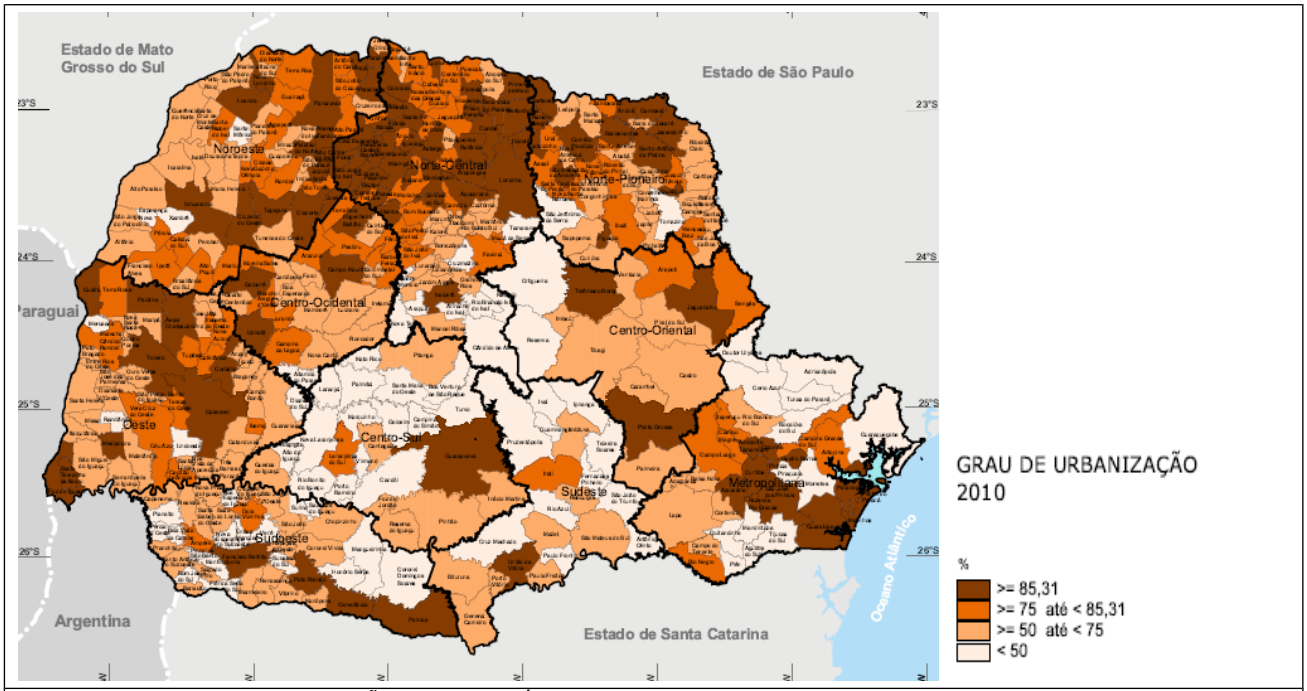


FIGURA 3 – GRAU DE URBANIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES – CENSO 2010
FONTE: IBGE – CENSO 2010
NOTA: ELABORAÇÃO IPARDES

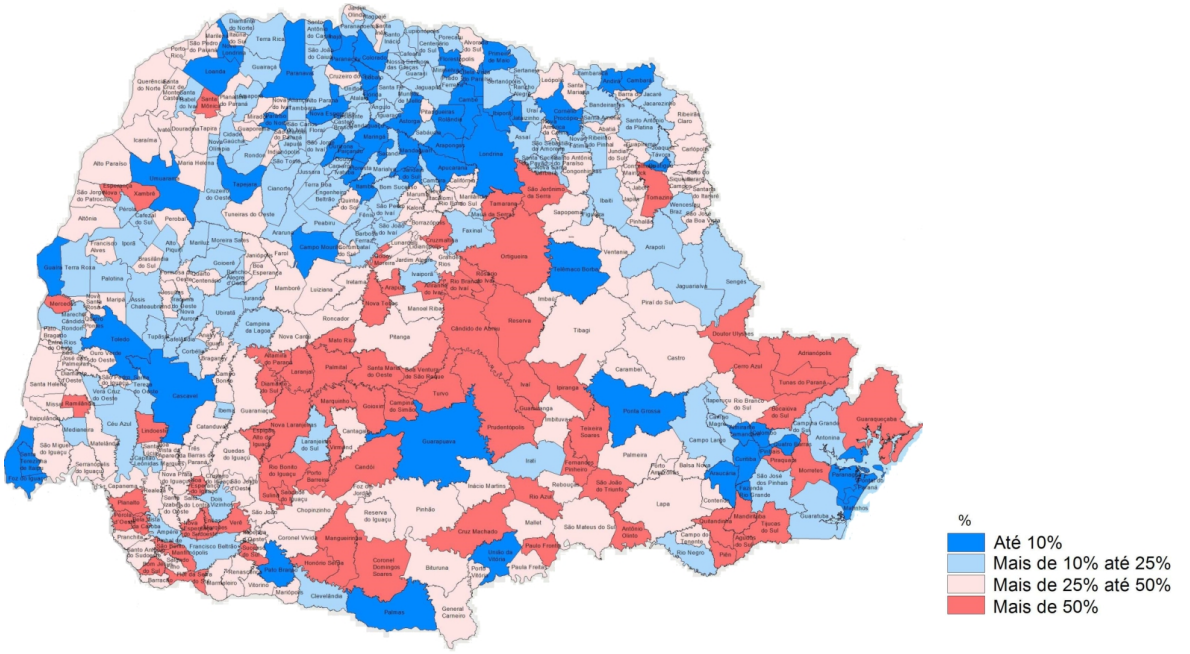


FIGURA 4 - PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO RURAL NOS MUNICÍPIOS PARANAENSES – CENSO 2010
FONTE: IBGE – CENSO 2010
NOTA: ELABORAÇÃO IPARDES

No estudo “Vários Paranás” (IPARDES, 2006), identificaram-se espacialidades diferentes segundo a combinação de uma série de indicadores institucionais, socioeconômicos e ambientais. Nesse trabalho foram identificadas espacialidades ditas como “socialmente críticas”, sem indicadores econômicos de relevância, densidade ou concentração e com nítida precariedade social, na extensa porção central do Estado, no Vale do Ribeira/Guaraqueçaba e na fronteira noroeste do Paraná com o Estado do Mato Grosso do Sul (FIGURA 5).

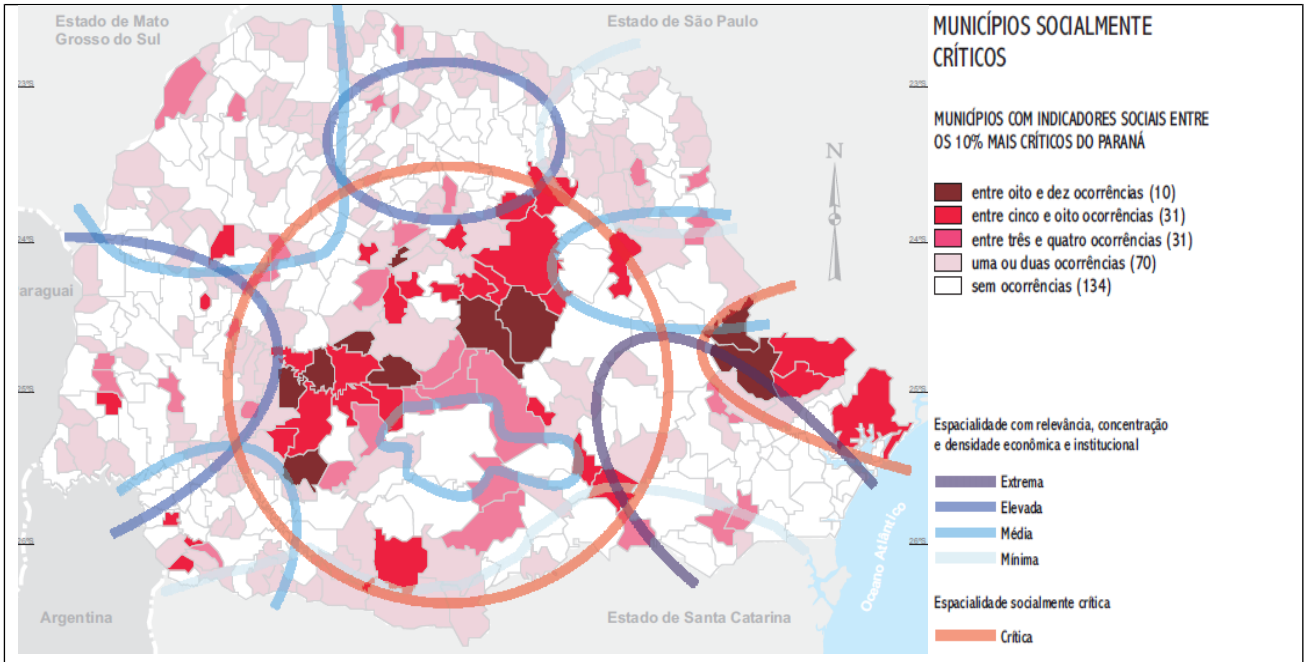


FIGURA 5 - MUNICÍPIOS SOCIALMENTE CRÍTICOS SEGUNDO ESTUDO VÁRIOS PARANÁS
FONTE: IPARDES, 2006, p.82.

De acordo com o exposto na época, a defasagem no desenvolvimento dessas áreas seria um processo que tende a se perpetuar. Tendo em vista alguns indicadores mais recentes, percebe-se que essa espacialidade crítica ainda permanece, com algumas nuances diferenciadas. No entanto, não se produziu uma atualização do estudo, isso se demonstra apenas por uma espacialização de indicadores sociais tradicionais em que se mostram justamente os espaços centrais e no Vale do Ribeira/Guaraqueçaba como de pior desempenho. No entanto, como nem sempre os indicadores se comportam de maneira homogênea faz-se necessário um estudo que possa avaliar e agregar formas de combinar os indicadores e repensar as questões de desigualdades regionais aprofundando questões levantadas em 2006, por aquele estudo, mas superando e desenvolvendo a proposta de forma a conseguir explicar a não correspondência de alguns indicadores, como o percentual de pessoas analfabetas. Também, ressalta-se que muitos indicadores socioeconômicos ligados aos serviços prestados pela lógica urbana mostram-se insatisfatórios em regiões que congregam baixa densidade e pouca população.

Por exemplo, o mais conhecido indicador sobre as condições de vida da população, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o Paraná era em 2000 o Estado com o 6º IDH mais alto do Brasil, porém, quando calculado por município (IDH-M), revela-se que, dos 399 municípios do Estado, 296 estavam num patamar inferior ao IDH médio do país de 0,766. O Paraná, em 2000,

situava-se numa posição desfavorável em relação aos estados sulinos e São Paulo (FIGURA 6), concentrando o maior número de municípios no recorte inferior ao IDH-M do Brasil. Nesse ano, verificou-se que 33% da população do Paraná, viviam em municípios com IDH-M inferior ao valor do IDH Brasil e 36% da população viveria em municípios com altos índices de desenvolvimento (IPARDES, 2003).

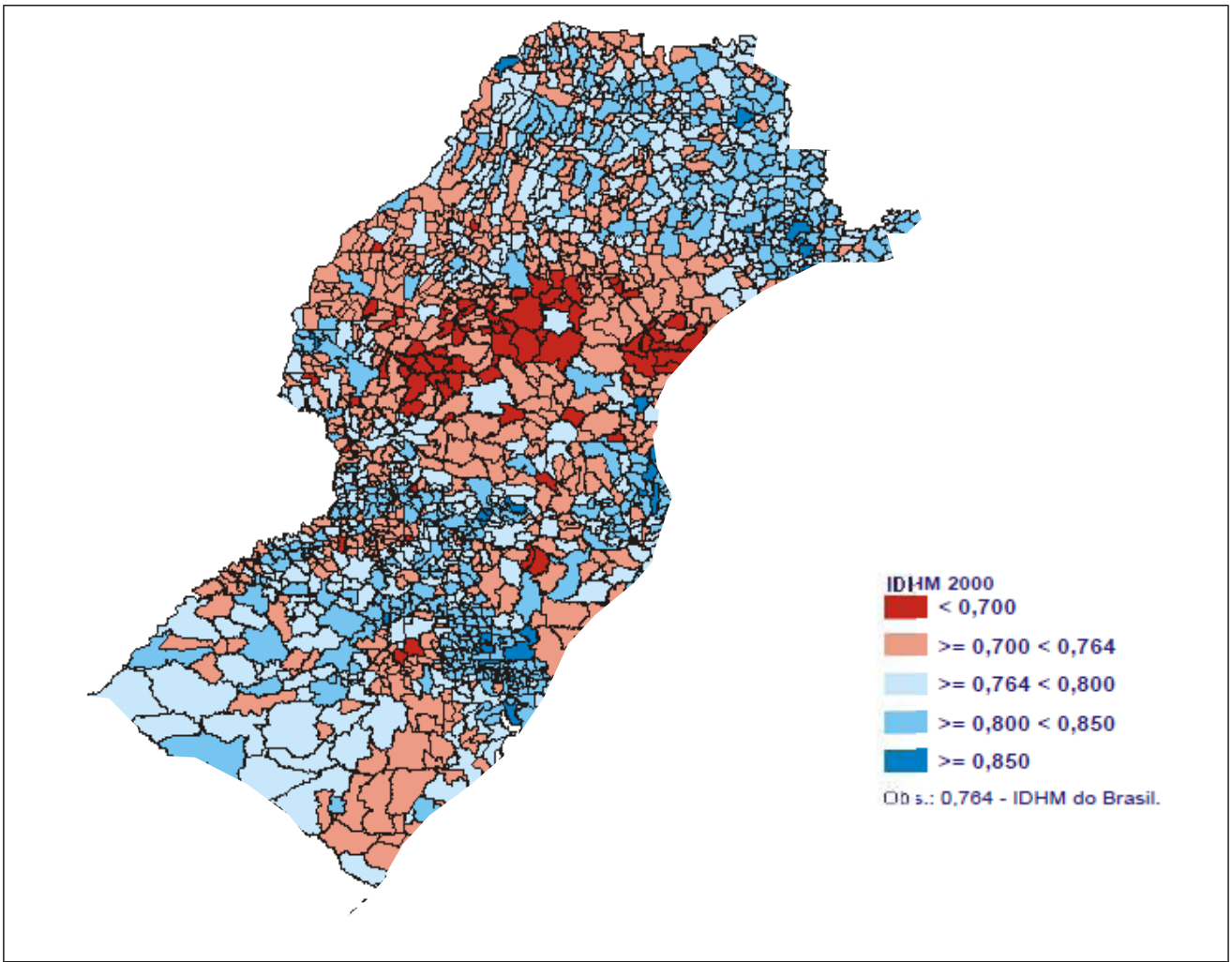


FIGURA 6 - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL – REGIÃO SUL E ESTADO DE SÃO PAULO – 2000
FONTE: IPARDES, 2003, p. 8.

Embora tradicionalmente usado para descrever a situação de vida da população nos municípios IDH-M, como calculado com dados censitários, de dez em dez anos, não consiste num bom indicador para acompanhamento sistemático das condições sociais municipais. Os cálculos sobre os municípios baseados no Censo de 2010, ainda não foram divulgados e a publicação é esperada apenas para 2013, por isso os dados do IDH-M estão muito defasados.

Em 2009, o IPARDES desenvolveu um índice para avaliar desempenho dos municípios, o Índice IPARDES de Desempenho Municipal (IPDM), justamente para poder acompanhar a

evolução anual de indicadores sociais na área de saúde, educação e renda, captando estágios de desenvolvimento em suas dimensões mais importantes de maneira agregada, mas contínua. Diferente do IDH-M os indicadores do IPDM se concentram nas características dos serviços públicos, ou seja procura avaliar seu desempenho, e não na característica da população e suas capacidade, bem como, baseando-se em estatísticas oficiais de divulgação anual oferece um panorama de acompanhamento menos defasado.

Vê-se que esse indicador também mostra as desigualdades intra-estaduais (FIGURA 7). Os índices mais baixos estão nos municípios da região espacialmente mais crítica.

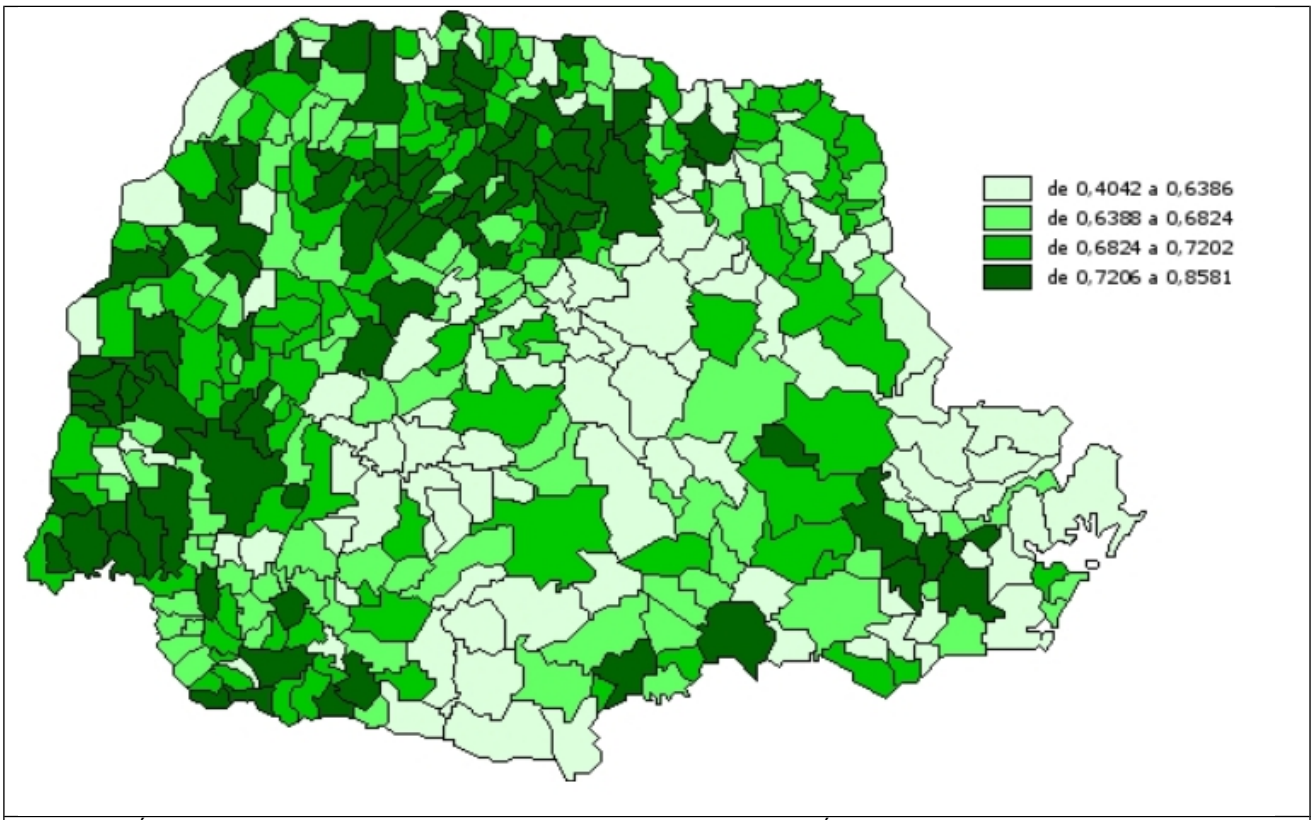


FIGURA 7 – ÍNDICE IPARDES DE DESEMPENHO MUNICIPAL (IPDM) DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES, SEGUNDO DISTRIBUIÇÃO EM QUARTIS 2009
FONTE: IPARDES – BDEWEB - 2009

Apenas como exemplo de espacialização, retrata-se que em relação aos indicadores de educação tem-se um desenho menos conformado a ideia de espacialidades criticas. A questão do analfabetismo não tem explicação direta com as regiões mais pobres ou de menos densidade econômica e institucional, como outros indicadores e exigiria um estudo diferenciado (FIGURA 8).

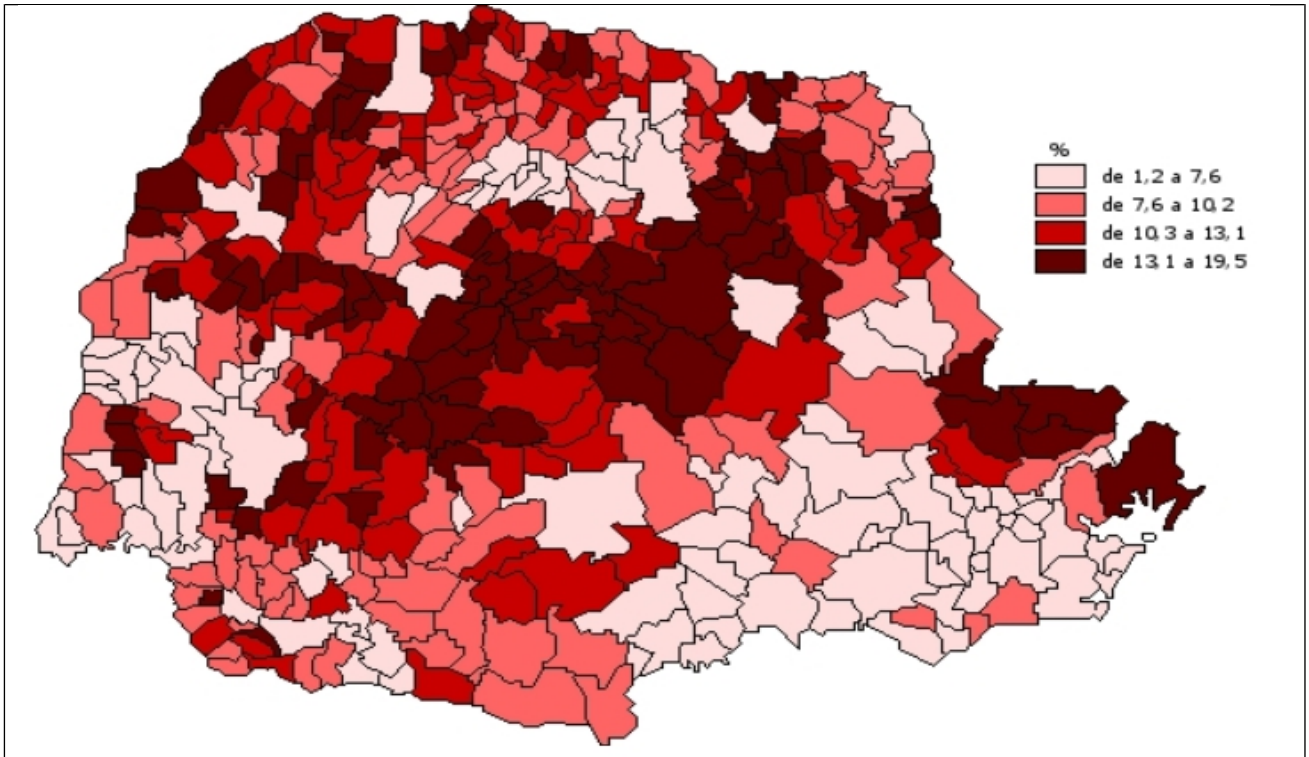


FIGURA 8– PERCENTUAL DE ANALFABETOS COM 15 ANOS OU MAIS, SEGUNDO DISTRIBUIÇÃO EM QUARTIS 2009
FONTE: IPARDES – BDEWEB; IBGE - CENSO DEMOGRÁFICO 2010

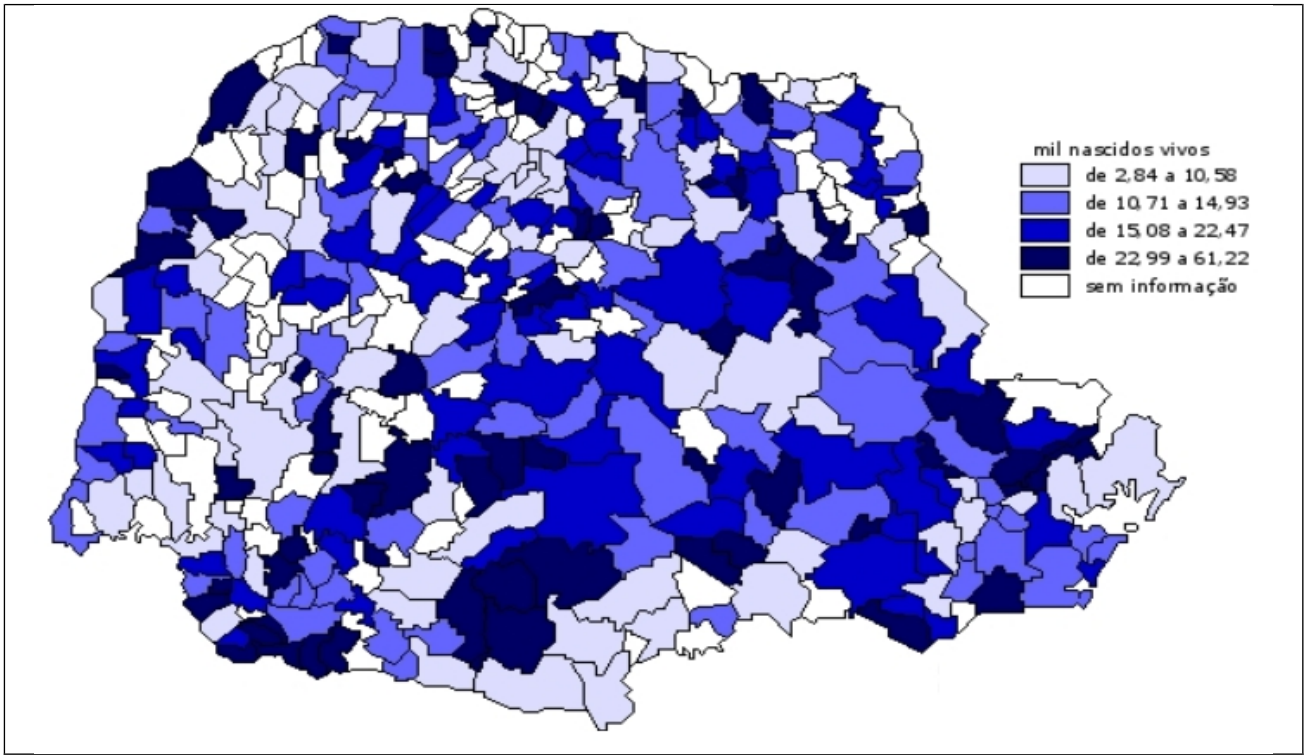


FIGURA 9– MORTALIDADE INFANTIL NOS MUNICÍPIOS PARANAENSES, SEGUNDO DISTRIBUIÇÃO QUARTÍLICA- 2010
FONTE: IPARDES – BDEWEB; SESA – DATASUS - 2010

Não se propõe como objetivo fazer extensas discussões sobre cada indicador social

apresentado e sua evolução. Pois essa parte é apenas um panorama geral da situação paranaense, e os indicadores com sua localização espacial foram mostrados para indicar a grande diversidade interna no estado. Estudos mais detalhados e específicos fogem ao objetivo desse documento.

Estudos mais gerais sobre o Paraná foram desenvolvidos pelo IPARDES e o desafio está em conseguir avaliar a sua generalidade passando a explorar indicadores específicos para a Política da Assistência Social. Nesse sentido, pode-se citar três iniciativas recentes de avaliar a pobreza e a vulnerabilidade social no Paraná, dois breves estudos sobre insuficiência de renda e o desenvolvimento do Índice de Vulnerabilidade das Famílias Paranaenses com base no CadÚnico, realizados pelo IPARDES (2011, 2012a 2012b), por demanda ou parceria com a Secretaria de Estado da Família e do Desenvolvimento Social (SEDS).

Com relação aos dados de pobreza, os primeiros dados do Censo 2010 sobre rendimento dos domicílios particulares permanentes mostrou que entre os três estados do Sul do país, verifica-se que o Paraná contabiliza o pior resultado. Suas regiões mais populosas detêm os maiores contingentes de domicílios pobres, ressaltando-se a influência da escala demográfica na variável em estudo. Já, em relação à proporção de domicílios pobres em cada região, observa-se que os piores resultados em 2010 foram registrados em municípios com baixa população, no centro sul e sudeste. Por isso, são relevantes as disparidades intra-estaduais (FIGURA 10).

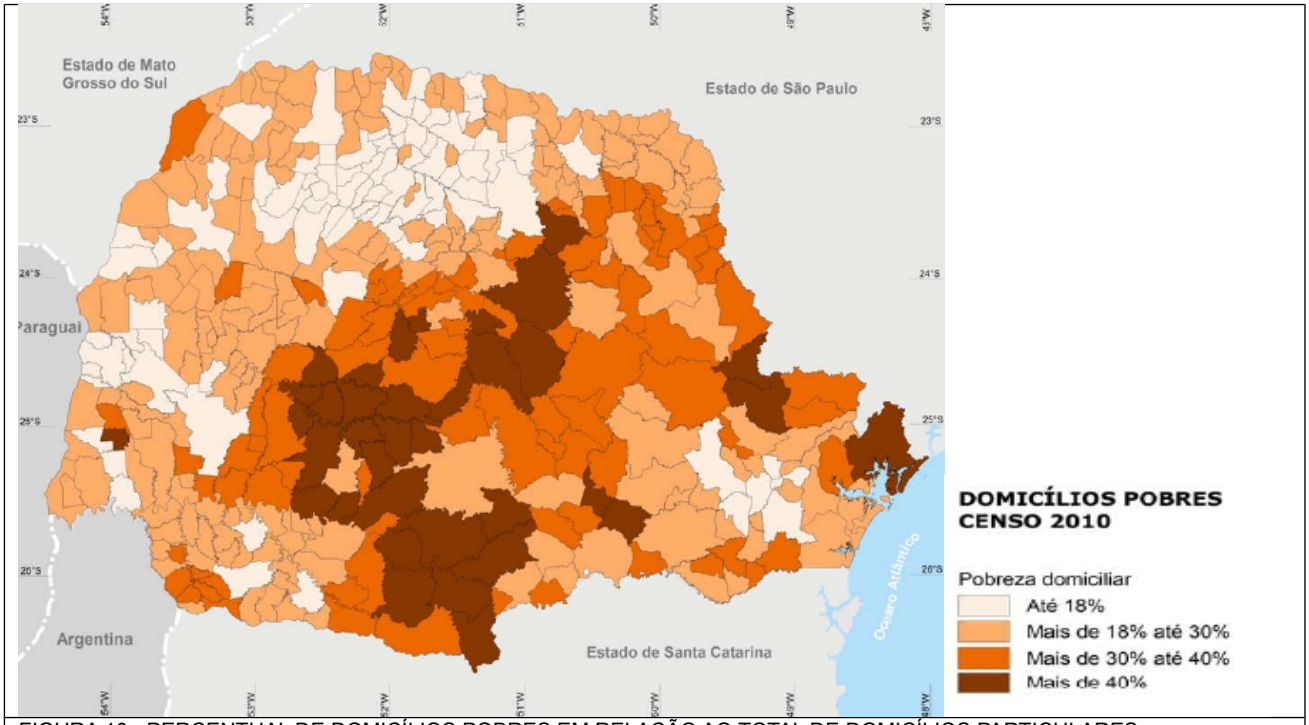


FIGURA 10 - PERCENTUAL DE DOMICÍLIOS POBRES EM RELAÇÃO AO TOTAL DE DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES NOS MUNICÍPIOS PARANAENSES – CENSO 2010

FONTE: IPARDES, 2011, p.4.

Especificamente no caso paranaense, corroborando as citadas diferenças regionais, é possível constatar 36 municípios com taxa de domicílios pobres[1] superior a 40%, o que corresponde a 9% do total de circunscrições administrativas. Destes, 17 encontram-se na mesorregião Centro-Sul, área denominada como de espacialidade crítica em Vários Paranás, cuja preocupante situação social é evidenciada ainda pela localização de seis dos dez municípios com os piores resultados do Estado (IPARDES, 2011).

Há uma coincidência relativa dos municípios com maior percentual de pobreza domicílios pobres, também de maior desigualdade social. É relativa porque algumas ilhas de menor concentração dessa população no caso do indicador de desigualdade também se mostram ostensivos (FIGURA 11).

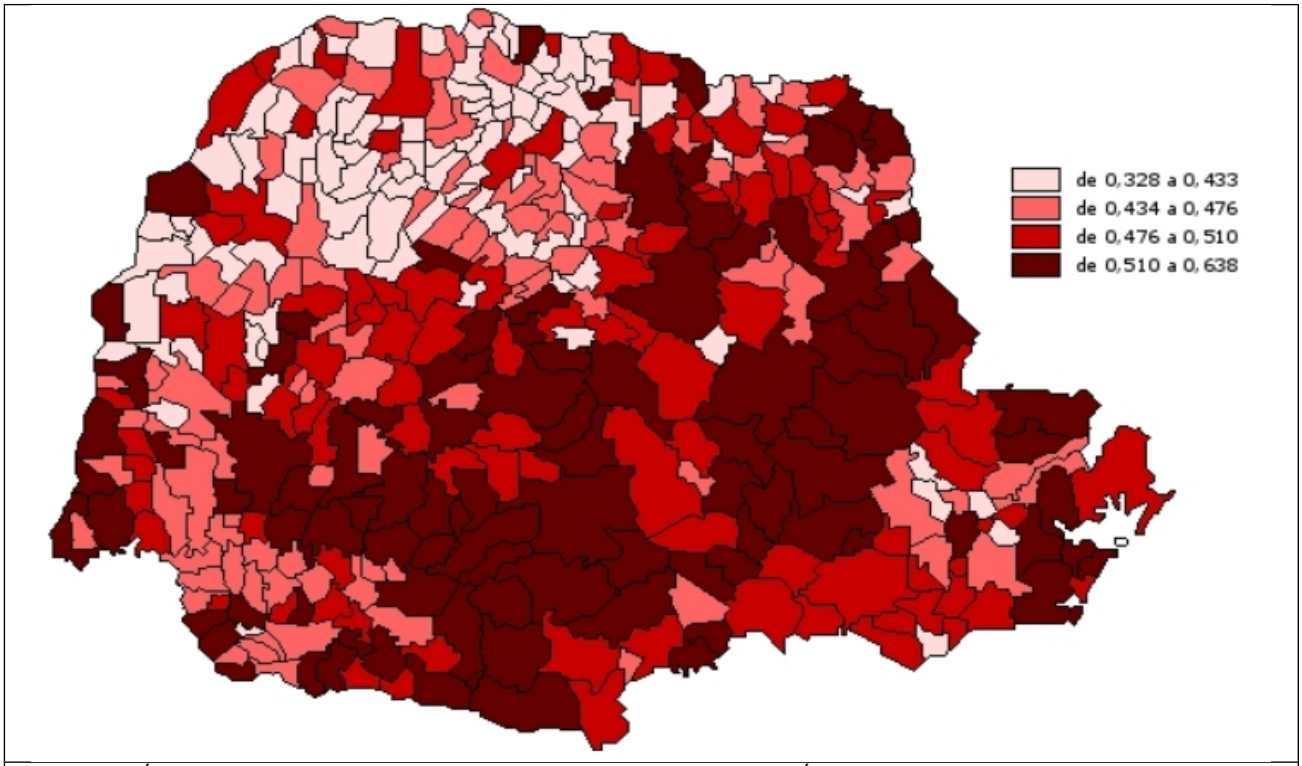


FIGURA 11– ÍNDICE DE GINI DA RENDA DOMICILIAR PER CAPITA NOS MUNICÍPIOS PARANAENSES- 2010
FONTE: IPARDES – BDEWEB; IBGE - CENSO DEMOGRÁFICO 2010
TABULAÇÕES ESPECIAIS DO IPEA

O Índice de Gini é um medida bastante usada para medir o grau de concentração da da distribuição de renda de uma determinada população e em um determinado espaço geográfico, nesse caso da renda domiciliar per capita. Quando o índice tem valor igual a um (1), existe perfeita desigualdade, isto é, a renda domiciliar per capita é totalmente apropriada por um único

1 O texto do IPARDES assumiu como domicílios pobres aqueles domicílios particulares permanentes em que a renda per capita de seus componentes não ultrapassavam ½ salário mínimo (em 2010, R$255,00).

indivíduo. Quanto mais próximo do valor 1, da unidade, maior a desigualdade na distribuição de renda. Os valores representados na figura podem ser considerados altos, sendo que 24,5% dos municípios paranaenses tem um índice maior do que 0,51. No Relatório de Desenvolvimento Humano 2010, elaborado pelo Plano das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) sobre desigualdade de renda, o Brasil apresenta um índice de 0,56, considerado expressão de alta concentração e renda entre os mais ricos.

Ainda sobre a pobreza, a avaliação sobre a discussão sobre insuficiência de renda tem mudado, devido à direção da nova política nacional, que se concentra já não somente no perfil de famílias pobres, mas na extrema pobreza. No início dos anos 2000, o recorte sobre a pobreza foi estipulado a partir do valor do salário mínimo, e entendeu-se na época que a população precisava ser cadastrada para avaliar a concessão de benefícios sociais, desenvolveu-se o Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico). E em paralelo estipulou-se o perfil para o Programa Bolsa Família (PBF) na renda de até R$ 140,00 salário mínimo per capita. Famílias Pobres eram consideradas, aquelas em que seus membros viviam com renda até ½ salário mínimo per capita. O perfil se manteve, no entanto o foco da política nacional voltou-se agora não para famílias pobres, mas para famílias extremamente pobres. Em janeiro de 2011, o Ministério do desenvolvimento Social (MDS) resolveu estabelecer um novo parâmetro em relação à pobreza. Foi instituído através de nota técnica e Programa Nacional um parâmetro de extrema pobreza. Caso uma pessoa estiver vivendo numa família em que a renda familiar per capita é de no máximo R$70,00, pode-se considerar que ela está em uma situação de extrema pobreza. No entanto, não há nenhuma diretriz sobre a correção dessa linha de extrema pobreza, nem um consenso na literatura sobre pobreza. Essa nota oficial foi baseada em dados censitários sobre pessoas em extrema pobreza, com base nesses dados foi possível também identificar a relação dos percentuais de pessoas em extrema pobreza entre os municípios paranaenses (FIGURA 12), um dado diferente do utilizado para domicílios pobres na figura anterior.

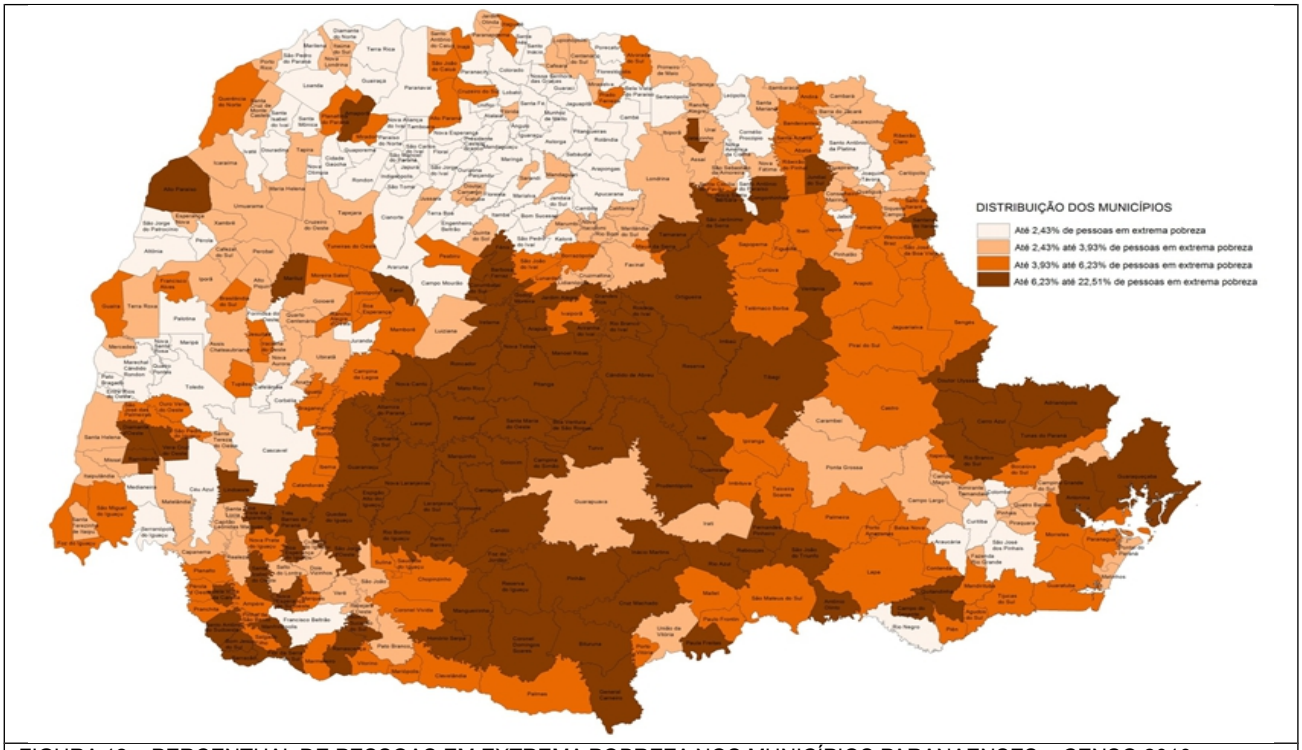


FIGURA 12 – PERCENTUAL DE PESSOAS EM EXTREMA POBREZA NOS MUNICÍPIOS PARANAENSES – CENSO 2010
FONTE: IBGE – TABULAÇÕES ESPECIAIS DO CENSO DEMOGRÁFICO 2010 PARA O MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

O IPARDES, em 2012, desenvolveu estudo sobre as pessoas e famílias cadastradas no Cadúnico para avaliar quantas ainda vivem em extrema pobreza. Para tanto foi utilizado a base consolidada do CadÚnico de maio de 2012 e as folhas de pagamento do mesmo mês. O estudo pode destacar também que na compatibilização entre as bases CadÚnico (1.095.883 famílias cadastradas – sem filtro de data de entrevista ou de validade do cadastro) e Folha CAIXA (439.074 famílias beneficiadas), verificou-se a falta ou divergência de dados para alguns beneficiários. O estudo usou como parâmetro externo dados do Censo Demográfico de 2010, encontrando com esses dados 83,8 mil domicílios com renda per capita até R$ 70,00 (IPARDES, 2012b).

Para estimar o número de famílias no perfil de extrema pobreza considerou-se todas as famílias cadastradas, beneficiadas pelo Programa Bolsa Família, cuja renda per capita após o recebimento do benefício continuava até R$ 70,00 (82.686 famílias), mais as famílias cadastradas e não beneficiadas, desde que o seu cadastro estivesse com data de entrevista a partir de 01/01/2010 (37.406 famílias), totalizando 120.092 famílias, 422.501 pessoas. Do total dessas famílias, 23% residem na área rural, e 40% declararam possuir nenhum rendimento.

Utilizando algum filtro para atualização de dados, existem 735.208 famílias, no Paraná, cadastradas no CadÚnico com data de entrevista a partir de 01 de janeiro de 2010, consolidada a

base em 20 de julho de 2012, correspondendo à 2.413.420 pessoas. Dessas 82,6% - 607.539 família – declararam que recebem renda até ½ salário mínimo, sem contar o valor dos benefícios da assistência social, de acordo com o formulário, no conjunto são 2.146.289 pessoas. Os dados de renda no CadÚnico são questionáveis, pois são auto declarados e o cadastro tem a finalidade de encaixar as famílias em programas sociais o que pode enviesar a declaração. Mas, o maior problema é a atualização dos mesmos e as variáveis que precisam ser modificadas para os filtros e as adequações do valor e período de declaração fazer sentido.

O estado do Paraná também avança no sentido de propor uma maneira de medir vulnerabilidade social das famílias através do Índice de Vulnerabilidade das Famílias Paranaenses (IVFPR), desenvolvido pelo IPARDES (2012a.). A proposta consistiu em uma medida indireta sobre a vulnerabilidade social, utilizando das possíveis questões encontradas em pesquisas já existentes sobre pessoas e domicílios, que não foram estruturadas especificamente para dar conta das discussões sobre instabilidade laboral, debilidades comunitárias e familiares, mapeamento de acessos e bloqueios aos direitos sociais. Como qualquer outra proposta de medição de situações complexas, a proposta está sujeita às limitações das escolhas feitas sobre os componentes e os pesos dados a cada condição, que revelam vieses e prioridades dos envolvidos. Entendeu-se que indicadores que lançam mão unicamente da renda como foco de análise são incompletos, uma vez que muitos fatores interferem na identificação da pobreza, ou do bem estar, ou da vulnerabilidade.O indicador sintético proposto é calculável para cada família e representam algumas condições de vulnerabilidades. O IVFPR baseia-se nas questões do CadÚnico, e intenciona melhorar a qualidade de sua informação e oferecer diagnósticos a partir desse cadastro.

O IVFPR representa-se por 19 indicadores componentes distribuídos em quatro dimensões: **1) Adequação do domicílio** – 5 indicadores componentes; **2) Perfil e composição familiar** – 9 indicadores componentes; **3) Acesso ao trabalho e renda** – 2 indicadores componentes; **4) Condições de escolaridade** – 3 indicadores componentes.

A seguir apresentamos a descrição das famílias segundo os indicadores que compõem o IVFPR, bem como algumas estatísticas descritivas dos valores dos índices de cada dimensão e o índice sintético final. Os dados apresentados são proveniente da base consolidada do CadÚnico do fim de outubro de 2012. Foram usados apenas os cadastros que responderam as questões na versão 7 do formulário, sem considerar as famílias em situação de rua.

A maioria das famílias está em condições consideradas mínimas de habitabilidade, com exceção da questão do esgotamento sanitário. O problema da oferta de serviços de saneamento no Brasil pode ser considerado um gargalo da questão de infraestrutura (quadro 1).

QUADRO 1 – DISTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS DO CADÚNICO DO PARANÁ, SEGUNDO INDICADORES COMPONENTES DA DIMENSÃO ADEQUAÇÃO DOMICILIAR DO ÍNDICE DE VIULNERAMILIDADE DAS FAMÍLIAS PARANAENSES(IVFPR) – OUTUBRO 2012

INDICADORES COMPONENTES	EXPLICAÇÃO	CATEGORIA RESPONDIDA NO FORMULÁRIO	FAMÍLIAS	
			Abs	%
Espécie de domicílio	Em que tipo de domicílio a família reside	Particular improvisado (1)	13.952	2,4
		Coletivo (2)	2.501	0,4
		Particular permanente	564.289	97,2
Densidade por dormitório	Quantidade de pessoas no domicílio/quantidade de cômodos usados como dormitório	Mais do que 3 pessoas por dormitório	44.128	7,6
		Com 3 pessoas por dormitório ou menos	536.614	92,4
Material de construção do domicílio	Qual o material predominante na construção das paredes do domicílio	Palha/madeira aproveitada/taipa revestida ou não/outro material	34.186	5,9
		Alvenaria com ou sem revestimento/madeira aparelhada	530.104	91,3
		não responderam	16.452	2,8
Água encanada	Existência de pelo menos um cômodo com água canalizada	Não tem água canalizada em pelo menos um cômodo	25.578	4,4
		Tem água canalizada em pelo menos um cômodo	538.711	92,8
		não responderam	16.453	2,8
Esgotamento sanitário	Adequação do esgotamento sanitário	Não tem banheiro sanitário no domicílio ou propriedade	18.504	3,2
		Tem banheiro e o escoamento vai para fossa séptica, ou rudimentar, ou para vala a céu aberto, direto para rio, lago ou mar	295.188	50,8
		Tem banheiro e o escoamento vai para rede coletora de esgoto ou pluvial	250.597	43,2
		não responderam	16.453	2,8
TOTAL DE FAMÍLIAS				580.742

FONTE: CADÚNICO – BASE CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – OUTUBRO DE 2012
NOTAS: ELABORAÇÃO SEDS

Não há nenhum caso em que a família tenha respondido que mora em domicílio particular permanente e reúna todas as condições mais vulneráveis em relação ao domicílio. De qualquer maneira a existência de qualquer uma dessas precariedades relacionadas ao domicílio já assinalam para o fato do poder público avaliar a oferta de serviços, ou reavaliar programas relacionados a melhoria de habitabilidade das famílias, 61,8% das famílias tem alguma condição de precariedade declarada em relação a essa dimensão (tabela 1). São 14.364 famílias que declararam estar vivendo em domicílios improvisados. Observa-se ainda que 32.872 famílias (5,7%) apresentam o valor do IV1 >= 0,50 indicando no mínimo 50% de vulnerabilidade na dimensão 1.

TABELA 1 – DISTRIBUIÇLÃO DAS FAMÍLIAS DO CADÚNICO NO PARANÁ, SEGUNDO VALORES DO ÍNDICE DE VULNERABILIDADE DA DIMENSÃO 1 DO IVFPR – ADEQUAÇÃO DO DOMICÍLIO (IV1) – OUTUBRO 2012

VALOR DO IV1	FAMÍLIAS	
	Abs	%
0,0000	222.003	38,2
0,1667 (2 pontos)	250.250	43,1

0,2500 (3 pontos)	18.294	3,2
0,3333 (4 pontos)	24.020	4,1
0,4167 (5 pontos)	33.303	5,7
0,5000 (6 pontos)	2.311	0,4
0,5833 (7 pontos)	8.814	1,5
0,6667 (8 pontos)	1.805	0,3
0,7500 (9 pontos)	1.813	0,3
0,8333 (10 pontos)	3.765	0,7
1,0000 (12 pontos)	14.364	2,5
Total de famílias	580.742	100
FONTE: CADÚNICO – BASE CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – OUTUBRO DE 2012 NOTAS: ELABORAÇÃO SEDS		

A dimensão 2 descreve o perfil das famílias, cada vez mais frequente, de famílias uniparentais que representam 49,3% das famílias dessa base (quadro 2). As famílias monoparentais traduzem um fenômeno que atravessa todas as classes de renda, e que implica um ônus suplementar em cima do responsável familiar. E mantêm-se a constatação sobre as famílias com baixa renda serem compostas na maior proporção de crianças ou adolescentes, como se verifica pelo indicador razão entre crianças e adolescentes em relação aos adultos. Parece preocupante haver famílias em que os chefes de famílias são adolescentes de 16 ou 17 anos, mas essa é uma realidade a ser encarada, mesmo que percentualmente pouco significante. Assim como, deve ser alvo de ação direta o fato de famílias terem suas crianças e adolescentes (até 14 anos) trabalhando. Também relevante considerar os 10% de responsáveis familiares que não sabem ler e escrever.

QUADRO 2 – DISTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS DO CADÚNICO DO PARANÁ, SEGUNDO INDICADORES COMPONENTES DA DIMENSÃO PERFIL E COMPOSIÇÃO FAMILIAR DO ÍNDICE DE VIULNERAMILIDADE DAS FAMÍLIAS PARANAENSES(IVFPR) – OUTUBRO 2012

INDICADORES COMPONENTES	EXPLICAÇÃO	CATEGORIA RESPONDIDA NO FORMULÁRIO	FAMÍLIAS	
			Abs	%
Responsabilidade pela família	Condições de responsabilidade pela família	Uniparental (chefe de família não divide a responsabilidade pelo domicílio, sem cônjuge)	286.516	49,3
		chefe de família é homem ou mulher e tem cônjuge	294.226	50,7
Razão entre crianças e adolescentes em relação aos adultos	Razão entre quantidade de crianças 0 a 17 anos e adultos de 18 ou mais anos	Não há adultos, a família é chefiada por menores de 18 anos	2.078	0,4
		Maior ou igual a 1	310.965	53,5
		Menor do que 1	267.699	46,1
Presença de trabalho infantil na família	Quando pelo menos uma criança está trabalhando na família	Sim, tem alguma criança trabalhando	10.009	1,7
		Não, não há nenhuma criança trabalhando	570.733	98,3
Presença de crianças e adolescentes internados	Quando há alguma criança ou adolescente de 0 a 17 anos internado ou abrigado em hospital, casa de saúde, asilo, orfanato ou outro estabelecimento similar há mais de 12 meses	Sim	2.235	0,4
		Não	578.507	99,6
Presença de adultos internados	Quando há algum adulto de 18 a 64 anos internado ou abrigado em hospital, casa de saúde, asilo, orfanato ou outro estabelecimento similar há mais de 12 meses	Sim	3.285	0,6
		Não	577.457	99,4
Presença de idosos internados	Quando há algum idoso de 65 anos ou mais anos internado ou abrigado em hospital, casa de saúde, asilo, orfanato ou outro estabelecimento similar há mais de 12 meses	Sim	663	0,1
		Não	580.079	99,9
Presença de deficientes na família	Presença e quantidade de pessoas na família que têm alguma deficiência permanente que limite suas atividades habituais	Sim, mais de 1 deficiente na família	2.515	0,4
		Sim, somente 1 deficiente na família	39.000	6,7
		Não	539.227	92,9
Idosos em condição de agregado	Presença de idosos que reside no domicílio como outro parente ou como agregado	Há pelo menos 1 idoso nessa condição	8.274	1,4
		Não há idosos nessa condição	572.468	98,6
Analfabetismo do chefe de família	Condição de analfabetismo daquele que é responsável pela família	O responsável pela família não sabe ler	58.145	10,0
		O responsável pela família sabe ler	521.826	89,9
		não respondeu	771	0,1
TOTAL DE FAMÍLIAS				580.742
FONTE: CADÚNICO – BASE CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – OUTUBRO DE 2012				

NOTAS: ELABORAÇÃO SEDS

Com relação a dimensão do perfil e composição familiar sabe-se que cada um dos componentes trata de uma condição que pode afetar ao modo de reação e de proteção que a família tem em relação aos seus membros. Mas, dificilmente se suporia que uma família estivesse vulnerável em todos os indicadores. Das famílias do CadÚnico 75,8% delas estão em alguma das condições vulneráveis que não se referem a ter algum membro internado há mais de 12 meses.

A tabela 2 mostra que numa escala de 0,00 (ausência de vulnerabilidade) a 0,66 (maior vulnerabilidade), cerca de 3,2 % (18.535) das famílias apresentam IV2>= 0,30, indicandono mínimo 50% de vulnerabilidade na escala.

TABELA 2 – DISTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS DO CADÚNICO NO PARANÁ, SEGUNDO VALORES DO ÍNDICE DE VULNERABILIDADE DA DIMENSÃO 2 DO IVFPR – PERFIL E COMPOSIÇÃO FAMILIAR (IV2) – OUTUBRO 2012

VALOR IV2	FAMÍLIAS	
	Abs	%
0,0000	129.063	22,2
0,0500 (1 ponto)	11.645	2,0
0,1000 (2 pontos)	202.767	34,9
0,1500 (3 pontos)	19.529	3,4
0,2000 (4 pontos)	187.062	32,2
0,2500 (5 pontos)	12.141	2,1
0,3000 (6 pontos)	14.995	2,6
0,3500 (7 pontos)	1.068	0,2
0,4000 (8 pontos)	2.301	0,4
0,4500 (9 pontos)	69	0,0
0,5000 (10 pontos)	94	0,0
0,5500 (11 pontos)	5	0,0
0,6000 (12 pontos)	3	0,0
TOTAL DE FAMÍLIAS	580.742	100,00

FONTE: CADÚNICO – BASE CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – OUTUBRO DE 2012
NOTAS: ELABORAÇÃO SEDS

Observa-se nas famílias do CadÚnico que a dimensão de acesso ao trabalho e renda mostra-se como a de maior vulnerabilidade. Em grande parte das famílias , menos da metade dos adultos, quando há adultos em idade ativa, estão trabalhando (independente da formalidade do contrato). E 80% se declara em relação aos rendimentos como perfil Bolsa família, famílias pobres, que ganham até R$140,00 salário mínimo per capita. É interessante observar que há 1/3 das famílias em que há somente idosos ou idosos e crianças e adolescentes, as quais seus idosos dependem de aposentadorias ou pensões (quadro 3).

QUADRO 3 – DISTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS DO CADÚNICO DO PARANÁ, SEGUNDO INDICADORES COMPONENTES DA DIMENSÃO ACESSO AO TRABALHO E RENDA DO ÍNDICE DE VIULNERAMILIDADE DAS FAMÍLIAS PARANAENSES(IVFPR) – OUTUBRO 2012

INDICADORES	EXPLICAÇÃO	CATEGORIA RESPONDIDA NO	FAMÍLIAS

COMPONENTES		FORMULÁRIO	Abs	%
Trabalho dos adultos	Proporção de pessoas adultas na família, em idade ativa (>17 e <65), que estão trabalhando na data da entrevista.	Não há adultos em idade ativa na família, somente menores de 18	2.078	0,4
		Não há adultos em idade ativa, há idosos e menores de 18 anos e os idosos não tem nenhuma fonte de renda ligada ao trabalho (anterior como aposentadoria/pensão ou atual)	855	0,1
		Menor que 0,50	372.617	64,2
		De 0,50 a 0,75	12.055	2,1
		Maior do que 0,75 ou família em que não há adultos em idade ativa, há idosos e menores de 18 anos e os idosos tem assegurado alguma fonte de renda ligada ao trabalho	193.137	33,3
Renda Familiar mensal per capita	Soma de todos os rendimentos mensais[1] , exceto de programas de transferências de renda, de todas as pessoas da família dividido pelo número de pessoas da família, na data da entrevista.	De 0 até ¼ do salário mínimo per capita	322.884	55,6
		> ¼ do salário mínimo até ½ do salário mínimo per capita	139.342	24,0
		Mais de ½ salário mínimo per capita	118.443	20,4
		não responderam renda	73	
TOTAL DE FAMÍLIAS			580.742	100
FONTE: CADÚNICO – BASE CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – OUTUBRO DE 2012 NOTAS: ELABORAÇÃO SEDS				

Nessa dimensão as famílias, ao menos de acordo com sua declaração, tem uma grau de vulnerabilidade maior, 89,1% tem alguma condição em dificuldade, sendo que próximo de 40% estão próximas do maior valor (tabela 3). Lembrando que quanto mais próximo de 1, maior a vulnerabilidade.

A tabela 3 mostra que numa escala de 0 a 13 pontos, cerca de 56,5% das famílias (328.098) apresentaram grau de vulnerabilidade de pelo menos 7 pontos, o que implica em um IV3>= 0,54, indicando no mínimo 54% de vulnerabilidade na dimensão acesso ao trabalho e à renda. Observa-se ainda que 10% das famílias apresentaram IV3>= 0,77, indicando alto grau de vulnerabilidade.

TABELA 3 – DISTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS DO CADÚNICO NO PARANÁ, SEGUNDO VALORES DO ÍNDICE DE VULNERABILIDADE DA DIMENSÃO 3 DO IVFPR – ACESSO AO TRABALHO E Á RENDA (IV3) – OUTUBRO 2012

VALOR IV3	FAMÍLIAS	
	Abs	%
0,0000	62.711	10,8
0,1538 (2 pontos)	3.567	0,6
0,2308 (3 pontos)	41.381	7,1
0,3077 (4 pontos)	52.023	9
0,3846 (5 pontos)	3.917	0,7
0,4615 (6 pontos)	89.045	15,3
0,5385 (7 pontos)	94.012	16,2
0,6154 (8 pontos)	4.762	0,8
0,7692 (10 pontos)	226.831	39,1
0,8462 (11 pontos)	664	0,1
1,0000 (13 pontos)	1.829	0,3
TOTAL DE FAMÍLIAS	580.742	100
FONTE: CADÚNICO – BASE CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – OUTUBRO DE 2012 NOTAS: ELABORAÇÃO SEDS		

A dimensão de condições de escolaridade retrata o baixo grau de instrução dos adultos nas famílias, em 88,3% das famílias pelo menos um adulto não concluiu nem mesmo o ensino fundamental. Também se observa que ainda há dificuldades para manter crianças e adolescentes na escola para concluírem os anos do ensino básico, direito constitucional. Bem como, percebe-se que a educação infantil, pré-escolar ou na creche é um serviço potencial a ser atendido para pelo menos 26,8% das famílias (quadro 4). Tem-se um alto percentual de famílias em que todas as suas crianças e seus adolescentes estão na escola, e baixo percentual de defasagem idade-série.

Reforçando a análise anterior, a tabela 4 mostra que cerca de 32% das famílias apresentaram valor do IV4>= 0,50, demonstrando no mínimo 50% de vulnerabilidade na dimensão condições de escolaridade.

QUADRO 4 – DISTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS DO CADÚNICO DO PARANÁ, SEGUNDO INDICADORES COMPONENTES DA DIMENSÃO CONDIÇÕES DE ESCOLARIDADE DO ÍNDICE DE VIULNERAMILIDADE DAS FAMÍLIAS PARANAENSES(IVFPR) – OUTUBRO 2012

INDICADORES COMPONENTES	EXPLICAÇÃO	CATEGORIA OU VALOR SEGUNDO O FORMULÁRIO DO CADÚNICO	FAMÍLIAS	
			Abs	%
Crianças e adolescentes fora da escola	Existência de crianças e adolescentes que não tem seu direito à educação básica assegurado	Famílias que tem mais de uma criança ou adolescente de 6 a 17 anos fora da escola	1.950	0,3
		Famílias que tem só uma criança ou adolescente de 06 a 17 anos fora da escola	29.548	5,1
		Famílias que tem somente crianças com idade de 0 a 5 anos (para creche) fora de creche ou pré-escola	155.806	26,8
		Famílias sem crianças ou sem crianças e adolescentes fora da escola	393.438	67,8
Defasagem idade série	Existência de pessoas em idade escolar (6 a 17 anos) da educação básica e que estão frequentando escola, mas não no ano correspondente à idade. (defasagem de no mínimo 3 anos)	Ao menos 1 pessoa em defasagem na família	39.803	6,9
		Nenhuma pessoa em defasagem na família	540.939	93,1
Jovens e Adultos sem ensino fundamental	Existência de pessoas que não frequentam escola (com 18 ou mais anos de idade) e que não concluíram a educação fundamental.	Existência de uma ou mais pessoas na família com mais de 18 anos que não concluiu o ensino fundamental.	513.070	88,3
		Nenhuma pessoa de 18 anos ou mais na família sem conclusão do ensino fundamental.	67.672	11,7
TOTAL DE FAMÍLIAS			580.742	100,0

FONTE: CADÚNICO – BASE CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – OUTUBRO DE 2012
NOTAS: ELABORAÇÃO SEDS

Somente 7% das famílias, nessa dimensão, não pontuam em nenhum dos indicadores. Pode-se relativizar apenas na questão em que famílias estivessem pontuando somente no caso de crianças menores de 06 anos estarem fora de creche ou pré-escola, mas isso significa relativizar porque pressupor-se que parte dessas famílias escolheriam não colocar suas crianças em creches ou pré-escolas, e não porque elas não têm essa opção. De qualquer modo, a questão educacional precisa ser bastante observada pois, apesar da maioria das famílias estarem com suas crianças e adolescentes frequentando a escola, segundo declaração, logo em seguida a idade escolar, os adultos mostram a deficiência no grau de instrução. Reforçando a análise anterior, a tabela 4 mostra que cerca de 32% das famílias apresentaram valor do IV4>= 0,50, demonstrando no mínimo 50% de vulnerabilidade na dimensão condições de escolaridade.

TABELA 4 – DISTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS DO CADÚNICO NO PARANÁ, SEGUNDO VALORES DO ÍNDICE DE VULNERABILIDADE DA DIMENSÃO 4 DO IVFPR – CONDIÇÕES DE ESCOLARIDADE (IV4) – OUTUBRO 2012

VALOR IV4	FAMÍLIAS	
	Abs	%
0,0000	40.399	7,0
0,2500 (2 pontos)	347.911	59,9
0,3750 (3 pontos)	3.216	0,6
0,5000 (4 pontos)	153.356	26,4
0,6250 (5 pontos)	23.527	4,1
0,7500 (6 pontos)	9.293	1,6
0,8750 (6 pontos)	2.805	0,5
1, 0000 (8 pontos)	235	0
TOTAL	580.742	100

FONTE: CADÚNICO – BASE CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – OUTUBRO DE 2012
NOTA: ELABORAÇÃO SEDS

A tentativa de compreender, a partir de uma família, situações e circunstâncias por quais ela passa e identificar vulnerabilidades e situações de risco está ancorada na concepção de vigilância socioassistencial da Política Nacional de Assistência Social. No entanto, como apresentado anteriormente, para conseguir avaliar a família seria preciso usar uma única fonte de dados sobre ela, o que limitou questões que pudessem dar conta sobre a oferta e o acesso de políticas públicas e propriamente sobre o território onde ela se encontra, temas que precisam ter sua operacionalização melhor efetivada. Para estudar vulnerabilidades e risco será necessário melhorar muitos registros que se produzem nos municípios e em diversos setores das políticas sociais. Uma das grandes debilidades do

IVFPR diz respeito à ausência de informações de saúde sobre a família da base de dados, além da falta de dados sobre o território. Mas, sua grande potencialidade é conseguir desagregar o indicador até o nível família, sendo possível realizar estudos dentro de cada município paranaense.

2.1 OUTROS QUESTÕES PARA DESENVOLVIMENTO

Tendo em vista que não há pesquisas específicas e regionalizadas sobre o trabalho infantil, depende-se muito da pesquisa censitária para esclarecer as condições sobre o trabalho precoce. Essa falta de outros instrumentos debilita a ação pública, porque não se acompanha o quanto se muda e se faz a respeito do trabalho infanto-juvenil, têm-se apenas retratos distantes um do outro sobre essa realidade.

Os dados do Censo 2010 levaram-nos a certo estranhamento e estarrecimento, pois o número de crianças e adolescentes envolvidos em atividades de trabalho aumentou tanto absolutamente quanto proporcionalmente no total do estado em relação aos dados de 2000. Por isso, entendeu-se que precisaríamos de algumas primeiras reflexões sobre essa realidade.

Para refletir sobre a condição de trabalho de crianças e adolescentes, dividiu-se, primeiro, essa população em dois grupos etários – 10 anos a 13 anos; 14 anos a 17 anos. A constituição dos grupos etários diz respeito ao recorte de idade conferido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, que estabelece que aos menores de 14 anos, é vedada qualquer forma de trabalho que não seja na condição de aprendiz (Artigo 60). Tem-se assim o número de crianças e adolescentes ocupados[2], seja a ocupação de acordo ou não com o Estatuto da Criança e do Adolescente no que diz respeito ao cumprimento das normas do adolescente aprendiz.

Em 2010, o censo computou um total de 1.475.547 crianças e adolescentes com idade entre 10 e 17 anos no Paraná e, destas, 240.271 crianças e adolescentes possuem alguma ocupação. Este número pode ser comparado ao número de habitantes de uma cidade de grande porte[3]. Sabe-se ainda que uma parte considerável dessas crianças e

---

2 A definição de ocupação é a seguinte: qualquer "a*tividade econômica*, que é a ocupação remunerada em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, treinamento, etc.) na produção de bens e serviços; a ocupação remunerada em dinheiro ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, etc.) no serviço doméstico; ou a ocupação sem remuneração na produção de bens e serviços, em ajuda na atividade econômica de membro da unidade domiciliar."

3 De acordo com a LOAS, os municípios com população entre 101.000 e 900.000 habitantes é considerado um município de grande porte.

adolescentes ocupados pode se encontrar em situação de exploração do trabalho infantil, implicando em uma grave violação de seus direitos fundamentais.

Ao observamos o percentual de crianças e adolescentes ocupados de acordo com seus grupos etários, observamos que os 42.118 ocupados no grupo de 10 a 13 anos correspondem a 5,8% da população desse grupo e que os 198.153 ocupados no grupo etário de 14 a 17 dizem respeito a 26,2% para este grupo. Nos dois grupos a maioria é de meninos, sendo que no grupo mais velho a presença de meninos se acentua.

TABELA 5 – TOTAL DOS GRUPOS ETÁRIOS, 10 A 13 ANOS E 14 A 17 ANOS, NÚMERO, PERCENTUAL E DISTRIBUIÇÃO POR SEXO DOS OCUPADOS POR GRUPO ETÁRIO – PARANÁ 2010.

GRUPO ETÁRIO	TOTAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	OCUPADOS			
		Abs.	%	Por Sexo	
				Masculino(%)	Feminino(%)
10 a 13 anos	720.290	42.118	5,8	58	42
14 a 17 anos	755.257	198.153	26,2	61	39

FONTE: CENSO 2010 – IBGE – DADOS DA AMOSTRA
NOTAS: ELABORAÇÃO SEDS.
OS DADOS FORAM EXTRAÍDOS DO SITE DO IBGE – MICRODADOS DA AMOSTRA – EM 11/05/ 2012.

Considerando os Censos de 2000 e 2010, observamos algumas variações no número de crianças e adolescentes ocupadas em cada faixa etária. Primeiro, observamos que na faixa de 10 a 13 anos a população ocupada aumentou, passando de 36.458, (4,9% da população desse grupo) em 2000, para 42.118 (5,8%) em 2010. Esse aumento consiste em um problema em relação aos avanços legais e socialmente legitimados dos direitos da criança e do adolescente. O processo inverso aconteceu com o grupo de 14 a 17 anos, que teve uma discreta diminuição, passando de 216.798 (28,6% da população deste grupo) em 2000 para 198.153 (26,2%) em 2010. Nas Tabelas 6 e 7 abaixo podemos observar as variações entre 2000 e 2010 de acordo com as mesorregiões e a região metropolitana.

TABELA 6 – COMPARAÇÃO SOBRE PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DA FAIXA ETÁRIA DE 10 A 13 ANOS DE IDADE OCUPADA SEGUNDO MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS DO PARANÁ – 2000 E 2010

MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS DO PARANÁ	POPULAÇÃO DE 10 A 13 ANOS DE IDADE					
	2000			2010		
	TOTAL	OCUPADOS		TOTAL	OCUPADOS	
		Abs.	%		Abs	%
Noroeste	49.700	2.923	5,9	43.608	2.508	5,8
Centro Ocidental	28.618	1.373	4,8	22.843	1.307	5,7
Norte Central	137.394	5.221	3,8	128.147	6.052	4,7
Norte Pioneiro	43.730	2.548	5,8	37.659	1.858	4,9

Centro Oriental	50.466	1.757	3,5	52.917	2.310	4,4
Oeste	92.928	4.630	5,0	85.518	5.589	6,5
Sudoeste	38.625	5.150	13,3	35.417	5.387	15,2
Centro-Sul	46.892	4.232	9,0	45.669	5.376	11,8
Sudeste	31.061	3.137	10,1	30.909	2.818	9,1
Metropolitana de Curitiba	226.916	5.487	2,4	237.603	8.914	3,8
FONTE: CENSO 2010 – IBGE – DADOS DA AMOSTRA NOTAS: ELABORAÇÃO SEDS. OS DADOS FORAM EXTRAÍDOS DO SITE DO IBGE – MICRODADOS DA AMOSTRA – EM 11/05/ 2012.						

TABELA 7 – COMPARAÇÃO SOBRE PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DA FAIXA ETÁRIA DE 14 A 17 ANOS DE IDADE OCUPADA SEGUNDO MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS DO PARANÁ – 2000 E 2010

MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS DO PARANÁ	POPULAÇÃO DE 14 A 17 ANOS DE IDADE					
	2000			2010		
	TOTAL	OCUPADOS		TOTAL	OCUPADOS	
		Abs.	%		Abs	%
Noroeste	49.966	18.160	36,3	49.451	15.318	31,0
Centro Ocidental	29.236	8.845	30,3	24.928	6.771	27,2
Norte Central	139.890	40.840	29,2	138.410	35.156	25,4
Norte Pioneiro	44.736	14.614	32,7	39.768	10.329	26,0
Centro Oriental	49.720	11.229	22,6	52.711	9.867	18,7
Oeste	93.286	29.213	31,3	91.767	27.380	29,8
Sudoeste	39.729	16.647	41,9	37.672	16.035	42,6
Centro-Sul	45.154	15.698	34,8	46.290	14.677	31,7
Sudeste	31.197	12.038	38,6	31.375	9.274	29,6
Metropolitana de Curitiba	233.730	49.515	21,2	242.884	53.346	22,0
FONTE: CENSO 2010 – IBGE – DADOS DA AMOSTRA NOTAS: ELABORAÇÃO GESTÃO DA INFORMAÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAMÍLIA E DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. OS DADOS FORAM EXTRAÍDOS DO SITE DO IBGE – MICRODADOS DA AMOSTRA – EM 11/05/ 2012.						

Quando comparamos os dados entre 2000 e 2010, a partir das alterações em cada município, verificamos que há uma grande variação. Alguns municípios diminuíram muito a quantidade de crianças e adolescentes ocupadas e outros aumentaram significativamente este número. Esse fato já recomenda a necessidade de avaliação específica sobre as condições de cada município.

Observamos que o aumento no percentual geral do Estado referente aos ocupados no grupo de 10 a 13 anos, em 2010 (que passou de 4,9% a 5,8%), deve ser atribuído a maioria dos municípios, não se concentrando somente em uma região.

A diminuição da percentagem estadual de ocupados entre 14 e 17 se deve a mudanças em 261 municípios, destes, somente 13 estão entre os municípios que diminuíram suas percentagens em 50% ou mais. O que significa que a diminuíram do

número de ocupados se deve a pequenas diminuições na grande maioria do estado. Somente 04 municípios aumentaram em 100% ou mais suas percentagens de ocupados de 14 a 17 anos.

Uma questão: a diminuição de ocupados entre 14 a 17 pode significar um avanço das políticas de combate à exploração do trabalho entre adolescentes, ou pode estar relacionada à dificuldade de ocupação adequada dos adolescentes – visto que os maiores de 14 podem ser inseridos em programas de adolescente aprendiz.

Outros temas relacionados às mudanças demográficas atuais fundamentam novos desafios das políticas públicas da assistência social. Um primeiro ponto a ser ressaltado consiste na tendência ao envelhecimento populacional. A proporção de idosos no Paraná é de 7,6%, mas sua distribuição nos municípios também é diferente (FIGURA 13). Sabendo que os idosos são públicos dos serviços de atendimento dos Centros de Referência da Assistência Social, pela sua distribuição espacial, pode-se iniciar estudos a respeito de demanda por novos serviços relativos a esse grupo etário.

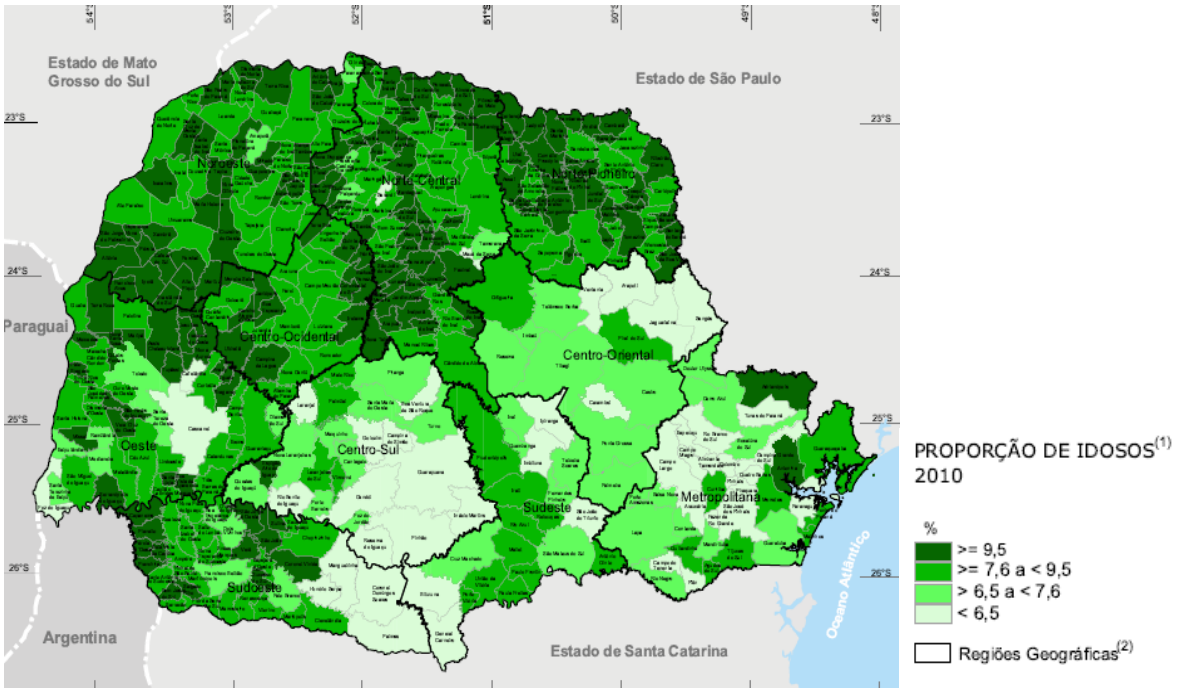


FIGURA 13 – PROPORÇÃO DE IDOSOS EM RELAÇÃO A POPULAÇÃO TOTAL NOS MUNICÍPIOS PARANAENSES – CENSO 2010
FONTE: IPARDES – BDEWEB, IBGE – CENSO DEMOGRÁFICO 2010.

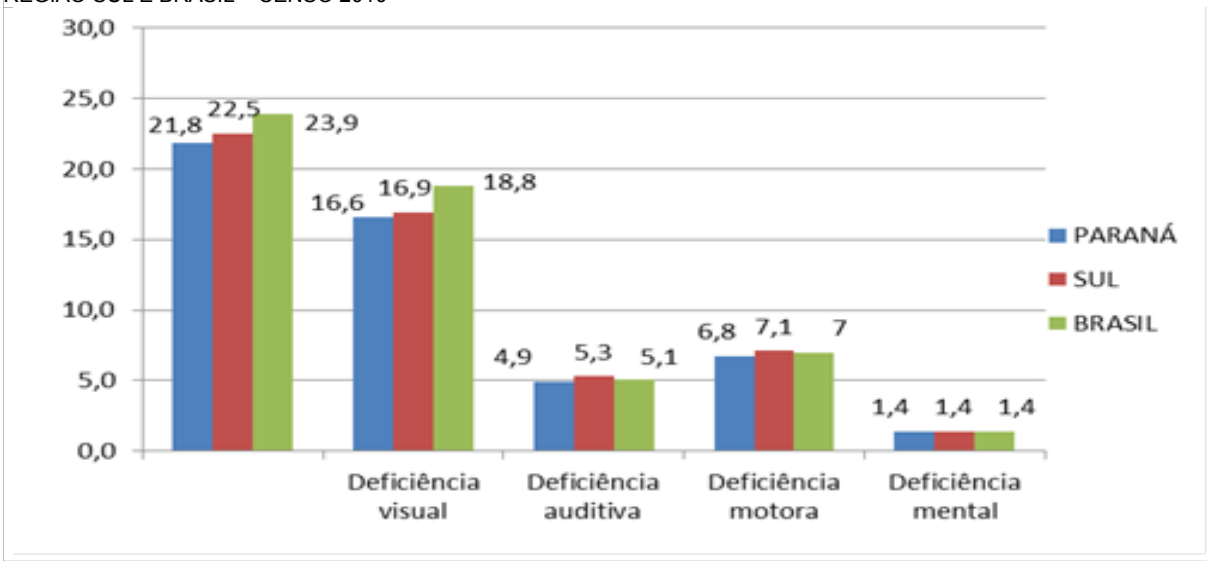
Outra discussão importante sobre os dados demográficos seria a análise do perfil das

pessoas com deficiência, principalmente porque essa população também é perfil para atendimento na assistência social, assim como os idosos.

O IBGE lançou um documento comentando os resultados gerais da amostra em que constam algumas estatísticas descritivas sobre a população com deficiências permanentes comparando dados entre regiões e estados. Os dados do Censo avaliaram que 23,9% da população Brasileira tinha algum tipo de deficiência (visual, auditiva, motora ou mental). Apresentamos, a seguir, algumas tabulações possíveis para o Estado do Paraná e as regiões da SEDS.

De acordo com os dados do Censo, no Paraná há 2.280.548 pessoas com alguma deficiência investigada, 21,8% da população paranaense. A deficiência visual é aquela com maior representação, 1.728.671 pessoas declararam ter deficiência visual, seguida da deficiência motora, 6,8% da população do Paraná possui alguma deficiência motora. Não há nenhuma diferença significativa na proporção de deficientes e sua distribuição nos tipos de deficiência no Paraná em relação à região Sul ou ao Brasil (gráfico 1).

GRÁFICO 1: PROPORÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS EM RELAÇÃO AO TOTAL DA POPULAÇÃO – PARANÁ, REGIÃO SUL E BRASIL – CENSO 2010



FONTE: CENSO DEMOGRÁFICO – MICRODADOS DA AMOSTRA – IBGE
NOTAS: ELABORAÇÃO SEDS
OS DADOS TABULADOS FORAM RETIRADOS DO SITE DO IBGE EM 31 DE MAIO DE 2012.

No entanto, não se pode considerar que todas essas pessoas possuem deficiências severas. Desses 2.280.548 pessoas, são 666.219 aquelas que apresentam deficiências severas, ou seja, elas representam 29,2% das pessoas com deficiências.

Dentre aqueles que apresentam deficiências, o sexo feminino representa 55,1% e 53,7% dentre aqueles que indicam deficiência severa (tabela 8). Na distribuição entre sexos o feminino mais se sobressai quanto a deficiência motora severa e leve (58,4% e 60,8% respectivamente), o masculino mais se sobressai quanto a deficiência auditiva severa e leve (54,5% e 53,2% respectivamente).

TABELA 8: PESSOAS QUE APRESENTAM ALGUM TIPO DE DEFICIÊNCIA, POR SEXO, SEGUNDO GRAU DE SEVERIDADE INVESTIGADO – PARANÁ - 2010

GRAU DE SEVERIDADE	SEXO				TOTAL	
	MASCULINO		FEMININO			
	Abs	%	Abs	%	Abs	%
Deficiência visual severa	136.827	42,5	184.792	57,5	321.619	100,0
Deficiência visual leve	605.319	43,0	801.733	57,0	1.407.052	100,0
Deficiência Motora Severa	101.262	41,6	141.957	58,4	243.219	100,0
Deficiência Motora leve	181.459	39,2	281.563	60,8	463.022	100,0
Deficiência Auditiva severa	65.010	54,5	54.184	45,5	119.194	100,0
Deficiência Auditiva leve	210.918	53,2	185.837	46,8	396.755	100,0
Deficiência mental/intelectual permanente	77.003	53,7	66.373	46,3	143.376	100,0
Com alguma deficiência severa	308.308	46,3	357.911	53,7	666.219	100,0
Com alguma deficiência leve	714.985	44,3	899.344	55,7	1.614.329	100,0
TOTAL com alguma deficiência	1.023.293	44,9	1.257.255	55,1	2.280.548	100,0

FONTE: CENSO DEMOGRÁFICO – MICRODADOS DA AMOSTRA – IBGE
NOTAS: ELABORAÇÃO SEDS
OS DADOS TABULADOS FORAM RETIRADOS DO SITE DO IBGE EM 31 DE MAIO DE 2012

A distribuição por idade revela que a população com alguma das deficiências investigadas se concentram nas idades acima de 40 anos: 71,9% (tabela 8). Observa-se o aumento progressivo de incidência das deficiências até os 59 anos, após diminui progressivamente. Observa-se que acima de 50 anos estão mais da metade das pessoas com deficiências auditiva, visual, motora severas. Somente entre as pessoas com deficiência mental é que a distribuição por grupos etários se mostra diferente, sendo distribuída semelhantemente: 14,1% entre 10 e 19 anos, 13,2% entre 20 e 29 anos, 14,5% entre 30 e 39 anos.

Para além disso, faz necessário estudos de diferente tipo que possas articular a existência de problemas sociais com a avaliação dos serviços existentes nas regionais e aprofunde a dimensão institucional que se iniciou, apenas na dimensão de ativos institucionais, no trabalho dos “Vários Paranás”, para efetivamente discutir presença (ou ausência) e oferta (ou falta de) dos serviços e programas públicos nas regiões. Deve-se levar em conta que a grande maioria dos serviços à população são de responsabilidade

municipal, ou seja a descentralização se faz pela estrutura institucional municipal. Novos esforços precisam ser realizados numa verdadeira articulação de informações para basear tomada de decisões nos próximos anos.

3. GESTÃO DO SUAS NO PARANÁ

O SUAS está implantado nas três esferas de governo, cada esfera têm suas especificidades e atribuições distintas na gestão. Para alcançar avanços é indispensável a articulação entre elas. Desta forma, cabe neste Plano, apresentar o contexto da gestão estadual e a realidade das gestões municipais, no intuito de estabelecer coerência entre a realidade e as ações planejadas.

A apresentação dos indicadores, índices e estudos demonstram a situação do território paranaense e indica alguns apontamentos para garantir a universalização da política de assistência social. Tal panorama, revela a necessidade de implementação e aprimoramento no desenvolvimento da política de assistência e nas demais políticas sociais, como forma de diminuir as desigualdades sociais vivenciadas no território do estado do Paraná.

Cabe ressaltar que além de identificar a população destinatária da política, é preciso identificar e considerar as estruturas administrativas dos municípios no gerenciamento da Política de Assistência Social, com intuito de contribuir na instituição de mecanismos que elevem a capacidade de gestão.

Neste sentido, é fundamental traçarmos o cenário da política de assistência social no estado e nos municípios, utilizando-o como ferramental imprescindível para legitimar as ações propostas neste plano plurianual.

3.1 CENÁRIO DA GESTÃO ESTADUAL

A Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social – SEDS é o órgão responsável pela organização, promoção e coordenação estadual da Política Pública de Assistência Social, além da Política da Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, visando a implementação de serviços, programas e projetos que irão beneficiar as famílias em situação de vulnerabilidade social e risco que residem em todas as regiões do Paraná.

De 2003 até o primeiro semestre de 2011 a política de assistência social estava sob responsabilidade da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social – SETP, órgão gestor da política de assistência social até então, era dividida em departamentos e um deles se referia ao Núcleo de Assistência Social, este núcleo era dividido em Coordenação

de Desenvolvimento Integrado e Coordenação de Gestão Municipal.

Atualmente no âmbito da política de assistência social, a SEDS é composta por 4 coordenações técnicas: Coordenação de Proteção Social Básica, Coordenação de Proteção Social Especial, Coordenação de Gestão do SUAS e Coordenação de Renda de Cidadania, além das Coordenações, ainda há a Unidade Técnica do Família Paranaense e Assessoria Técnica.

Além da divisão da estrutura administrativa apresentada no organograma, há estrutura de 23 Escritórios Regionais, unidades descentralizadas político -administrativas, que prestam assessoria e apoio técnico aos municípios na gestão da política de assistência social.

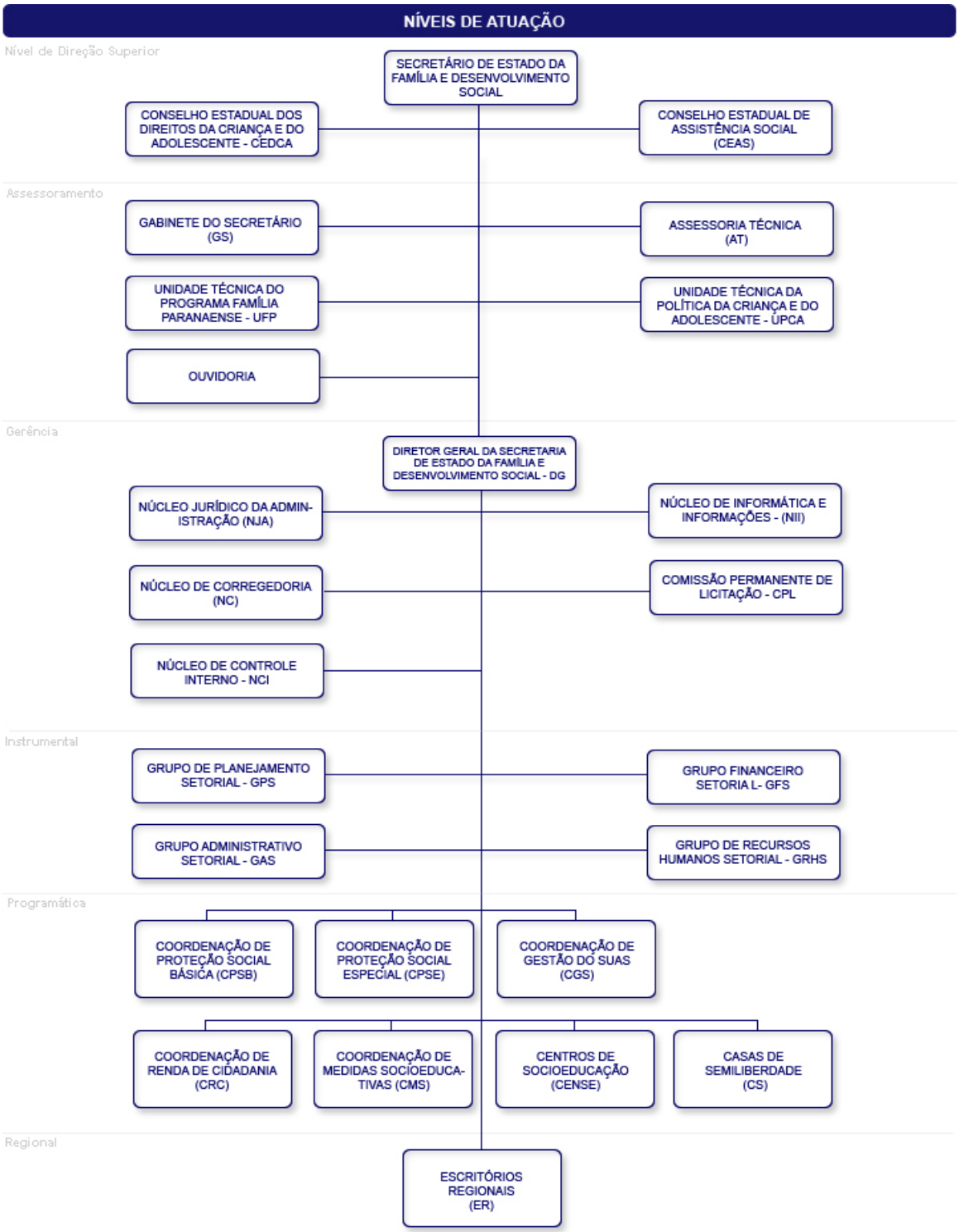

NÍVEIS DE ATUAÇÃO
Nível de Direção Superior
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CEDCA
CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CEAS)
Assessoramento
GABINETE DO SECRETÁRIO (GS)
ASSESSORIA TÉCNICA (AT)
UNIDADE TÉCNICA DO PROGRAMA FAMÍLIA PARANAENSE - UFP
UNIDADE TÉCNICA DA POLÍTICA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - UPCA
OUVIDORIA
Gerência
DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - DG
NÚCLEO JURÍDICO DA ADMINISTRAÇÃO (NJA)
NÚCLEO DE INFORMÁTICA E INFORMAÇÕES - (NII)
NÚCLEO DE CORREGEDORIA (NC)
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
NÚCLEO DE CONTROLE INTERNO - NCI
Instrumental
GRUPO DE PLANEJAMENTO SETORIAL - GPS
GRUPO FINANCEIRO SETORIA L- GFS
GRUPO ADMINISTRATIVO SETORIAL - GAS
GRUPO DE RECURSOS HUMANOS SETORIAL - GRHS
Programática
COORDENAÇÃO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA (CPSB)
COORDENAÇÃO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL (CPSE)
COORDENAÇÃO DE GESTÃO DO SUAS (CGS)
COORDENAÇÃO DE RENDA DE CIDADANIA (CRC)
COORDENAÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS (CMS)
CENTROS DE SOCIOEDUCAÇÃO (CENSE)
CASAS DE SEMILIBERDADE (CS)
Regional
ESCRITÓRIOS REGIONAIS (ER)

FIGURA 14 – ORGANOGRAMA A SECRETARIA DE ESTAO DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL (SEDS) - 2012

A sede da Secretaria, totalizando o quadro de cada coordenação, unidade e assessoria técnica, tem o seguinte número de profissionais e recursos materiais (tabelas 9 e 10):

TABELA 9: NÚMERO DE PROFISSIONAIS DA SEDE, SEGUNDO FUNÇÃO.

FUNÇÃO	**QUANTIDADE**
Secretária de Assistência Social	01
Coordenadores	09
Técnico (a) de Nível Superior – Administrador (a)	05
Técnico (a) de Nível Superior – Advogado (a)	07
Técnico (a) de Nível Superior – Assistente Social	13
Técnico (a) de Nível Superior - Contador (a)	02
Técnico (a) de Nível Superior – Economista	02
Técnico (a) de Nível Superior - Jornalista	01
Técnico (a) de Nível Superior - Nutricionista	01
Técnico (a) de Nível Superior – Outro Profissional de Nível Superior	10
Técnico (a) de Nível Superior – Pedagogo (a)	06
Técnico (a) de Nível Superior – Psicólogo (a)	08
Técnico (a) de Nível Superior – Sociólogo (a)	01
Técnico (a) de Nível Médio	26
Outros - Administrador (a)	03
Outros – Advogado (a)	02
Outros - Outro Profissional de Nível Superior	06
Outros – Pedagogo (a)	04
Outros – Psicólogo (a)	01
Outros – Sem Formação Profissional	05
Apoio Administrativo	11
Estagiário (a)	15

FONTE: SEDS

TABELA 10: RECURSOS MATERIAIS DA SEDE

RECURSOS MATERIAIS	**NÚMERO TOTAL**
Veículos	21
Computadores	206
Telefone	101
Impressoras	17
Fax	4
TV'	3
Aparelho de Som	11

Data Show	1
Aparelho de DVD	10
Maquiná Fotográfica	6
Eletrodoméstico	65
FONTE: SEDS	

Para garantir condições de trabalho os Escritórios Regionais contam com equipe composta por chefe, técnico de nível superior e administrativo. A quantidade de profissionais depende do porte do Escritório Regional, que considera o número de municípios de abrangência regional. Ainda, cada Escritório Regional têm sua estrutura física própria, bem como recursos materiais. Abaixo apresenta-se o número total de trabalhadores lotados nos Escritórios Regionais e os recursos materiais (tabela X,X):

TABELA 11: NÚMERO DE PROFISSIONAIS DOS ESCRITÓRIOS REGIONAIS, SEGUNDO FUNÇÃO

FUNÇÃO	QUANTIDADE
Chefe Escritório Regional	23
Técnico (a) de Nível Superior – Administrador (a)	1
Técnico (a) de Nível Superior – Assistente Social	26
Técnico (a) de Nível Superior – Economista	2
Técnico (a) de Nível Superior – Outro Profissional de Nível Superior	4
Técnico (a) de Nível Superior – Pedagogo (a)	12
Técnico (a) de Nível Superior – Psicólogo (a)	13
Técnico (a) de Nível Médio	9
Outros	10
Apoio Administrativo	4
Serviços Gerais	11
Estagiário (a)	13
FONTE: SEDS	

TABELA 12: RECURSOS MATERIAIS DOS ESCRITÓRIOS REGIONAIS

RECURSOS MATERIAIS	NÚMERO TOTAL
Computadores	96
Telefone	71
Fax	27
Veículo	31
Impressora	17
Vídeo	1
Som	12

Data Show	16
Eletro doméstico	103
FONTE: SEDS	

A descentralização regional da SEDS, favorece o acompanhamento técnico e amplia o canal de comunicação junto aos municípios. Os resultados do assessoramento técnico aos municípios refletem no aprimoramento da gestão municipal. Para exemplificar, no ano de 2005 dos 399 municípios, 250 estavam em gestão inicial, 119 habilitados em gestão básica e 30 habilitados em a gestão plena. Em 2006, 129 municípios estavam habilitados em gestão básica e 35 em gestão plena. Em 2010 todos os municípios estavam habilitados em gestão básica ou plena. No entanto, um número significativo de municípios, em torno de 150, tinham pendências dos requisitos exigidos na Norma Operacional Básica – NOB/SUAS.

No decorrer do processo de acompanhamento e assessoramento houve a indução dos referidos municípios em adotarem estratégias para a superação das pendências. Neste contexto, atualmente há apenas 40 municípios que não superaram suas pendências. Para estes houve a implantação do Plano de Apoio, instrumento que elenca ações de atribuições da SEDS para contribuir no processo de superação das pendências.

Abaixo serão apresentados as informações da realidade da gestão da política de assistência social de cada município que compõem a abrangência dos Escritórios Regionais. As informações dos serviços socioassistenciais são referentes do mês de Julho de 2012.

ESCRITÓRIO REGIONAL DE APUCARANA

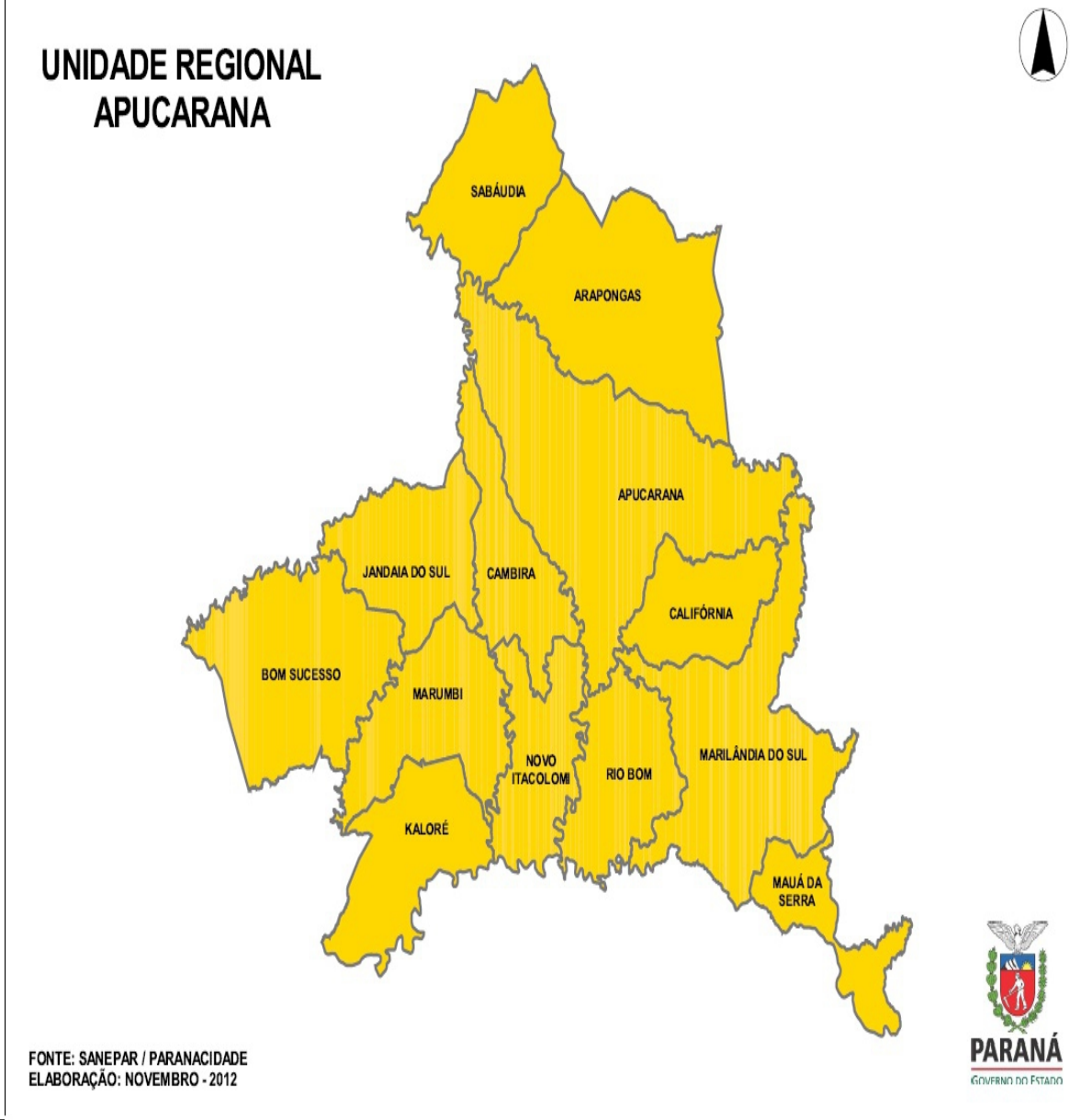


FIGURA 14 – MUNICÍPIOS DE ABRANGENCIA DO ESCRITÓRIO REGIONAL DE APUCARANA
FONTE: SANEPAR/PARANA CIDADE

QUADRO 5 – INFORMAÇÕES SINTÉSE SEGUNDO MUNICÍPIOS DO ESCRITÓRIO REGIONAL DE APUCARANA		
	Total de Municípios	13
	Total de habitantes	305.988
Porte Populacional	Pequeno Porte I	10
	Pequeno Porte II	1
	Médio Porte	0
	Grande Porte	2
	Metrópole	0
Nível de Gestão	Básica	11
	Plena	2
N° de equipamentos	CRAS	17
	CREAS	3
	Centro POP	0
	Unidades de Acolhimento	25
FONTE: IBGE – CENSO DEMOGRÁFICO 2010; SEDS; CENSO SUAS 2011. NOTAS: ELABORAÇÃO SEDS		

QUADRO 6 – INFORMAÇÕES GERAIS E ÍNDICES DE GESTÃO SEGUNDO MUNICÍPIOS DO ESCRITÓRIO REGIONAL DE APUCARANA

Município	Nível de gestão	Porte	População – Censo	IGD – Bolsa família	* IDCRAS	* Índice de execução financeira ajustada	* IGD SUAS
Apucarana	Plena	Grande Porte	120919	0,76	0,33	0,25	0,32
Arapongas	Plena	Grande Porte	104150	0,32	0,78	0,44	0,71
Bom Sucesso	Básica	Pequeno Porte I	6561	0,92	0,83	0,65	0,8
Califórnia	Básica	Pequeno Porte I	8069	0,86	0,5	0,72	0,54
Cambira	Básica	Pequeno Porte I	7236	0,82	0,83	0,92	0,85
Jandaia do Sul	Básica	Pequeno Porte II	20269	0,87	0,67	0,84	0,7
Kaloré	Básica	Pequeno Porte I	4506	0,96	0,67	0,94	0,72
Marilândia do Sul	Básica	Pequeno Porte I	8863	0,87	0,67	0,77	0,69
Marumbi	Básica	Pequeno Porte I	4603	0,87	0	0,88	0,18
Mauá da Serra	Básica	Pequeno Porte I	8555	0,82	0,33	0,23	0,31
Nova Itacolomi	Básica	Pequeno Porte I	2827	0,82	0,83	0,72	0,81
Rio Bom	Básica	Pequeno Porte I	3334	0,86	0	0,87	0,17
Sabáudia	Básica	Pequeno Porte I	6096	0,83	0,67	0,35	0,6

FONTE: IBGE – CENSO DEMOGRÁFICO 2010; SEDS; MATRIZ DA INFORMAÇÃO SOCIAL 2012 - MDS
NOTAS: ELABORAÇÃO SEDS

QUADRO 7 – EXECUÇÃO DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS SOCIOASSISTENCIAIS SEGUNDO MUNICÍPIOS DO ESCRITÓRIO REGIONAL DE APUCARANA

Município	CRAS	CREAS	Centro POP	Acolhimento	*PETI	*ProJovem Adolescente/ n° coletivos	*Serviço de Convivência do idoso e/ou crianças até 6 anos	*Serviço de PSE para Pessoas com Deficiência, idosas e suas famílias
Apucarana	4	1	-	7	-	-	2266	22
Arapongas	3	1	-	2	-	-	1820	132
Bom Sucesso	2	-	-	0	34		390	7
Califórnia	1	-	-	1	-	-	362	25
Cambira	1	-	-	0	101	-	398	25
Jandaia do Sul	1	1	-	2	-	2	740	78
Kaloré	1	-	-	2	111	-	216	-
Marilândia do Sul	1	-	-	4	39	-	429	29
Marumbi	-	-	-	1	-	-	230	-
Mauá da Serra	1	-	-	4	-	-	307	34
Nova Itacolomi	1	-	-	-	29	-	111	6
Rio Bom	-	-	-	2	-	-	191	7
Sabáudia	1	-	-	-	-	-	184	

FONTE: IBGE – CENSO DEMOGRÁFICO 2010; SEDS; MATRIZ DA INFORMAÇÃO SOCIAL 2012 – MDS; CENSO SUAS 2011.
NOTAS: ELABORAÇÃO SEDS

ESCRITÓRIO REGIONAL DE CAMPO MOURÃO

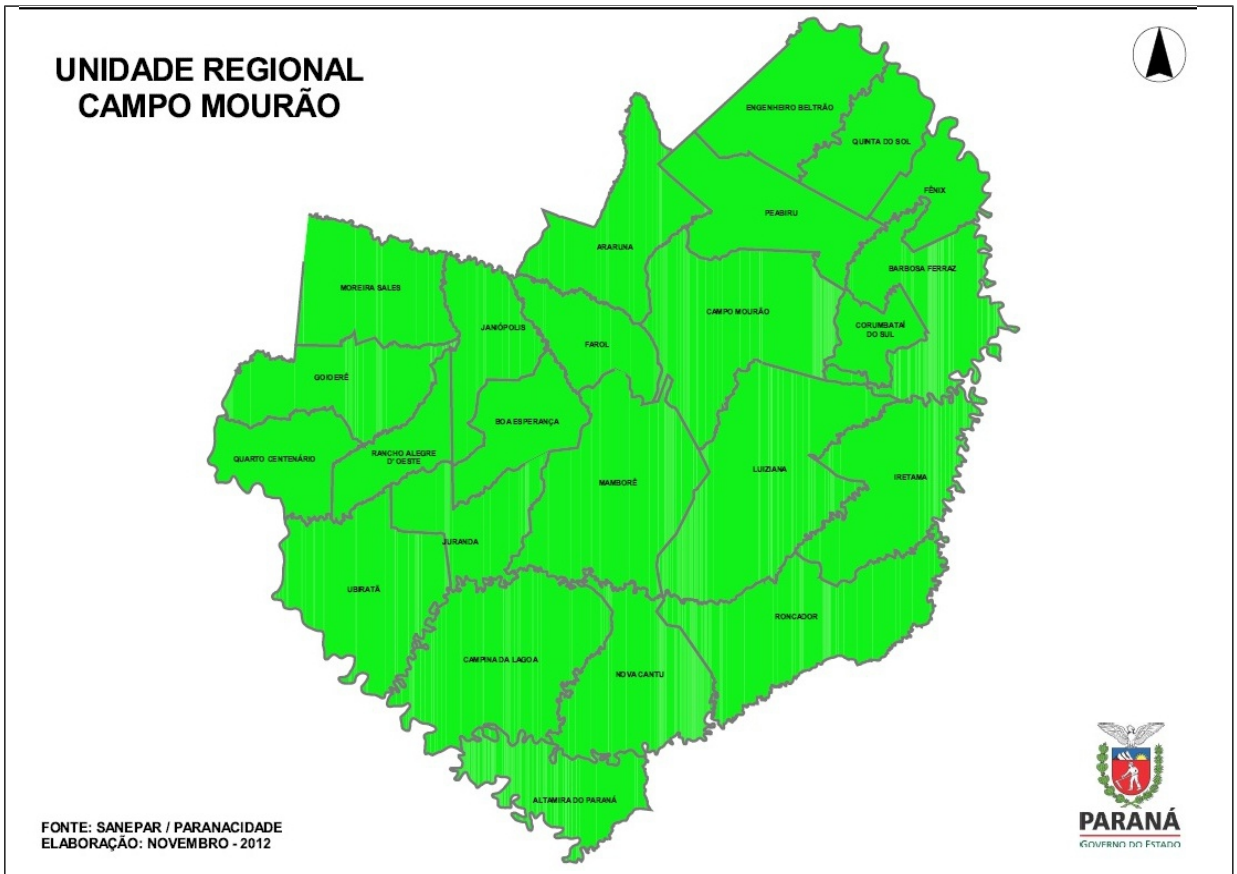


FIGURA 15 – MUNICÍPIOS DE ABRANGENCIA DO ESCRITÓRIO REGIONAL DE CAMPO MOURÃO
ELABORAÇÃO: SEDS

QUADRO 8 – INFORMAÇÕES SINTÉSE SEGUNDO MUNICÍPIOS DO ESCRITÓRIO REGIONAL DE CAMPO MOURÃO		
	Total de Municípios	24
	Total de habitantes	318.349
Porte Populacional	Pequeno Porte I	21
	Pequeno Porte II	2
	Médio Porte	1
	Grande Porte	0
	Metrópole	0
Nível de Gestão	Básica	22
	Plena	2
N° de equipamentos	CRAS	26
	CREAS	3
	Centro POP	0
	Unidades de Acolhimento	39

FONTE: IBGE – CENSO DEMOGRÁFICO 2010; SEDS; CENSO SUAS 2011.
NOTAS: ELABORAÇÃO SEDS

QUADRO 9 – INFORMAÇÕES GERAIS E ÍNDICES DE GESTÃO SEGUNDO MUNICÍPIOS DO ESCRITÓRIO REGIONAL DE CAMPO MOURÃO

Município	Nível de gestão	Porte	População – Censo	IGD – Bolsa família	* IDCRAS	* Índice de execução financeira ajustada	* IGD SUAS
Altamira do Paraná	Básica	Pequeno Porte I	4306	0,91	0,83	1	0,87
Araruna	Básica	Pequeno Porte I	13419	0,82	0,5	0,47	0,49
Barbosa Ferraz	Básica	Pequeno Porte I	12656	0,9	0,67	0,82	0,7
Boa Esperança	Básica	Pequeno Porte I	4568	0,82	0,83	0,73	0,81
Campina da Lagoa	Básica	Pequeno Porte I	15394	0,92	0,83	0,35	0,74
Campo Mourão	Plena	Médio Porte	87194	0,89	0,56	0,77	0,6
Corumbataí do Sul	Básica	Pequeno Porte I	4002	0,82	0,33	0,56	0,38
Engenheiro Beltrão	Básica	Pequeno Porte I	13906	0,85	0,67	0,77	0,69
Farol	Básica	Pequeno Porte I	3472	0,82	0,5	0,08	0,42
Fênix	Básica	Pequeno Porte I	4802	0,85	0,17	0,25	0,18
Goioerê	Plena	Pequeno Porte II	29018	0,83	0,33	0,72	0,41
Iretama	Básica	Pequeno Porte I	10622	0,87	1	0,77	0,95
Janiopolis	Básica	Pequeno Porte I	6532	0,78	0,67	0,85	0,7
Juranda	Básica	Pequeno Porte I	7641	0,92	0,83	0,55	0,78
Luiziana	Básica	Pequeno Porte I	7315	0,9	1	0,76	0,95
Mamborê	Básica	Pequeno Porte I	13961	0,88	0,33	0,84	0,44
Moreira Sales	Básica	Pequeno Porte I	12606	0,8	0,33	0,87	0,44
Nova Cantu	Básica	Pequeno Porte I	7425	0,88	0,67	0,99	0,73
Peabiru	Básica	Pequeno Porte I	13624	0,74	0,67	0,18	0,57
Quarto Centenário	Básica	Pequeno Porte I	4856	0,67	0,33	1	0,47
Quinta do Sol	Básica	Pequeno Porte I	5088	0,83	0,83	0,69	0,81
Rancho Alegre D'Oeste	Básica	Pequeno Porte I	2847	0,88	0,67	0,78	0,69
Roncador	Básica	Pequeno Porte I	11537	0,72	0,83	1	0,87
Ubiratã	Básica	Pequeno Porte II	21558	0,8	1	0,67	0,93

FONTE: IBGE – CENSO DEMOGRÁFICO 2010; SEDS; MATRIZ DA INFORMAÇÃO SOCIAL 2012 - MDS
NOTAS: ELABORAÇÃO SEDS

QUADRO 10 - EXECUÇÃO DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS SOCIOASSISTENCIAIS SEGUNDO MUNICÍPIOS DO ESCRITÓRIO REGIONAL DE CAMPO MOURÃO

Município	CRAS	CREAS	Centro	Acolhime	*PETI	*ProJovem	*Serviço de	*Serviço de PSE para

			POP	nto		Adolescente/ n° coletivos	Convivência do idoso e/ou crianças até 6 anos	Pessoas com Deficiência, idosas e suas famílias
Altamira do Paraná	1	-	-	0	54	2	351	-
Araruna	1	-	-	2	72	2	525	32
Barbosa Ferraz	1	-	-	4	82	3	865	16
Boa Esperança	1	-	-	3	-	1	244	-
Campina da Lagoa	1	-	-	2	55	-	677	42
Campo Mourão	3	1	-	6	125	8	3594	81
Corumbataí do Sul	1	-	-	1	67	1	312	-
Engenheiro Beltrão	1	-	-	2	-	3	485	44
Farol	1	-	-	0	-	-	201	-
Fênix	1	-	-	1	63	2	230	8
Goioerê	1	1	-	3	-	3	665	139
Iretama	1	-	-	3	37	2	836	12
Janiopolis	1	-	-	0	116	-	384	-
Juranda	1	-	-	1	-	2	309	-
Luiziana	1	-	-	0	-	-	462	-
Mamborê	1	-	-	2	-	3	611	-
Moreira Sales	1	-	-	2	76	2	611	-
Nova Cantu	1	-	-	1	134	2	465	9
Peabiru	1	-	-	0	-	2	731	18
Quarto Centenário	1	-	-	0	-	-	255	-
Quinta do Sol	1	-	-	1	-	2	176	-
Rancho Alegre D'Oeste	1	-	-	0	-	-	128	-
Roncador	1	-	-	1	63	2	687	15
Ubiratã	1	1	-	4	227	4	947	71

FONTE: IBGE – CENSO DEMOGRÁFICO 2010; SEDS; MATRIZ DA INFORMAÇÃO SOCIAL 2012 – MDS; CENSO SUAS 2011.
NOTAS: ELABORAÇÃO SEDS

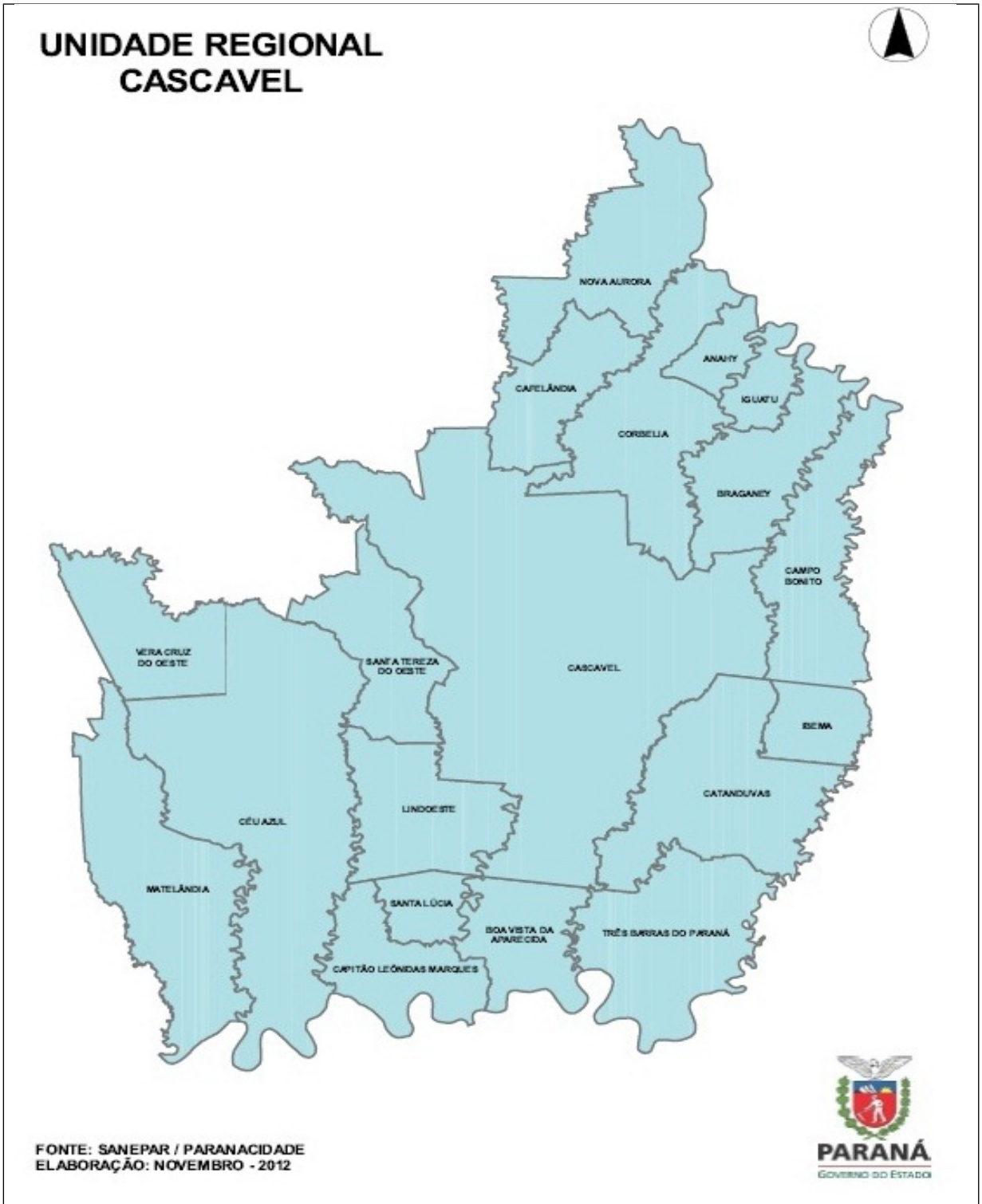


FIGURA 16 – MUNICÍPIOS DE ABRANGENCIA DO ESCRITÓRIO REGIONAL DE CASCAVEL
ELABORAÇÃO: SEDS.

QUADRO 11 – INFORMAÇÕES SINTÉSE SEGUNDO MUNICÍPIOS DO ESCRITÓRIO REGIONAL DE CASCAVEL		
	Total de Municípios	19
	Total de habitantes	450.969
Porte Populacional	Pequeno Porte I	18
	Pequeno Porte II	0
	Médio Porte	0
	Grande Porte	1
	Metrópole	0
Nível de Gestão	Básica	18
	Plena	1
N° de equipamentos	CRAS	24
	CREAS	4
	Centro POP	1
	Unidades de Acolhimento	31
FONTE: IBGE – CENSO DEMOGRÁFICO 2010; SEDS; CENSO SUAS 2011. NOTAS: ELABORAÇÃO SEDS		

QUADRO 12 – INFORMAÇÕES GERAIS E ÍNDICES DE GESTÃO SEGUNDO MUNICÍPIOS DO ESCRITÓRIO REGIONAL DE CASCAVEL

Município	Nível de gestão	Porte	População – Censo	IGD – Bolsa família	* IDCRAS	* Índice de execução financeira ajustada	* IGD SUAS
Anahy	Básica	Pequeno Porte 1	2874	0,76	0,83	0,8	0,83
Boa Vista da Aparecida	Básica	Pequeno Porte 1	7911	0,87	0,83	0,98	0,86
Braganey	Básica	Pequeno Porte 1	5735	0,83	0,17	0,77	0,29
Cafelândia	Básica	Pequeno Porte 1	14662	0,8	0,83	0,96	0,86
Campo Bonito	Básica	Pequeno Porte 1	4407	0,85	0,83	0,98	0,86
Capitão Leônidas Marques	Básica	Pequeno Porte 1	14970	0,8	0,5	0,59	0,52
Cascavel	Plena	Grande Porte	286205	0,31	0,61	0,35	0,56
Catanduvas	Básica	Pequeno Porte 1	10202	0,9	0,5	0,7	0,54
Céu Azul	Básica	Pequeno Porte 1	11032	0,79	1	0	0,8
Corbélia	Básica	Pequeno Porte 1	16312	0,76	0,83	0,86	0,84
Ibema	Básica	Pequeno Porte 1	6066	0,82	0,33	0,58	0,38
Iguatu	Básica	Pequeno Porte 1	2234	0,85	1	0,96	0,99
Lindoeste	Básica	Pequeno Porte 1	5361	0,85	0,83	0,49	0,76
Matelândia	Básica	Pequeno Porte 1	16078	0,89	0,83	0,86	0,84
Nova Aurora	Básica	Pequeno Porte 1	11866	0,86	0,83	0,66	0,8
Sabta Lúcia	Básica	Pequeno Porte 1	3925	0,82	0,83	0,91	0,85
Santa Tereza do Oeste	Básica	Pequeno Porte 1	10332	0,81	0,83	0,54	0,77

Três Barras do Paraná	Básica	Pequeno Porte 1	11824	0,78	0,33	0,92	0,45
Vera Cruz do Oeste	Básica	Pequeno Porte 1	8973	0.83	0,83	0,53	0,77
FONTE: IBGE – CENSO DEMOGRÁFICO 2010; SEDS; MATRIZ DA INFORMAÇÃO SOCIAL 2012 - MDS NOTAS: ELABORAÇÃO SEDS							

QUADRO 13 - EXECUÇÃO DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS SOCIOASSISTENCIAIS SEGUNDO MUNICÍPIOS DO ESCRITÓRIO REGIONAL DE CASCAVEL

Município	CRAS	CREAS	Centro POP	Acolhimento	*PETI	*ProJovem Adolescente/ n° coletivos	*Serviço de Convivência do idoso e/ou crianças até 6 anos	*Serviço de PSE para Pessoas com Deficiência, idosas e suas famílias
Anahy	1	-	-	2	98	-	124	-
Boa Vista da Aparecida	1	-	-	1	229	3	626	13
Braganey	1	-	-	1	21	-	349	8
Cafelândia	1	-	-	2	138	-	401	42
Campo Bonito	1	-	-	0	-	1	273	22
Capitão Leônidas Marques	1	-	-	1	-	1	698	18
Cascavel	6	3	1	9	210	8	8216	330
Catanduvas	1	-	-	2	30	-	499	50
Céu Azul	1	-	-	3	-	2	384	18
Corbélia	1	-	-	2	-	3	679	60
Ibema	1	-	-	1	-	1	431	26
Iguatu	1	-	-	3	17	-	147	-
Lindoeste	1	-	-	0	-	-	317	11
Matelândia	1	-	-	1	180	2	690	52
Nova Aurora	1	-	-	0	-	-	436	69
Santa Lúcia	1	-	-	1	-	1	228	-
Santa Tereza do Oeste	1	1	-	0	54	1	454	33
Três Barras do Paraná	1	-	-	2	-	-	666	14
Vera Cruz do Oeste	1	-	-	0	0	1	302	11
FONTE: IBGE – CENSO DEMOGRÁFICO 2010; SEDS; MATRIZ DA INFORMAÇÃO SOCIAL 2012 – MDS; CENSO SUAS 2011. NOTAS: ELABORAÇÃO SEDS								

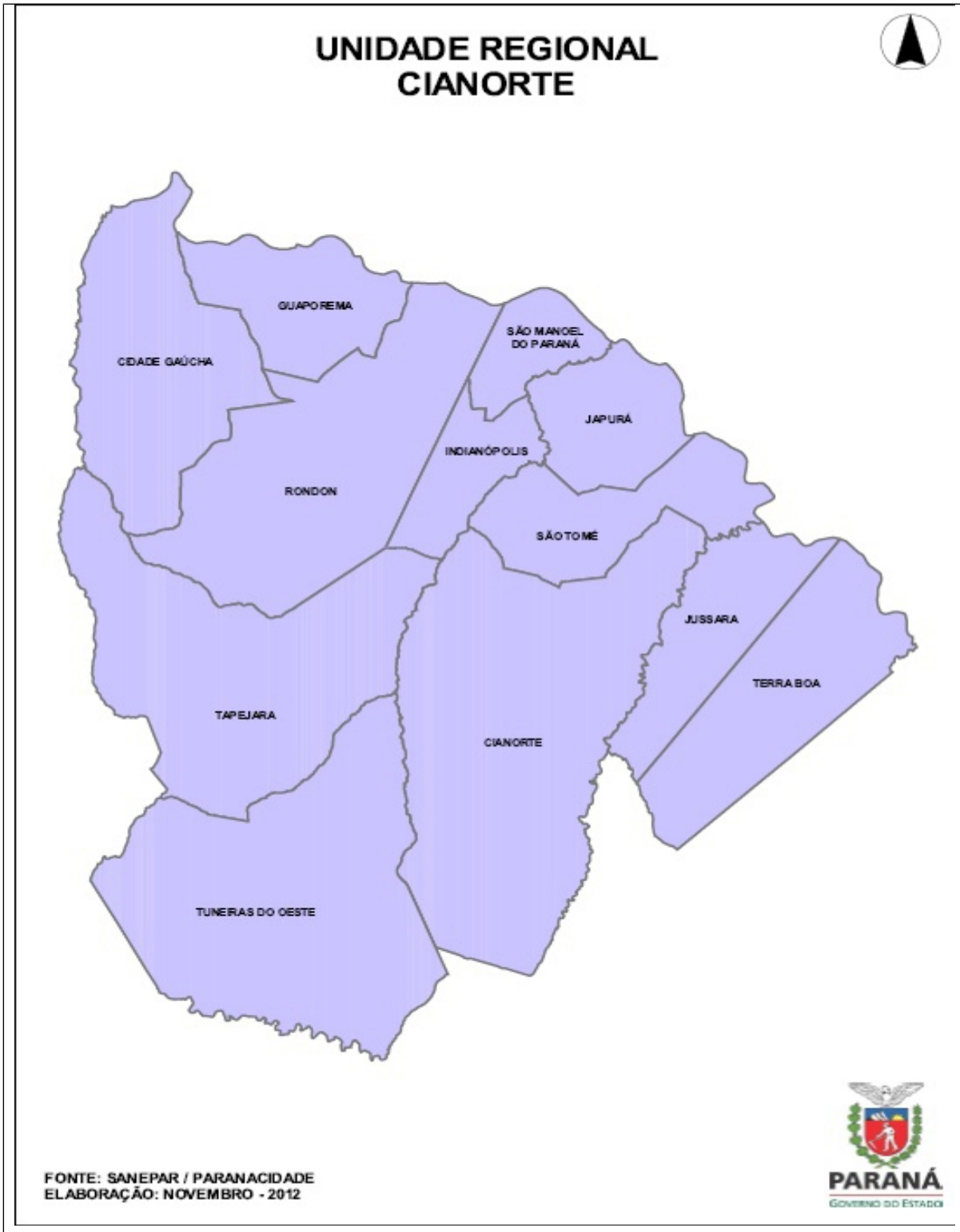


FIGURA 17 – MUNICÍPIOS DE ABRANGENCIA DO ESCRITÓRIO REGIONAL DE CIANORTE
ELABORAÇÃO: SEDS

QUADRO14 – INFORMAÇÕES SINTÉSE SEGUNDO MUNICÍPIOS DO ESCRITÓRIO REGIONAL DE CIANORTE		
	Total de Municípios	12
	Total de habitantes	158.209
Porte Populacional	Pequeno Porte I	11
	Pequeno Porte II	0
	Médio Porte	1
	Grande Porte	0
	Metrópole	0
Nível de Gestão	Básica	12
	Plena	0
N° de equipamentos	CRAS	13
	CREAS	2
	Centro POP	0
	Unidades de Acolhimento	16
FONTE: IBGE – CENSO DEMOGRÁFICO 2010; SEDS; CENSO SUAS 2011. NOTAS: ELABORAÇÃO SEDS		

QUADRO 15 – INFORMAÇÕES GERAIS E ÍNDICES DE GESTÃO SEGUNDO MUNICÍPIOS DO ESCRITÓRIO REGIONAL DE CIANORTE

Município	Nível de gestão	Porte	População – Censo	IGD – Bolsa família	* IDCRAS	* Índice de execução financeira ajustada	* IGD SUAS
Cianorte	Básica	Médio Porte	69958	0,77	0,58	0,64	0,59
Cidade Gaúcha	Básica	Pequeno Porte 1	11062	0,8	0,67	0,75	0,68
Guaporema	Básica	Pequeno Porte 1	2219	73	1	0,13	0,83
Indianópolis	Básica	Pequeno Porte 1	4299	0,86	0,67	0,78	0,69
Japurá	Básica	Pequeno Porte 1	8549	0,87	0,83	0,83	0,83
Jussara	Básica	Pequeno Porte 1	6610	0,83	0,83	0,77	0,82
Rondon	Básica	Pequeno Porte 1	8996	0,85	0,83	0,36	0,74
São Manoel do Paraná	Básica	Pequeno Porte 1	2098	0,9	0,33	0,69	0,4
São Tomé	Básica	Pequeno Porte 1	5349	0,64	0,67	0,61	0,65
Tapejara	Básica	Pequeno Porte 1	14598	0,36	0,5	0,73	0,55

Terra Boa	Básica	Pequeno Porte 1	15776	0,65	0,67	0,87	0,71
Tuneiras do Oeste	Básica	Pequeno Porte 1	8695	0,82	0,67	0,88	0,71

FONTE: IBGE – CENSO DEMOGRÁFICO 2010; SEDS; MATRIZ DA INFORMAÇÃO SOCIAL 2012 - MDS
NOTAS: ELABORAÇÃO SEDS

QUADRO 16 - EXECUÇÃO DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS SOCIOASSISTENCIAIS SEGUNDO MUNICÍPIOS DO ESCRITÓRIO REGIONAL DE CIANORTE

Município	CRAS	CREAS	Centro POP	Acolhimento	*PETI	*ProJovem Adolescente/ n° coletivos	*Serviço de Convivência do idoso e/ou crianças até 6 anos	*Serviço de PSE para Pessoas com Deficiência, idosas e suas famílias
Cianorte	2	1	-	2	185	1	1410	70
Cidade Gaúcha	1	1	-	4	110	-	365	41
Guaporema	1	-	-	2	-	-	63	-
Indianópolis	1	-	-	2	-	-	141	18
Japurá	1	-	-	0	-	-	217	23
Jussara	1	-	-	0	122	-	338	22
Rondon	1	-	-	0	37	1	303	41
São Manoel do Paraná	1	-	-	0	-	-	75	-
São Tomé	1	-	-	0	-	-	171	-
Tapejara	1	-	-	2	123		303	22
Terra Boa	1	-	-	2	80	1	340	30
Tuneiras do Oeste	1	-	-	2	82	1	376	11

FONTE: IBGE – CENSO DEMOGRÁFICO 2010; SEDS; MATRIZ DA INFORMAÇÃO SOCIAL 2012 – MDS; CENSO SUAS 2011.
NOTAS: ELABORAÇÃO SEDS

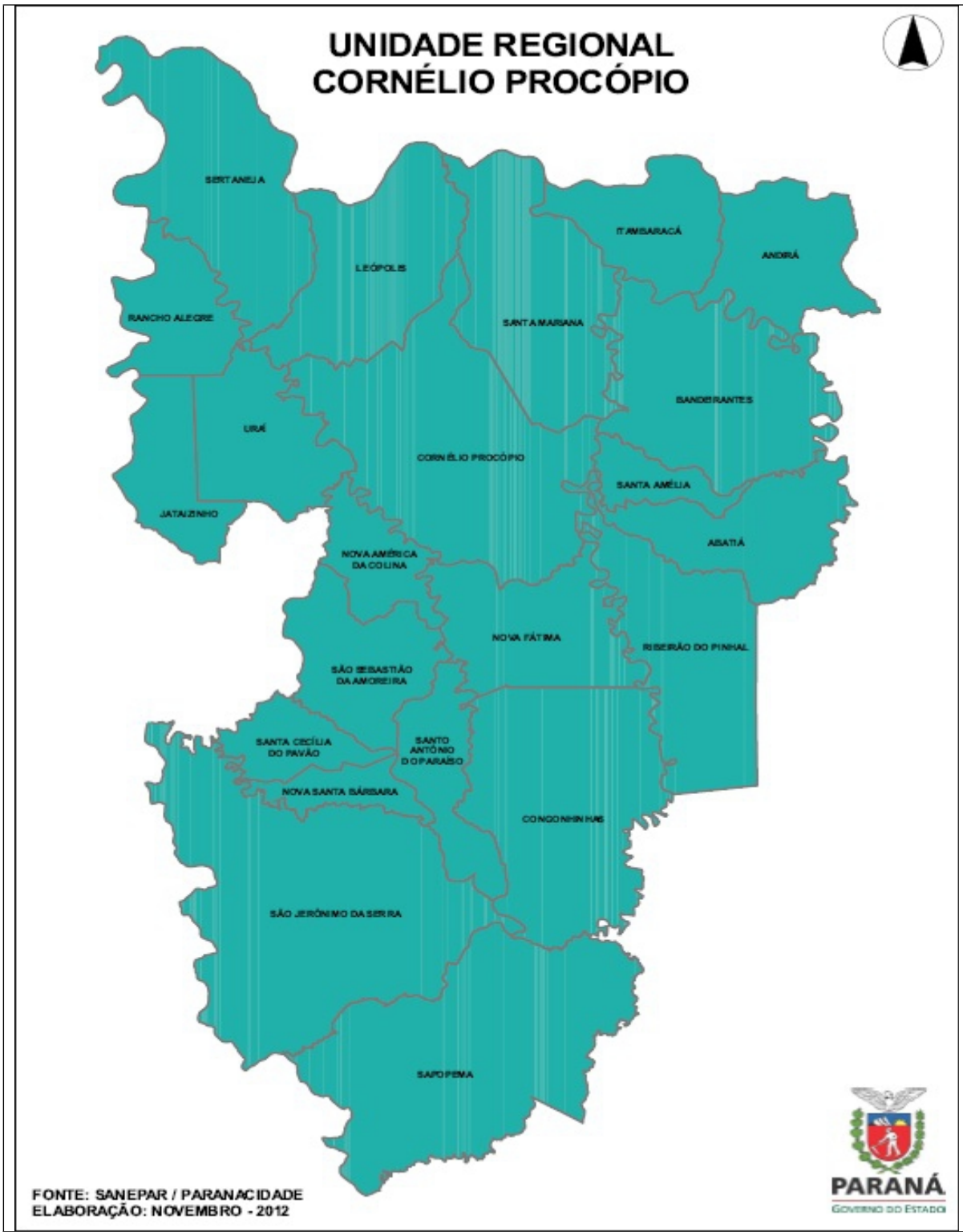


FIGURA 18 – MUNICÍPIOS DE ABRANGENCIA DO ESCRITÓRIO REGIONAL DE CORNÉLIO PROCÓPIO
ELABORAÇÃO: SEDS

QUADRO 17 – INFORMAÇÕES SINTÉSE SEGUNDO MUNICÍPIOS DO ESCRITÓRIO REGIONAL DE CORNÉLIO PROCÓPIO		
	Total de Municípios	22
	Total de habitantes	237.836
Porte Populacional	Pequeno Porte I	19
	Pequeno Porte II	3
	Médio Porte	0
	Grande Porte	0
	Metrópole	0
Nível de Gestão	Básica	20
	Plena	2
N° de equipamentos	CRAS	22
	CREAS	5
	Centro POP	0
	Unidades de Acolhimento	15
FONTE: IBGE – CENSO DEMOGRÁFICO 2010; SEDS; CENSO SUAS 2011. NOTAS: ELABORAÇÃO SEDS		

QUADRO 18 – INFORMAÇÕES GERAIS E ÍNDICES DE GESTÃO SEGUNDO MUNICÍPIOS DO ESCRITÓRIO REGIONAL DE CORNÉLIO PROCÓPIO

Município	Nível de gestão	Porte	População – Censo	IGD – Bolsa família	* IDCRAS	* Índice de execução financeira ajustada	* IGD SUAS
Abatiá	Básica	Pequeno Porte 1	7764	0,92	0,67	0,48	0,63
Andirá	Básica	Pequeno Porte 1	20610	0,82	0,5	0,43	0,49
Bandeirantes	Básica	Pequeno Porte 1	32184	0,78	0,33	0,31	0,33
Congonhinhas	Básica	Pequeno Porte 1	8279	0,83	0,5	0,06	0,41
Cornélio Procópio	Plena	Pequeno Porte 1	46928	0,78	0,83	0,41	0,75
Itambaracá	Básica	Pequeno Porte 1	6759	0,85	0,67	0,91	0,72
Jataizinho	Básica	Pequeno Porte 1	11875	0,79	0,5	0,73	0,55
Leópolis	Básica	Pequeno Porte 1	4145	0,3	0,5	1	0,6
Nova América da	Básica	Pequeno	3478	0,89	0	0,62	0,12

Colina		Porte 1					
Nova Fátima	Básica	Pequeno Porte 1	8147	0,86	0,5	0,7	0,54
Nova Santa Bárbara	Básica	Pequeno Porte 1	3908	0,83	0,67	0,99	0,73
Rancho Alegre	Básica	Pequeno Porte 1	3955	0,78	0,33	0,12	0,29
Ribeirão do Pinhal	Básica	Pequeno Porte 1	13524	0,79	0,5	0,57	0,51
Santa Amélia	Básica	Pequeno Porte 1	3803	0,92	0,5	0,83	0,57
Santa Cecília do Pavão	Básica	Pequeno Porte 1	3646	0,69	0,33	1	0,47
Santa Mariana	Básica	Pequeno Porte 1	12435	0,37	0,33	0,25	0,32
Santo Antônio do Paraíso	Básica	Pequeno Porte 1	2408	0,16	0,67	0,19	0,57
São Jerônimo da Serra	Básica	Pequeno Porte 1	11337	0,77	0,67	0,89	0,71
São Sebastião da Amoreira	Básica	Pequeno Porte 1	8626	0,86	0,83	0,53	0,77
Sapopema	Básica	Pequeno Porte 1	6736	0,87	0,5	1	0,6
Sertaneja	Básica	Pequeno Porte 1	5817	0,87	0,83	0,34	0,74
Uraí	Plena	Pequeno Porte 1	11472	0,31	0,5	0,74	0,55
FONTE: IBGE – CENSO DEMOGRÁFICO 2010; SEDS; MATRIZ DA INFORMAÇÃO SOCIAL 2012 - MDS NOTAS: ELABORAÇÃO SEDS							

QUADRO 19 - EXECUÇÃO DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS SOCIOASSISTENCIAIS SEGUNDO MUNICÍPIOS DO ESCRITÓRIO REGIONAL DE CORNÉLIO PROCÓPIO

Município	CRAS	CREAS	Centro POP	Acolhimento	*PETI	*ProJovem Adolescente/ n° coletivos	*Serviço de Convivência do idoso e/ou crianças até 6 anos	*Serviço de PSE para Pessoas com Deficiência, idosas e suas famílias
Abatiá	1	-	-	2	111	-	546	-
Andirá	1	1	-	4	-	1	748	29
Bandeirantes	1	1	-	2	-	11	1542	70
Congonhinhas	1	-	-	0	-	-	518	11
Cornélio Procópio	1	1	-	0	-	3	1588	80
Itambaracá	1	-	-	1	-	2	429	-
Jataizinho	1	-	-	0	-	-	649	30
Leópolis	1	-	-	0	-	-	175	-
Nova América	-	-	-	-	53	-	230	-

da Colina								
Nova Fátima	1	-	-	2	35	-	451	31
Nova Santa Bárbara	1	-	-	1	12	1	320	37
Rancho Alegre	1	-	-	0	-	-	223	-
Ribeirão do Pinhal	1	-	-	4	83	-	981	50
Santa Amélia	1	-	-	0	-	1	338	-
Santa Cecília do Pavão	1	-	-	1	-	1	240	13
Santa Mariana	1	-	-	1	-	5	795	48
Santo Antônio do Paraíso	2	-	-	0	-	-	120	-
São Jerônimo da Serra	1	-	-	1	-	-	848	24
São Sebastião da Amoreira	1	-	-	2	-	-	353	21
Sapopema	1	-	-	2	-	-	504	25
Sertaneja	1	1	-	0	-	1	230	-
Uraí	1	1	-	1	38	1	739	43
FONTE: IBGE – CENSO DEMOGRÁFICO 2010; SEDS; MATRIZ DA INFORMAÇÃO SOCIAL 2012 – MDS; CENSO SUAS 2011. NOTAS: ELABORAÇÃO SEDS								

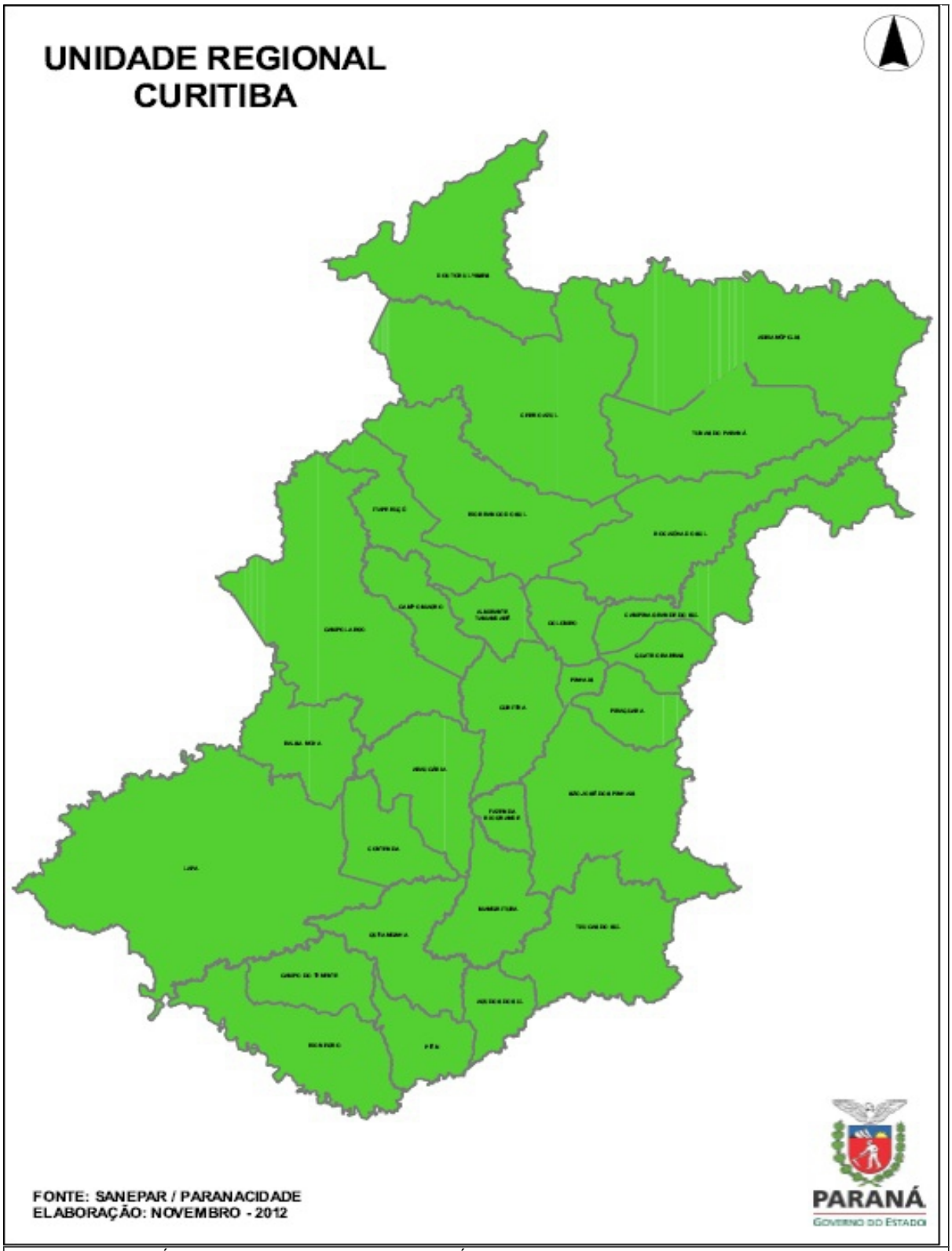


FIGURA 19 – MUNICÍPIOS DE ABRANGENCIA DO ESCRITÓRIO REGIONAL DE CURITIBA
ELABORAÇÃO: SEDS

QUADRO 20 – INFORMAÇÕES SINTÉSE SEGUNDO MUNICÍPIOS DO ESCRITÓRIO REGIONAL DE CURITIBA		
	Total de Municípios	29
	Total de habitantes	3.209.190
Porte Populacional	Pequeno Porte I	13
	Pequeno Porte II	7
	Médio Porte	2
	Grande Porte	6
	Metrópole	1
Nível de Gestão	Básica	26
	Plena	3
N° de equipamentos	CRAS	98
	CREAS	28
	Centro POP	5
	Unidades de Acolhimento	132
FONTE: IBGE – CENSO DEMOGRÁFICO 2010; SEDS; CENSO SUAS 2011. NOTAS: ELABORAÇÃO SEDS		

QUADRO 21 – INFORMAÇÕES GERAIS E ÍNDICES DE GESTÃO SEGUNDO MUNICÍPIOS DO ESCRITÓRIO REGIONAL DE CURITIBA

Município	Nível de gestão	Porte	População – Censo	IGD – Bolsa família	* IDCRAS	* Índice de execução financeira ajustada	* IGD SUAS
Adrianópolis	Básica	Pequeno Porte 1	6376	0,17	0,67	0,91	0,72
Agudos do Sul	Básica	Pequeno Porte 1	8270	0,75	0,83	0,74	0,81
Almirante Tamandaré	Básica	Grande Porte	103204	0,58	0,5	0,26	0,45
Araucária	Básica	Grande Porte	119123	0,88	0,55	0,27	0,49
Balsa Nova	Básica	Pequeno Porte 1	11300	0,78	0,33	1	0,47
Bocaiúva do Sul	Básica	Pequeno Porte 1	10987	0,92	0	0	0
Campina Grande do Sul	Básica	Pequeno Porte 2	38769	0,86	0,5	0,08	0,42
Campo do Tenente	Básica	Pequeno Porte 1	7125	0,7	0,67	0,37	0,61
Campo Largo	Básica	Grande Porte	112377	0,77	0,7	0,15	0,59
Campo Magro	Básica	Pequeno Porte 2	24843	0,82	0,83	0,6	0,79
Cerro Azul	Básica	Pequeno Porte 1	16938	0,83	0,5	1	0,6

Colombo	Básica	Grande Porte	212967	0,77	0,47	0,34	0,45
Contenda	Básica	Pequeno Porte 1	15891	0,81	0,67	0,34	0,6
Curitiba	Plena	Metrópole	1751907	0,81	0,86	0,29	0,74
Doutro Ulysses	Básica	Pequeno Porte 1	5727	0,85	0	0,93	0,19
Fazenda Rio Grande	Básica	Médio Porte	81675	0,93	0,89	0,9	0,89
Itaperuçu	Básica	Pequeno Porte 2	23887	0,87	0,83	0,38	0,74
Lapa	Básica	Pequeno Porte 2	44932	0,8	1	0,34	0,87
Mandirituba	Básica	Pequeno Porte 2	22220	0,93	0,33	0,57	0,38
Piên	Básica	Pequeno Porte 1	11236	0,87	0,33	0,98	0,46
Pinhais	Plena	Grande Porte	117008	0,9	0,67	0	0,53
Piraquara	Plena	Médio Porte	93207	0,82	0,72	0,69	0,72
Quatro Barras	Básica	Pequeno Porte 1	19851	0,85	1	0,19	0,84
Quitandinha	Básica	Pequeno Porte 1	17089	0,93	1	0,86	0,97
Rio Branco do Sul	Básica	Pequeno Porte 2	30650	0,46	0,33	0,83	0,43
Rio Negro	Básica	Pequeno Porte 2	31274	0,86	0,67	0,44	0,62
São José do Pinhais	Básica	Grande Porte	264210	0,76	0,62	0,37	0,57
Tijucas do Sul	Básica	Pequeno Porte 1	14537	0,84	0,83	0,98	0,86
Tunas do Paraná	Básica	Pequeno Porte 1	6256	0,79	0,3	0,32	0,31

FONTE: IBGE – CENSO DEMOGRÁFICO 2010; SEDS; MATRIZ DA INFORMAÇÃO SOCIAL 2012 - MDS
NOTAS: ELABORAÇÃO SEDS

QUADRO 22 - EXECUÇÃO DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS SOCIOASSISTENCIAIS SEGUNDO MUNICÍPIOS DO ESCRITÓRIO REGIONAL DE CURITIBA

Município	CRAS	CREAS	Centro POP	Acolhimento	*PETI	*ProJovem Adolescente/ n° coletivos	*Serviço de Convivência do idoso e/ou crianças até 6 anos	*Serviço de PSE para Pessoas com Deficiência, idosas e suas famílias
Adrianópolis	1	-	-	2	128	-	444	40
Agudos do Sul	1	-	-	0	81	-	415	8
Almirante Tamandaré	2	1	-	4	122	-	4275	25
Araucária	5	2	-	0	227	5	3421	110
Balsa Nova	-	-	-	0	-	-	567	-

Bocaiúva do Sul	1	-	-	0	-	-	662	20
Campina Grande do Sul	1	1	-	2	214	-	1224	-
Campo do Tenente	1	-	-	1	-	-	439	-
Campo Largo	2	1	-	3	122	4	2919	139
Campo Magro	1	0	-	3	84	2	988	-
Cerro Azul	1	-	-	1	12	2	1322	20
Colombo	6	1	-	7	32	10	7148	-
Contenda	1	1	-	0	35	-	480	-
Curitiba	45	10	4	64	1886	75	30850	3765
Doutro Ulysses	-	-	-	0	45	-	470	-
Fazenda Rio Grande	3	2	-	2	540	12	3533	40
Itaperuçu	1	-	-	1	36	-	1533	15
Lapa	1	1	-	4	-	2	1871	23
Mandirituba	1	1	-	9	96	3	971	45
Piên	1	-	-	0	136	-	400	-
Pinhais	4	1	-	4	93	8	2051	-
Piraquara	3	1	-	3	264	-	3285	-
Quatro Barras	1	1	-	3	-	1	570	-
Quitandinha	1	1	-	1	249	-	637	22
Rio Branco do Sul	1	1	-	2	541	-	2002	45
Rio Negro	1	1	-	4	71	2	1110	60
São José do Pinhais	11	1	1	7	60	-	4148	133
Tijucas do Sul	1	-	-	5	63	-	795	11
Tunas do Paraná	-	-	-	0	42	-	463	26

FONTE: IBGE – CENSO DEMOGRÁFICO 2010; SEDS; MATRIZ DA INFORMAÇÃO SOCIAL 2012 – MDS; CENSO SUAS 2011.
NOTAS: ELABORAÇÃO SEDS

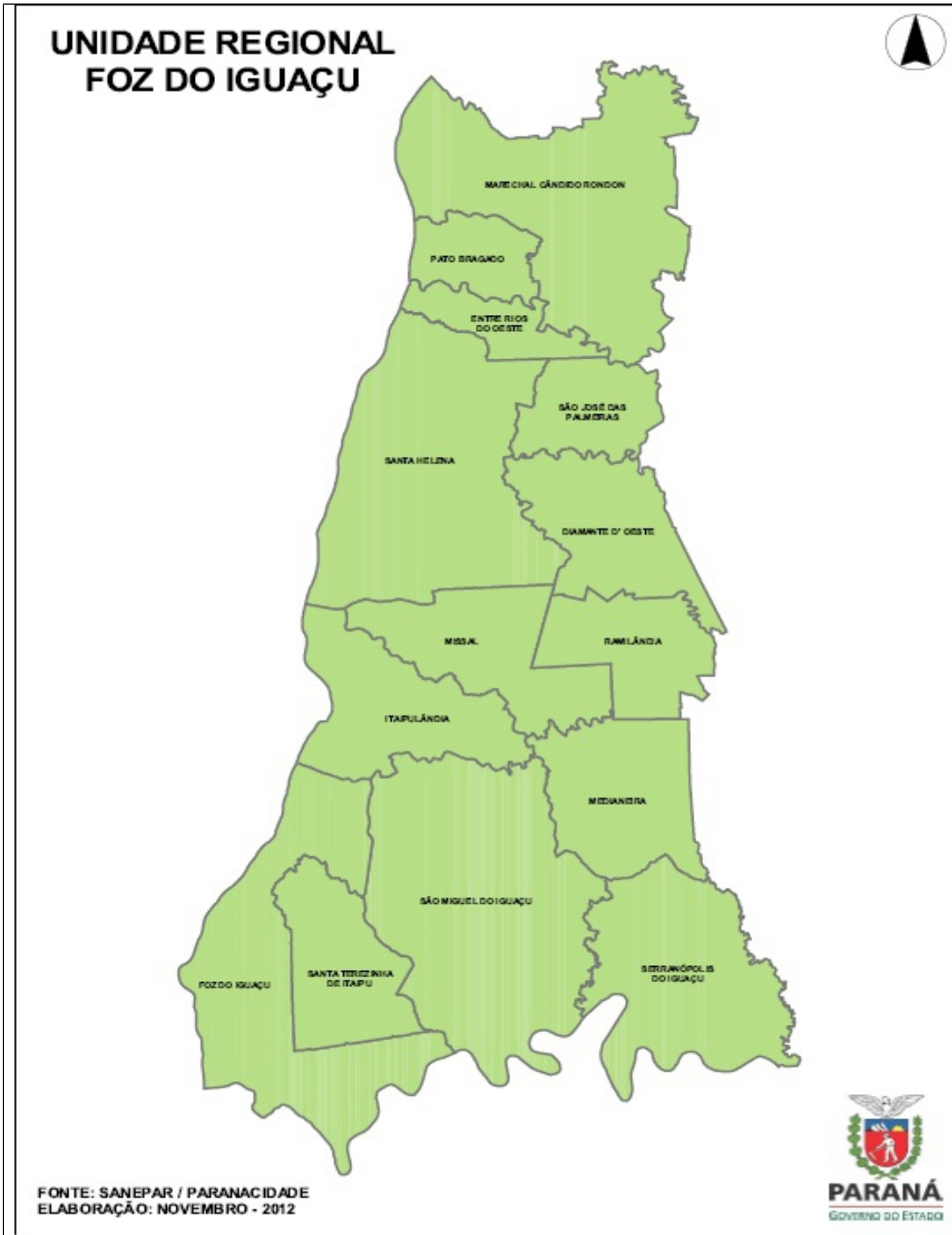


FIGURA 20 – MUNICÍPIOS DE ABRANGENCIA DO ESCRITÓRIO REGIONAL DE FOZ DO IGUAÇU
ELABORAÇÃO: SEDS

QUADRO 23 – INFORMAÇÕES SINTÉSE SEGUNDO MUNICÍPIOS DO ESCRITÓRIO REGIONAL DE FOZ DO IGUAÇU		
	Total de Municípios	14
	Total de habitantes	460554
Porte Populacional	Pequeno Porte I	8
	Pequeno Porte II	5
	Médio Porte	0
	Grande Porte	1
	Metrópole	0
Nível de Gestão	Básica	14
	Plena	0
N° de equipamentos	CRAS	17
	CREAS	09
	Centro POP	1
	Unidades de Acolhimento	26
FONTE: IBGE – CENSO DEMOGRÁFICO 2010; SEDS; CENSO SUAS 2011. NOTAS: ELABORAÇÃO SEDS		

QUADRO 24 – INFORMAÇÕES GERAIS E ÍNDICES DE GESTÃO SEGUNDO MUNICÍPIOS DO ESCRITÓRIO REGIONAL DE FOZ DO IGUAÇU

Município	Nível de gestão	Porte	População – Censo	IGD – Bolsa família	* IDCRAS	* Índice de execução financeira ajustada	* IGD SUAS
Diamante D'Oeste	Básica	Pequeno Porte 1	5027	0,66	0,83	0,61	0,79
Entre Rios do Oeste	Básica	Pequeno Porte 1	3926	0	0,17	0,95	0,32
Foz do Iguaçu	Básica	Grande Porte	256088	0,8	0,46	0,78	0,52
Itaipulândia	Básica	Pequeno Porte 1	9026	0,78	0,67	0,45	0,62
Marechal Cândido Rondon	Básica	Pequeno Porte 2	46819	0,83	0,83	0,64	0,79
Medianeira	Básica	Pequeno Porte 2	41817	0,83	0,67	0,49	0,63
Missal	Básica	Pequeno Porte 1	10474	0,85	0,5	0,88	0,58
Pato Brigado	Básica	Pequeno Porte 1	4822	0,69	0,83	0,81	0,83
Ramilândia	Básica	Pequeno Porte 1	4134	0,88	0,17	0,82	0,3
Santa Helena	Básica	Pequeno Porte 2	23413	0,73	0,67	0,13	0,56
Santa	Básica	Pequeno	20841	0,88	1	0,19	0,84

Terezinha de Itaipu		Porte 2					
São José das Palmeiras	Básica	Pequeno Porte 1	3830	0,79	0,5	0,75	0,55
São Miguel do Iguaçu	Básica	Pequeno Porte 2	25769	0,85	0,83	0,3	0,73
Serranópolis do Iguaçu	Básica	Pequeno Porte 1	4568	0,89	0,5	0,91	0,58
FONTE: IBGE – CENSO DEMOGRÁFICO 2010; SEDS; MATRIZ DA INFORMAÇÃO SOCIAL 2012 - MDS NOTAS: ELABORAÇÃO SEDS							

QUADRO 25 - EXECUÇÃO DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS SOCIOASSISTENCIAIS SEGUNDO MUNICÍPIOS DO ESCRITÓRIO REGIONAL DE FOZ DO IGUAÇU

Município	CRAS	CREAS	Centro POP	Acolhimento	*PETI	*ProJovem Adolescente/ n° coletivos	*Serviço de Convivência do idoso e/ou crianças até 6 anos	*Serviço de PSE para Pessoas com Deficiência, idosas e suas famílias
Diamante D'Oeste	1	1	-	1	38	-	297	-
Entre Rios do Oeste	1	1	-	1	10	-	151	-
Foz do Iguaçu	4	3	1	12	-	16	10358	264
Itaipulândia	1	-	-	1	-	-	284	10
Marechal Cândido Rondon	1	0	-	2	194	2	865	69
Medianeira	1	1	-	2	99	3	1344	44
Missal	1	-	-	0	157	2	506	41
Pato Brigado	1	-	-	0	171	1	86	-
Ramilândia	1	-	-	1	76	1	306	-
Santa Helena	1	1	-	1	11	-	645	57
Santa Terezinha de Itaipu	1	1	-	0	-	-	800	-
São José das Palmeiras	1	-	-	2	211	-	225	-
São Miguel do Iguaçu	1	1	-	2	-	1	1154	51
Serranópolis do Iguaçu	1	0	-	1	-	-	184	0
FONTE: IBGE – CENSO DEMOGRÁFICO 2010; SEDS; MATRIZ DA INFORMAÇÃO SOCIAL 2012 – MDS; CENSO SUAS 2011. NOTAS: ELABORAÇÃO SEDS								

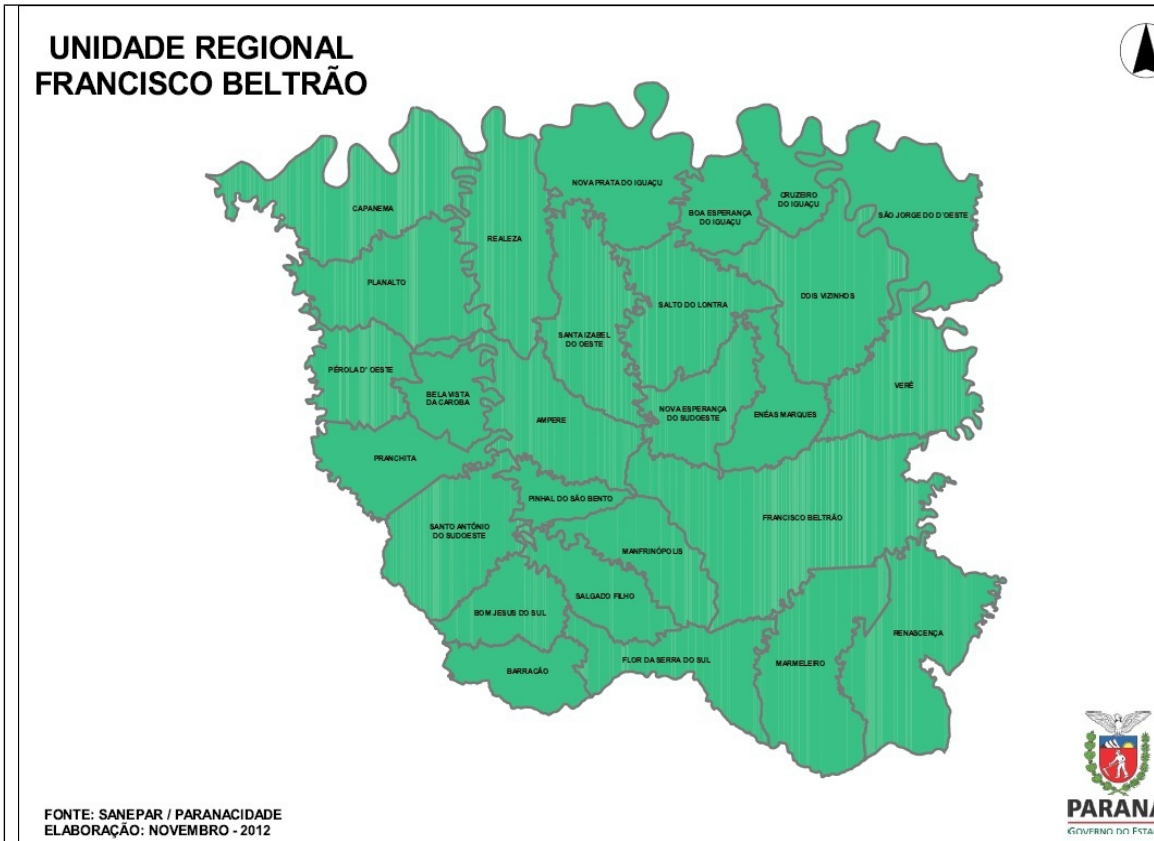


FIGURA 21– MUNICÍPIOS DE ABRANGENCIA DO ESCRITÓRIO REGIONAL DE FRANCISCO BELTRÃO
ELABORAÇÃO: SEDS

QUADRO 26 – INFORMAÇÕES SINTÉSE SEGUNDO MUNICÍPIOS DO ESCRITÓRIO REGIONAL DE FRANCISCO BELTRÃO		
	Total de Municípios	27
	Total de habitantes	337703
Porte Populacional	Pequeno Porte I	25
	Pequeno Porte II	1
	Médio Porte	1
	Grande Porte	0
	Metrópole	0
Nível de Gestão	Básica	26
	Plena	1
N° de equipamentos	CRAS	29
	CREAS	4
	Centro POP	0

	Unidades de Acolhimento	21
FONTE: IBGE – CENSO DEMOGRÁFICO 2010; SEDS; CENSO SUAS 2011. NOTAS: ELABORAÇÃO SEDS		

QUADRO 27 – INFORMAÇÕES GERAIS E ÍNDICES DE GESTÃO SEGUNDO MUNICÍPIOS DO ESCRITÓRIO REGIONAL DE FRANCISCO BELTRÃO

Município	Nível de gestão	Porte	População – Censo	IGD – Bolsa família	* IDCRAS	* Índice de execução financeira ajustada	* IGD SUAS
Ampére	Básica	Pequeno Porte 1	17308	0,84	0,67	1	0,73
Barracão	Básica	Pequeno Porte 1	9735	0,82	0,17	0,78	0,29
Bela Vista da Caroba	Básica	Pequeno Porte 1	3945	0,82	0,33	0,03	0,27
Boa Esperança do Iguaçu	Básica	Pequeno Porte 1	2764	0,82	0,83	0,84	0,83
Bom Jesus do Sul	Básica	Pequeno Porte 1	3796	0,86	0,67	1	0,73
Capanema	Básica	Pequeno Porte 1	18526	0,81	0,83	0,71	0,81
Cruzeiro do Iguaçu	Básica	Pequeno Porte 1	4278	0,81	0,83	0,81	0,83
Dois Vizinhos	Plena	Pequeno Porte 2	36179	0,81	0,5	0,4	0,48
Enéas Marques	Básica	Pequeno Porte 1	6103	0,86	0,67	0,15	0,56
Flor da Serra do Sul	Básica	Pequeno Porte 1	4726	0,86	0,67	0,99	0,73
Francisco Beltrão	Básica	Médio Porte	78943	0,85	0,5	0,93	0,59
Manfrinópolis	Básica	Pequeno Porte 1	3127	0,34	0,67	0,25	0,58
Marmeleiro	Básica	Pequeno Porte 1	13900	0,94	0,83	0,81	0,83
Nova Esperança do Sudoeste	Básica	Pequeno Porte 1	5098	0,86	0,5	0,89	0,58
Nova Prata do iguaçu	Básica	Pequeno Porte 1	10377	0,8	0,83	0,93	0,85
Pérola D'Oeste	Básica	Pequeno Porte 1	6761	0,69	0,83	0,52	0,77
Pinhal de São Bento	Básica	Pequeno Porte 1	2625	0,82	0,33	0,29	0,32
Planalto	Básica	Pequeno Porte 1	13654	0,79	0,83	1	0,87
Pranchita	Básica	Pequeno Porte 1	5628	0,84	1	0,81	0,96
Realeza	Básica	Pequeno Porte	16338	0,93	0,5	0,38	0,48

		1					
Renascença	Básica	Pequeno Porte 1	6812	0,82	0,67	0,86	0,71
Salgado Filho	Básica	Pequeno Porte 1	4403	0,83	0,67	0,92	0,72
Salto do Lontra	Básica	Pequeno Porte 1	13689	0,9	0,67	0,93	0,72
Santa Izabel do Oeste	Básica	Pequeno Porte 1	13132	0,91	0,83	1	0,87
Santo Antônio do Sudoeste	Básica	Pequeno Porte 1	18893	0,91	0,83	0,86	0,84
São jorge D'Oeste	Básica	Pequeno Porte 1	9085	0,87	0,5	0,14	0,43
Verê	Básica	Pequeno Porte 1	7878	0	0,83	0,16	0,7
FONTE: IBGE – CENSO DEMOGRÁFICO 2010; SEDS; MATRIZ DA INFORMAÇÃO SOCIAL 2012 - MDS NOTAS: ELABORAÇÃO SEDS							

QUADRO 28 - EXECUÇÃO DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS SOCIOASSISTENCIAIS SEGUNDO MUNICÍPIOS DO ESCRITÓRIO REGIONAL DE FRANCISCO BELTRÃO

Município	CRAS	CREAS	Centro POP	Acolhimento	*PETI	*ProJovem Adolescente/ n° coletivos	*Serviço de Convivência do idoso e/ou crianças até 6 anos	*Serviço de PSE para Pessoas com Deficiência, idosas e suas famílias
Ampére	1	-	-	0	-	4	499	25
Barracão	1	1	-	1	53	2	437	36
Bela Vista da Caroba	1	-	-	0	-	1	310	-
Boa Esperança do Iguaçu	1	-	-	0	-	-	119	-
Bom Jesus do Sul	1	-	-	0	-	-	245	-
Capanema	2	-	-	0	91	2	806	41
Cruzeiro do Iguaçu	1	-	-	0	-	-	188	12
Dois Vizinhos	1	1	-	1	114	4	961	72
Enéas Marques	1	-	-	0	-	-	224	-
Flor da Serra do Sul	1	-	-	0	-	-	232	-
Francisco Beltrão	2	1	-	4	75	1	452	-
Manfrinópolis	1	-	-	2	-	-	200	-
Marmeleiro	1	-	-	1	25	-	701	26
Nova Esperança do Sudoeste	1	-	-	2	-	-	240	36

Nova Prata do iguaçu	1	-	-	1	56	4	166	-
Pérola D'Oeste	1	-	-	0	-	1	282	30
Pinhal de São Bento	1	-	-	0	-	-	197	-
Planalto	1	-	-	1	-	6	443	40
Pranchita	1	-	-	0	-	1	248	-
Realeza	1	-	-	1		3	450	22
Renascença	1	-	-	0	-	-	401	27
Salgado Filho	1	-	-	0	-	-	279	8
Salto do Lontra	1	-	-	1	-	3	527	38
Santa Izabel do Oeste	1	-	-	2	-	2	558	32
Santo Antônio do Sudoeste	1	1	-	2	106	4	1131	64
São jorge D'Oeste	1	-	-	2	20	-	397	21
Verê	1	-	-	0	-	-	200	0
FONTE: IBGE – CENSO DEMOGRÁFICO 2010; SEDS; MATRIZ DA INFORMAÇÃO SOCIAL 2012 – MDS; CENSO SUAS 2011. NOTAS: ELABORAÇÃO SEDS								

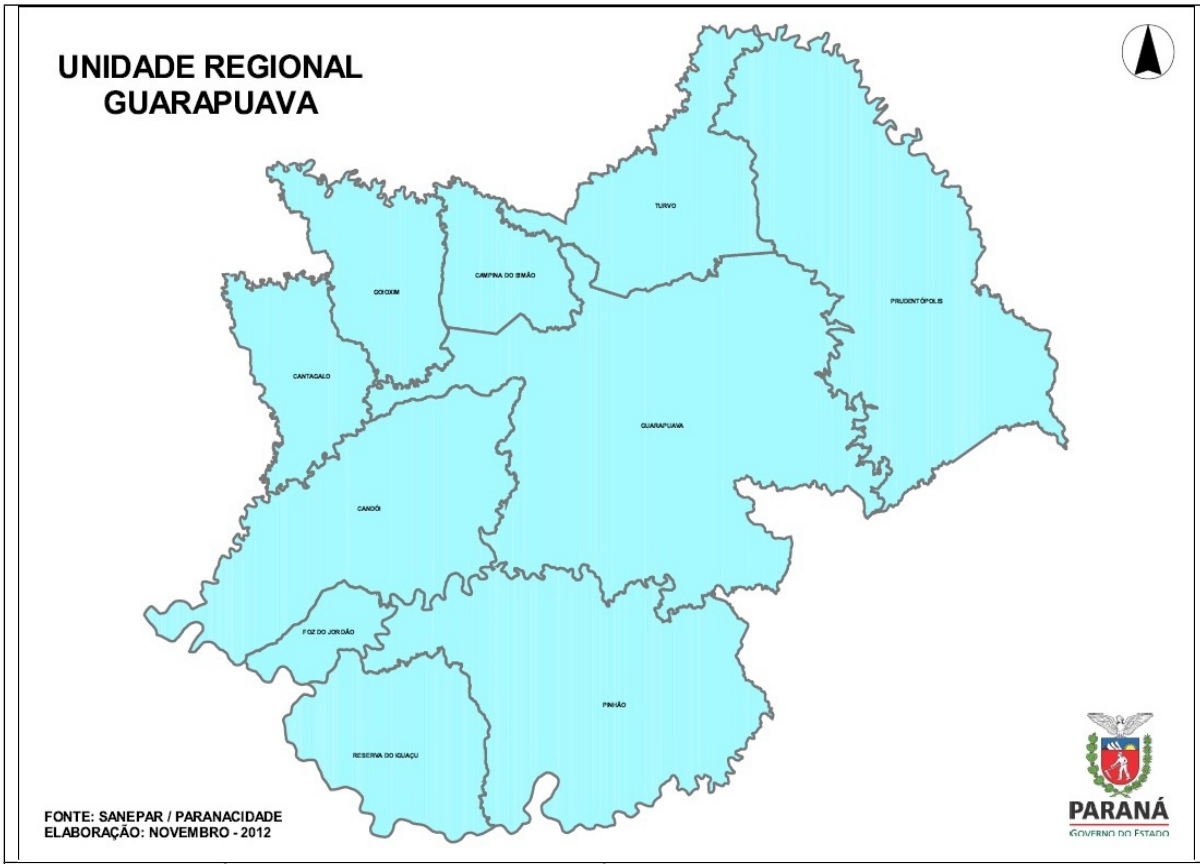


FIGURA 22 – MUNICÍPIOS DE ABRANGENCIA DO ESCRITÓRIO REGIONAL DE GUARAPUAVA
ELABORAÇÃO: SEDS

QUADRO 29 – INFORMAÇÕES SINTÉSE SEGUNDO MUNICÍPIOS DO ESCRITÓRIO REGIONAL DE GUARAPUAVA		
	Total de Municípios	10
	Total de habitantes	312380
Porte Populacional	Pequeno Porte I	7
	Pequeno Porte II	2
	Médio Porte	0
	Grande Porte	1
	Metrópole	0
Nível de Gestão	Básica	10
	Plena	0
N° de equipamentos	CRAS	13
	CREAS	4
	Centro POP	0

	Unidades de Acolhimento	24

FONTE: IBGE – CENSO DEMOGRÁFICO 2010; SEDS; CENSO SUAS 2011.
NOTAS: ELABORAÇÃO SEDS

QUADRO 30 – INFORMAÇÕES GERAIS E ÍNDICES DE GESTÃO SEGUNDO MUNICÍPIOS DO ESCRITÓRIO REGIONAL DE GUARAPUAVA

Município	Nível de gestão	Porte	População – Censo	IGD – Bolsa família	* IDCRAS	* Índice de execução financeira ajustada	* IGD SUAS
Campina do Simão	Básica	Pequeno Porte 1	4076	0,78	0,83	1	0,87
Candói	Básica	Pequeno Porte 1	14983	0,18	0,5	0,32	0,46
Cantagalo	Básica	Pequeno Porte 1	12952	0,87	0,33	0	0,27
Foz do Jordão	Básica	Pequeno Porte 1	5420	0,8	0,58	1	0,67
Goioxim	Básica	Pequeno Porte 1	7503	0,77	0,5	1	0,6
Guarapuava	Básica	Grande Porte	167328	0,82	0,58	0,55	0,58
Pinhão	Básica	Pequeno Porte 2	30208	0,77	0,67	0,61	0,66
Prudentópolis	Básica	Pequeno Porte 2	48792	0,83	0,67	0,89	0,71
Reserva do Iguaçu	Básica	Pequeno Porte 1	7307	0,81	0,83	0,74	0,81
Turvo	Básica	Pequeno Porte 1	13811	0,73	1	0,53	0,91

FONTE: IBGE – CENSO DEMOGRÁFICO 2010; SEDS; MATRIZ DA INFORMAÇÃO SOCIAL 2012 - MDS
NOTAS: ELABORAÇÃO SEDS

QUADRO 31 - EXECUÇÃO DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS SOCIOASSISTENCIAIS SEGUNDO MUNICÍPIOS DO ESCRITÓRIO REGIONAL DE GUARAPUAVA

Município	CRAS	CREAS	Centro POP	Acolhimento	*PETI	*ProJovem Adolescente/ n° coletivos	*Serviço de Convivência do idoso e/ou crianças até 6 anos	*Serviço de PSE para Pessoas com Deficiência, idosas e suas famílias
Campina do Simão	1	-	-	0	229	1	300	-
Candói	1	-	-	1	272	-	1007	12
Cantagalo	1	-	-	2	118	8	785	15
Foz do Jordão	1	-	-	1	156	10	2786	115
Goioxim	1	-	-	1	97	-	693	-
Guarapuava	4	1	-	13	1281	8	6033	212
Pinhão	1	1	-	2	282	8	2073	56
Prudentópolis	1	1		2	788	2	2747	66
Reserva do	1	1	-	1	212	3	630	29

Iguaçu								
Turvo	1	-	-	1	111	5	1007	25

FONTE: IBGE – CENSO DEMOGRÁFICO 2010; SEDS; MATRIZ DA INFORMAÇÃO SOCIAL 2012 – MDS; CENSO SUAS 2011.
NOTAS: ELABORAÇÃO SEDS

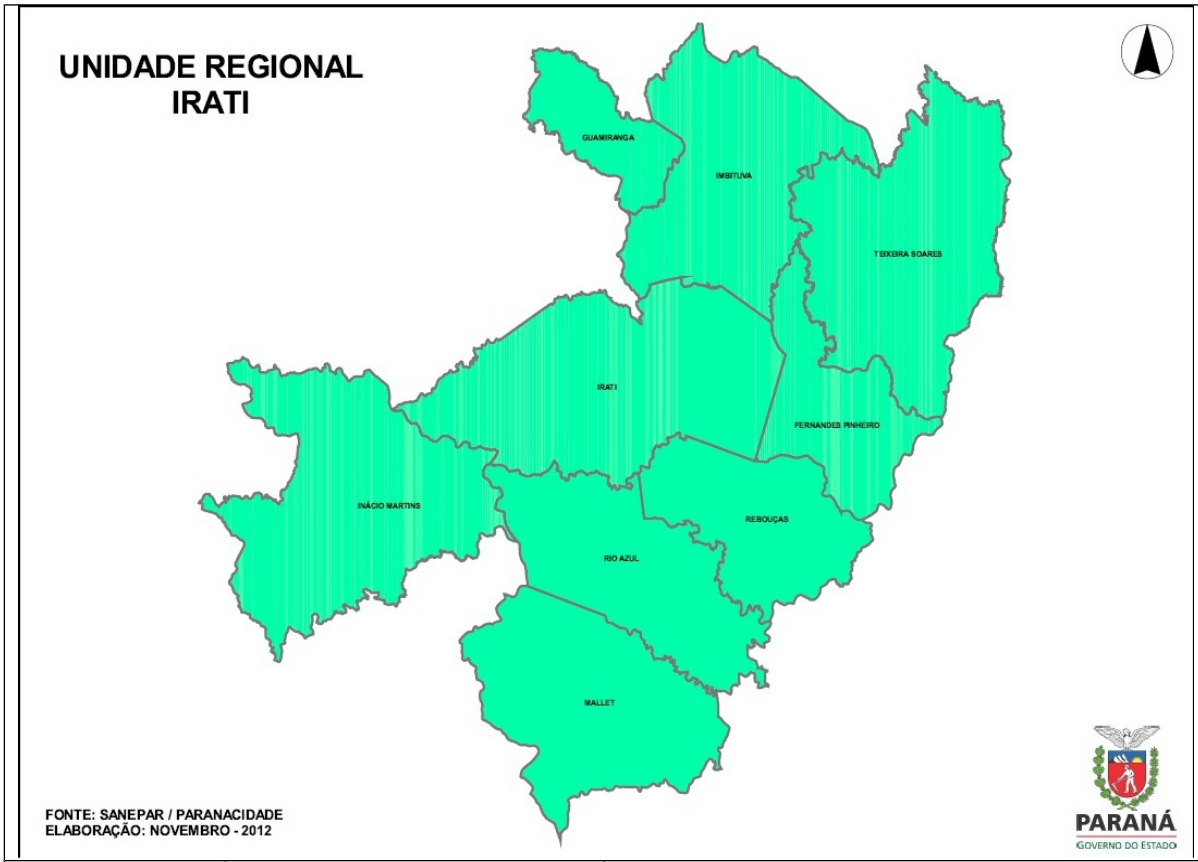


FIGURA 23 – MUNICÍPIOS DE ABRANGENCIA DO ESCRITÓRIO REGIONAL DE IRATI
ELABORAÇÃO: SEDS

QUADRO 32 – INFORMAÇÕES SINTÉSE SEGUNDO MUNICÍPIOS DO ESCRITÓRIO REGIONAL DE IRATI		
	Total de Municípios	9
	Total de habitantes	160962
Porte Populacional	Pequeno Porte I	7
	Pequeno Porte II	1
	Médio Porte	1
	Grande Porte	0
	Metrópole	0
Nível de Gestão	Básica	9
	Plena	0

N° de equipamentos	CRAS	10
	CREAS	4
	Centro POP	0
	Unidades de Acolhimento	17
FONTE: IBGE – CENSO DEMOGRÁFICO 2010; SEDS; CENSO SUAS 2011. NOTAS: ELABORAÇÃO SEDS		

QUADRO 33 – INFORMAÇÕES GERAIS E ÍNDICES DE GESTÃO SEGUNDO MUNICÍPIOS DO ESCRITÓRIO REGIONAL DE IRATI

Município	Nível de gestão	Porte	População – Censo	IGD – Bolsa família	* IDCRAS	* Índice de execução financeira ajustada	* IGD SUAS
Fernandes Pinheiro	Básica	Pequeno Porte 1	5932	0,76	0,67	0,14	0,56
Guamiranga	Básica	Pequeno Porte 1	7900	0,78	0,83	0,77	0,82
Imbituva	Básica	Pequeno Porte2	28455	0,83	0,83	0,69	0,8
Inácio Martins	Básica	Pequeno Porte 1	10943	0,76	0,55	1	0,64
Irati	Básica	Médio Porte	56207	0,8	0,33	0,78	0,42
Mallet	Básica	Pequeno Porte 1	12973	0,82	0,5	0	0,4
Rebouças	Básica	Pequeno Porte 1	14176	0,31	0,67	0,82	0,7
Rio Azul	Básica	Pequeno Porte 1	14093	0,85	0,83	1	0,87
Teixeira Soares	Básica	Pequeno Porte 1	10283	0,75	0,83	0	0,67

FONTE: IBGE – CENSO DEMOGRÁFICO 2010; SEDS; MATRIZ DA INFORMAÇÃO SOCIAL 2012 - MDS
NOTAS: ELABORAÇÃO SEDS

QUADRO 34 – EXECUÇÃO DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS SOCIOASSISTENCIAIS SEGUNDO MUNICÍPIOS DO ESCRITÓRIO REGIONAL DE IRATI

Município	CRAS	CREAS	Centro POP	Acolhimento	*PETI	*ProJovem Adolescente/ n° coletivos	*Serviço de Convivência do idoso e/ou crianças até 6 anos	*Serviço de PSE para Pessoas com Deficiência, idosas e suas famílias
Fernandes Pinheiro	1	-	-	0	-	-	395	-
Guamiranga	1	1	-	1	114	3	429	-
Imbituva	1	1	-	2	57	-	1317	38
Inácio Martins	1	-	-	1	-	-	545	-
Irati	2	1		7	331	-	873	91
Mallet	1	-	-	1	-	2	401	33
Rebouças	1	1	-	1	238	1	820	21

Rio Azul	1	0	-	2	220	-	555	28
Teixeira Soares	1	-	-	2	0	-	601	23

FONTE: IBGE – CENSO DEMOGRÁFICO 2010; SEDS; MATRIZ DA INFORMAÇÃO SOCIAL 2012 – MDS; CENSO SUAS 2011.
NOTAS: ELABORAÇÃO SEDS

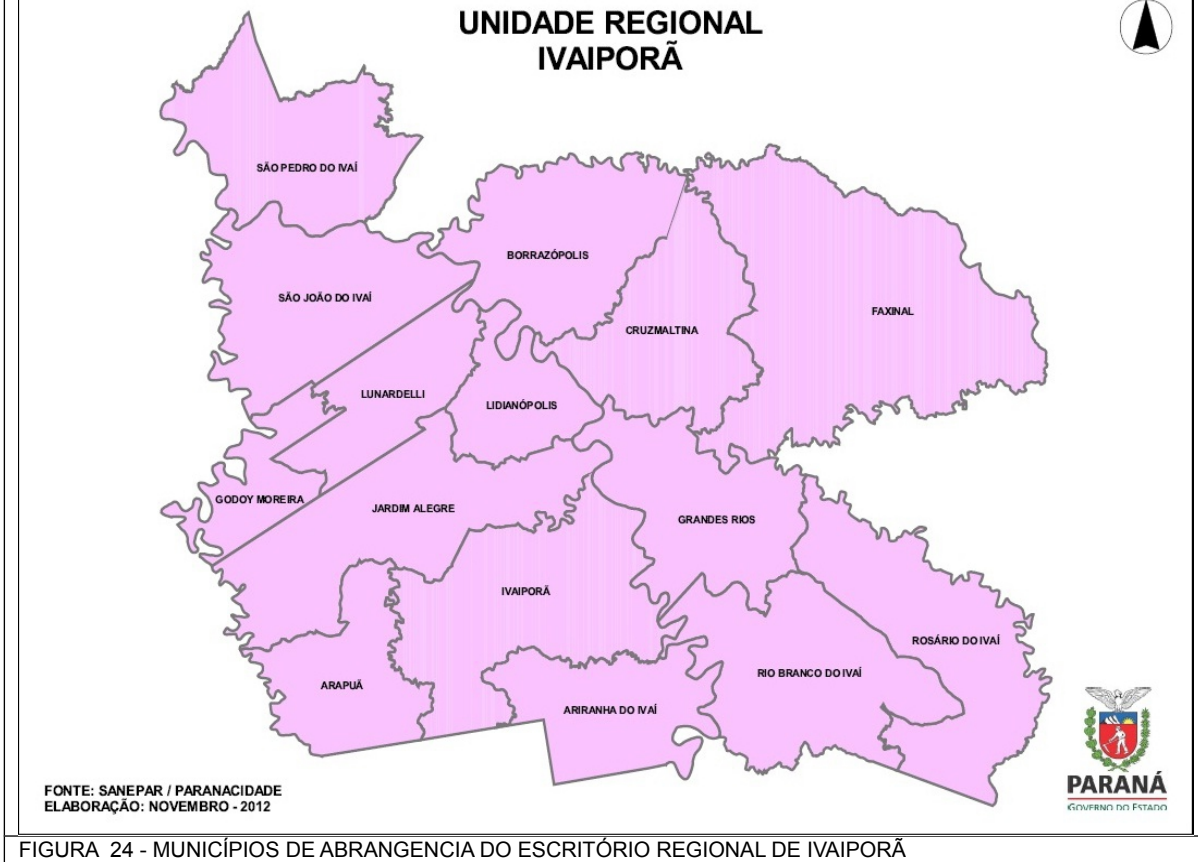


FIGURA 24 - MUNICÍPIOS DE ABRANGENCIA DO ESCRITÓRIO REGIONAL DE IVAIPORÃ
ELABORAÇÃO: SEDS

QUADRO 35 – INFORMAÇÕES SINTÉSE SEGUNDO MUNICÍPIOS DO ESCRITÓRIO REGIONAL DE IVAIPORÃ		
	Total de Municípios	15
	Total de habitantes	127781
Porte Populacional	Pequeno Porte I	14
	Pequeno Porte II	1
	Médio Porte	0
	Grande Porte	0
	Metrópole	0
Nível de Gestão	Básica	15

	Plena	0
N° de equipamentos	CRAS	14
	CREAS	4
	Centro POP	1
	Unidades de Acolhimento	31

FONTE: IBGE – CENSO DEMOGRÁFICO 2010; SEDS; CENSO SUAS 2011.
NOTAS: ELABORAÇÃO SEDS

QUADRO 36 – INFORMAÇÕES GERAIS E ÍNDICES DE GESTÃO SEGUNDO MUNICÍPIOS DO ESCRITÓRIO REGIONAL DE IVAIPORÃ

Município	Nível de gestão	Porte	População – Censo	IGD – Bolsa família	* IDCRAS	* Índice de execução financeira ajustada	* IGD SUAS
Arapuã	Básica	Pequeno Porte 1	3561	0,73	0,67	0,89	0,71
Ariranha do Ivaí	Básica	Pequeno Porte 1	2453	0,85	0,83	0,88	0,84
Borrazópolis	Básica	Pequeno Porte 1	7878	0,79	0,83	0,92	0,85
Cruzmaltina	Básica	Pequeno Porte 1	3162	0,76	0,61	0,63	0,61
Faxinal	Básica	Pequeno Porte 1	16314	0,9	0,67	0,72	0,68
Godoy Moreira	Básica	Pequeno Porte 1	3337	0,83	0,5	0,13	0,43
Grandes Rios	Básica	Pequeno Porte 1	6625	0,91	0,5	0,54	0,51
Ivaiporã	Básica	Pequeno Porte 2	31816	0,78	0,5	0,73	0,55
Jardim Alegre	Básica	Pequeno Porte 1	12324	0,86	0,83	0,77	0,82
Lidianópolis	Básica	Pequeno Porte 1	3973	0,79	0,83	0,73	0,81
Lunardelli	Básica	Pequeno Porte 1	5160	0,78	0,5	0,76	0,55
Rio Branco do Ivaí	Básica	Pequeno Porte 1	3898	0,85	0,33	0,64	0,39
Rosário do Ivaí	Básica	Pequeno Porte 1	5588	0,87	0,5	0,44	0,49
São João do Ivaí	Básica	Pequeno Porte 1	11525	0	0,83	0,93	0,85
São Pedro do Ivaí	Básica	Pequeno Porte 1	10167	0,81	0,67	0,71	0,68

FONTE: IBGE – CENSO DEMOGRÁFICO 2010; SEDS; MATRIZ DA INFORMAÇÃO SOCIAL 2012 - MDS
NOTAS: ELABORAÇÃO SEDS

QUADRO 37 - EXECUÇÃO DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS SOCIOASSISTENCIAIS SEGUNDO MUNICÍPIOS DO ESCRITÓRIO REGIONAL DE IVAIPORÃ

Município	CRAS	CREAS	Centro POP	Acolhimento	*PETI	*ProJovem Adolescente/ n° coletivos	*Serviço de Convivência do idoso e/ou crianças até 6 anos	*Serviço de PSE para Pessoas com Deficiência, idosas e suas famílias
Arapuã	1	-	-	0	-	-	237	-
Ariranha do Ivaí	1	-	-	0	-	-	187	-
Borrazópolis	1	-	-	3	-	-	380	25
Cruzmaltina	-	-	-	5	-	-	130	-
Faxinal	1	-	-	3	273	-	827	40
Godoy Moreira	1	1	-	0	-	-	228	36
Grandes Rios	1	-	-	4	-	-	311	20
Ivaiporã	1	1	-	3	124	-	1776	70
Jardim Alegre	1	1	-	1	231	2	977	43
Lidianópolis	1	0	-	0	158	1	224	7
Lunardelli	1	-	-	0	91	-	374	-
Rio Branco do Ivaí	1	-	-	1	42	-	319	-
Rosário do Ivaí	1	-	-	8	19	-	236	44
São João do Ivaí	1	-	-	1	39	-	473	56
São Pedro do Ivaí	1	1	-	2	178	-	380	24

FONTE: IBGE – CENSO DEMOGRÁFICO 2010; SEDS; MATRIZ DA INFORMAÇÃO SOCIAL 2012 – MDS; CENSO SUAS 2011.
NOTAS: ELABORAÇÃO SEDS

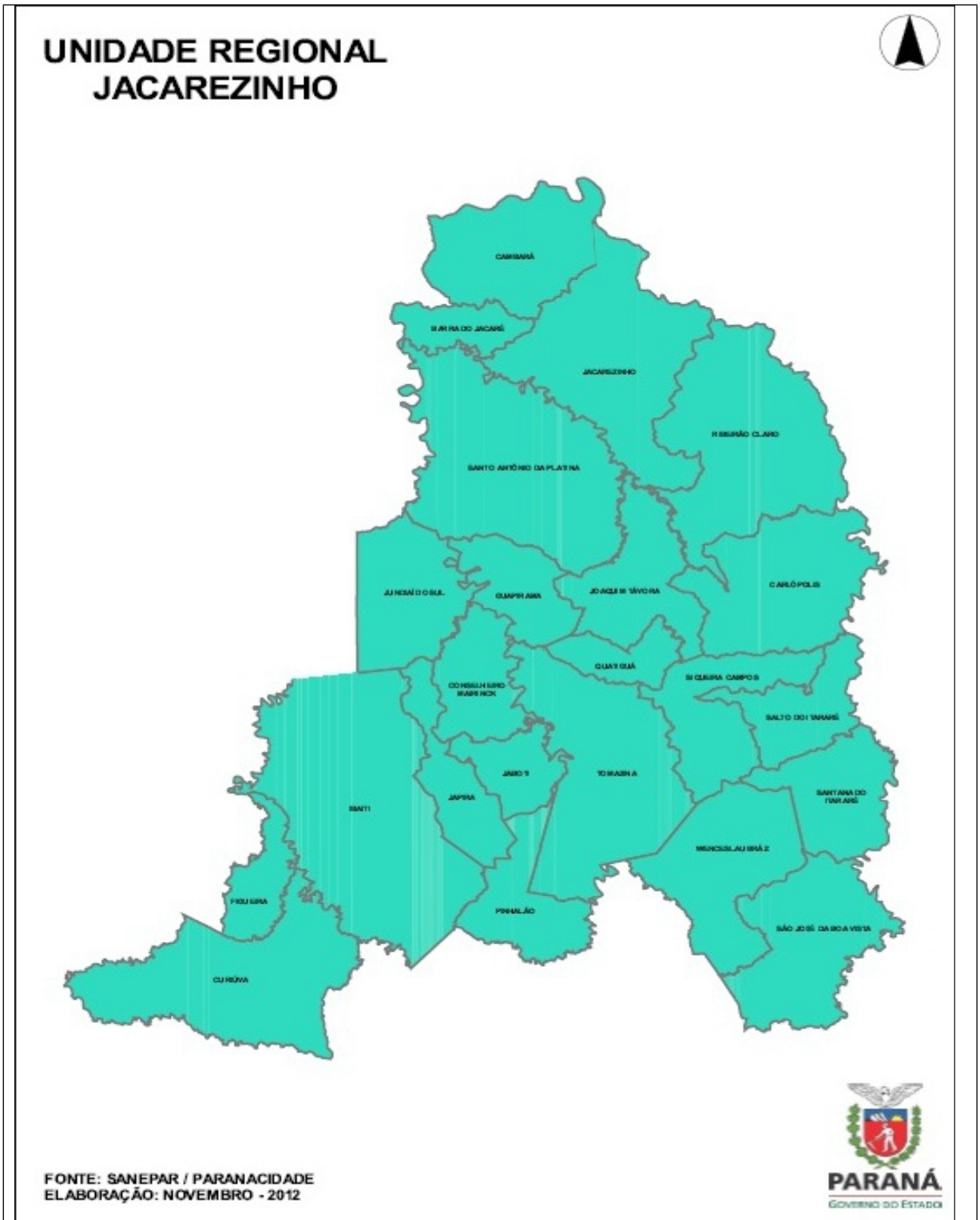


FIGURA 25 – MUNICÍPIOS DE ABRANGENCIA DO ESCRITÓRIO REGIONAL DE JACAREZINHO
ELABORAÇÃO: SEDS

QUADRO 38 – INFORMAÇÕES SINTÉSE SEGUNDO MUNICÍPIOS DO ESCRITÓRIO REGIONAL DE JACAREIZNHO		
	Total de Municípios	23
	Total de habitantes	292034
Porte Populacional	Pequeno Porte I	19
	Pequeno Porte II	4
	Médio Porte	0
	Grande Porte	0
	Metrópole	0
Nível de Gestão	Básica	23
	Plena	0
N° de equipamentos	CRAS	23
	CREAS	7
	Centro POP	0
	Unidades de Acolhimento	30
FONTE: IBGE – CENSO DEMOGRÁFICO 2010; SEDS; CENSO SUAS 2011. NOTAS: ELABORAÇÃO SEDS		

QUADRO 39 – INFORMAÇÕES GERAIS E ÍNDICES DE GESTÃO SEGUNDO MUNICÍPIOS DO ESCRITÓRIO REGIONAL DE JACAREZINHO

Município	Nível de gestão	Porte	População – Censo	IGD – Bolsa família	* IDCRAS	* Índice de execução financeira ajustada	* IGD SUAS
Barra do jacaré	Básica	Pequeno Porte 1	2727	0,47	0,17	0,77	0,29
Cambará	Básica	Pequeno Porte 2	23886	0,76	0,33	0,9	0,45
Carlópolis	Básica	Pequeno Porte 1	13706	0,78	0,33	0,56	0,38
Conselheiro Mairinck	Básica	Pequeno Porte 1	3636	0,33	0,83	0,75	0,82
Curiúva	Básica	Pequeno Porte 1	13923	0,86	0,83	0,38	0,74
Figueira	Básica	Pequeno Porte 1	8293	0,8	0,67	0,73	0,68
Guapirama	Básica	Pequeno Porte 1	3891	0	0,83	0,79	0,82
Ibaiti	Básica	Pequeno Porte 2	28751	0,79	0,67	0,68	0,67
Jaboti	Básica	Pequeno Porte 1	4902	0,73	0,83	0,56	0,78
Jacarezinho	Básica	Pequeno Porte 2	39121	0,74	0,5	0,75	0,55
Japira	Básica	Pequeno Porte 1	4903	0,84	1	0,44	0,89

Joaquim Távora	Básica	Pequeno Porte 1	10736	0,84	0,83	0,65	0,8
Jundiaí do Sul	Básica	Pequeno Porte 1	3433	0,94	0,5	1	0,6
Pinhalão	Básica	Pequeno Porte 1	6215	0,89	0,5	0,46	0,49
Quatiguá	Básica	Pequeno Porte 1	7045	0,76	0,67	0,89	0,71
Ribeirão Claro	Básica	Pequeno Porte 1	10678	0,83	0,5	1	0,6
Salto do Itararé	Básica	Pequeno Porte 1	5178	0,5	0,61	0	0,49
Santana do Itararé	Básica	Pequeno Porte 1	5249	0	0,33	0,63	0,39
Santo Antônio da Platina	Básica	Pequeno Porte 2	42707	0,8	0,33	0,4	0,35
São José da Boa Vista	Básica	Pequeno Porte 1	6411	0,68	0,67	0,8	0,69
Siqueira Campos	Básica	Pequeno Porte 1	18454	0,84	0,67	0,55	0,64
Tomazina	Básica	Pequeno Porte 1	8491	0,88	0,67	0,78	0,69
Wenceslau Braz	Básica	Pequeno Porte 1	19298	0,86	0,67	0,83	0,7
FONTE: IBGE – CENSO DEMOGRÁFICO 2010; SEDS; MATRIZ DA INFORMAÇÃO SOCIAL 2012 - MDS NOTAS: ELABORAÇÃO SEDS							

QUADRO 40 – EXECUÇÃO DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS SOCIOASSISTENCIAIS SEGUNDO MUNICÍPIOS DO ESCRITÓRIO REGIONAL DE JACAREZINHO

Município	CRAS	CREAS	Centro POP	Acolhimento	*PETI	*ProJovem Adolescente/ n° coletivos	*Serviço de Convivência do idoso e/ou crianças até 6 anos	*Serviço de PSE para Pessoas com Deficiência, idosas e suas famílias
Barra do jacaré	1	-	-	0	36	-	165	-
Cambará	1	1	-	1	-	2	1053	23
Carlópolis	1	-	-	3	152	-	512	58
Conselheiro Mairinck	1	-	-	0	55	-	280	21
Curiúva	1	1	-	2	82	2	658	15
Figueira	1	-	-	1	76	-	573	45
Guapirama	1	-	-	1	-	-	195	-
Ibaiti	1	1	-	3	133	4	1792	42
Jaboti	1	1	-	0	40	-	225	14
Jacarezinho	2	1	-	2	223	2	2090	104
Japira	1	-	-	0	-	-	338	15
Joaquim Távora	1	-	-	4	131	-	471	58
Jundiaí do Sul	1	-	-	0	136	-	333	14

Pinhalão	1	-	-	0	106	-	304	-
Quatiguá	1	-	-	0	28	-	296	26
Ribeirão Claro	1	-	-	0	-	-	415	-
Salto do Itararé	-	-	-	0	-	-	318	-
Santana do Itararé	1	-	-	1		-	333	-
Santo Antônio da Platina	1	1	-	3	-	2	1871	50
São José da Boa Vista	1	-	-	2	-	1	384	23
Siqueira Campos	1	-	-	5	-	-	620	60
Tomazina	1	1	-	0	199	2	450	66
Wenceslau Braz	1	-	-	2	62	-	589	11
FONTE: IBGE – CENSO DEMOGRÁFICO 2010; SEDS; MATRIZ DA INFORMAÇÃO SOCIAL 2012 – MDS; CENSO SUAS 2011. NOTAS: ELABORAÇÃO SEDS								

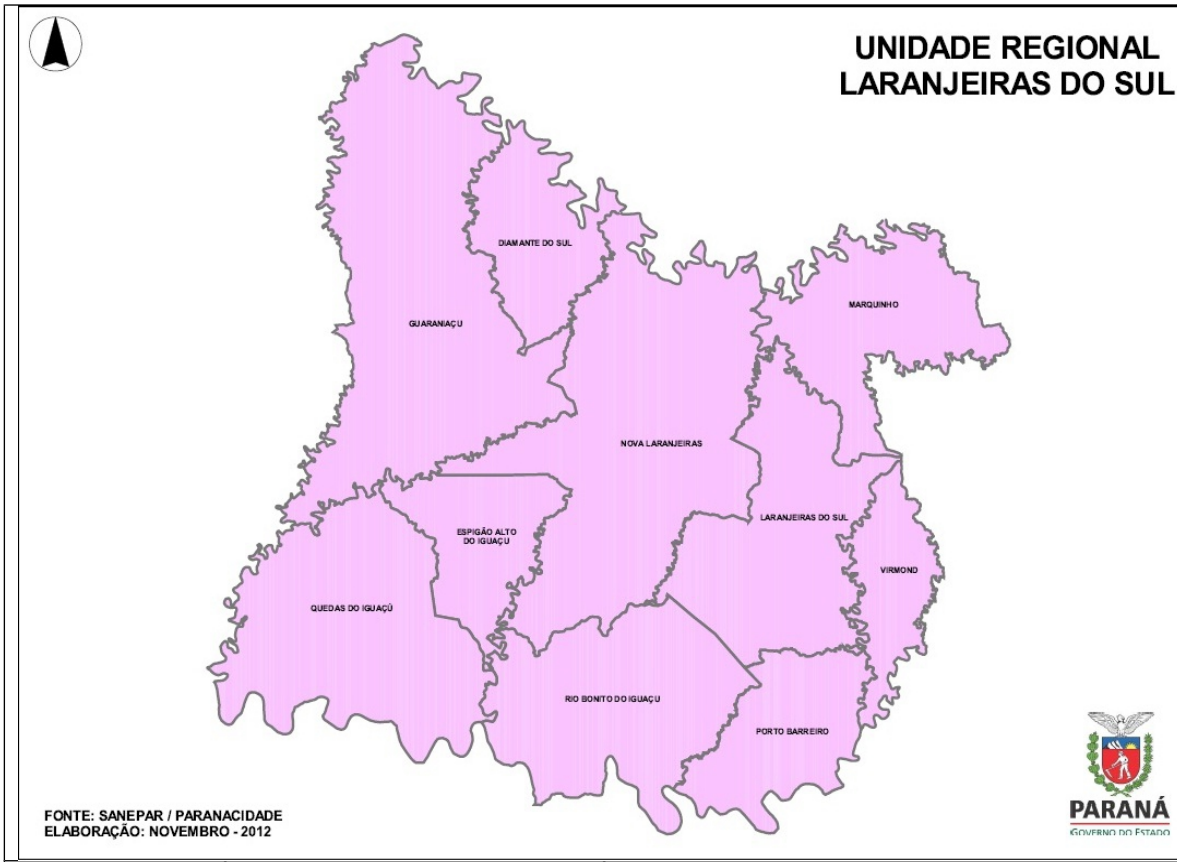


FIGURA 26 – MUNICÍPIOS DE ABRANGENCIA DO ESCRITÓRIO REGIONAL DE LARANJEIRAS DO SUL
ELABORAÇÃO: SEDS

QUADRO 41 – INFORMAÇÕES SINTÉSE SEGUNDO MUNICÍPIOS DO ESCRITÓRIO REGIONAL DE LARANJEIRAS DO SUL		
	Total de Municípios	10
	Total de habitantes	121647
Porte Populacional	Pequeno Porte I	8
	Pequeno Porte II	2
	Médio Porte	0
	Grande Porte	0
	Metrópole	0
Nível de Gestão	Básica	10
	Plena	0
N° de equipamentos	CRAS	10
	CREAS	2
	Centro POP	0
	Unidades de Acolhimento	13
FONTE: IBGE – CENSO DEMOGRÁFICO 2010; SEDS; CENSO SUAS 2011. NOTAS: ELABORAÇÃO SEDS		

QUADRO 42 – INFORMAÇÕES GERAIS E ÍNDICES DE GESTÃO SEGUNDO MUNICÍPIOS DO ESCRITÓRIO REGIONAL DE LARANJEIRAS DO SUL

Município	Nível de gestão	Porte	População – Censo	IGD – Bolsa família	* IDCRAS	* Índice de execução financeira ajustada	* IGD SUAS
Diamante do Sul	Básica	Pequeno Porte 1	3510	0,87	1	0,91	0,98
Espigão Alto do Iguaçu	Básica	Pequeno Porte 1	4677	0,78	0,33	0,84	0,44
Guaraniaçu	Básica	Pequeno Porte 1	14582	0	0,67	1	0,73
Laranjeiras do Sul	Básica	Pequeno Porte 2	30777	0,86	0,83	0,86	0,84
Marquinho	Básica	Pequeno Porte 1	4981	0,74	0,5	0,89	0,58
Nova Laranjeiras	Básica	Pequeno Porte 1	11241	0,83	0,33	0,79	0,43
Porto Barreiro	Básica	Pequeno Porte 1	3663	0,81	0,67	0,87	0,71
Quedas do Iguaçu	Básica	Pequeno Porte 2	30605	0,85	0,5	0,77	0,55
Rio Bonito do Iguaçu	Básica	Pequeno Porte 1	13661	0,83	0,5	0,84	0,57
Virmond	Básica	Pequeno Porte 1	3950	0,17	0,67	0,23	0,58

FONTE: IBGE – CENSO DEMOGRÁFICO 2010; SEDS; MATRIZ DA INFORMAÇÃO SOCIAL 2012 - MDS
NOTAS: ELABORAÇÃO SEDS

QUADRO 43 – EXECUÇÃO DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS SOCIOASSISTENCIAIS SEGUNDO MUNICÍPIOS DO ESCRITÓRIO REGIONAL DE LARANJEIAS DO SUL

Município	CRAS	CREAS	Centro POP	Acolhimento	*PETI	*ProJovem Adolescente/ n° co-letivos	*Serviço de Convivência do idoso e/ou crianças até 6 anos	*Serviço de PSE para Pessoas com Deficiência, idosas e suas famílias
Diamante do Sul	1	-	-	0	97	-	338	-
Espigão Alto do Iguaçu	1	-	-	1	37	-	298	-
Guaraniaçu	1	-	-	2	50	-	625	80
Laranjeiras do Sul	1	1	-	4	234	-	1517	111
Marquinho	1	-	-	1	93	-	289	-
Nova Laranjeiras	1	-	-	0	54	-	881	-
Porto Barreiro	1		-	0	-	-	200	-
Quedas do Iguaçu	1	-		2	349	-	1513	68
Rio Bonito do Iguaçu	1	-	-	2	20	2	950	15
Virmond	1	-	-	1	0	-	275	-

FONTE: IBGE – CENSO DEMOGRÁFICO 2010; SEDS; MATRIZ DA INFORMAÇÃO SOCIAL 2012 – MDS; CENSO SUAS 2011.
NOTAS: ELABORAÇÃO SEDS



FIGURA 27 – MUNICÍPIOS DE ABRANGENCIA DO ESCRITÓRIO REGIONAL DE LONDRINA
ELABORAÇÃO: SEDS

QUADRO 44 – INFORMAÇÕES SINTÉSE SEGUNDO MUNICÍPIOS DO ESCRITÓRIO REGIONAL DE LONDRINA		
	Total de Municípios	20
	Total de habitantes	859392
Porte Populacional	Pequeno Porte I	16
	Pequeno Porte II	1
	Médio Porte	2
	Grande Porte	1
	Metrópole	0
Nível de Gestão	Básica	15
	Plena	5
N° de equipamentos	CRAS	33
	CREAS	8
	Centro POP	1
	Unidades de Acolhimento	40
FONTE: IBGE – CENSO DEMOGRÁFICO 2010; SEDS; CENSO SUAS 2011. NOTAS: ELABORAÇÃO SEDS		

QUADRO 45 – INFORMAÇÕES GERAIS E ÍNDICES DE GESTÃO SEGUNDO MUNICÍPIOS DO ESCRITÓRIO REGIONAL DE LONDRINA

Município	Nível de gestão	Porte	População – Censo	IGD – Bolsa família	* IDCRAS	* Índice de execução financeira ajustada	* IGD SUAS
Alvorada do Sul	Básica	Pequeno Porte 1	10283	0,85	0,67	0,95	0,72
Assaí	Plena	Pequeno Porte 1	16354	0,84	0,83	0,27	0,72
Bela Vista do Paraíso	Básica	Pequeno Porte 1	15079	0,87	0,33	0,71	0,41
Cafeara	Básica	Pequeno Porte 1	2695	0,77	0,5	0,83	0,57
Cambé	Plena	Médio Porte	96733	0,83	0,46	0,61	0,49
Centenário do Sul	Básica	Pequeno Porte 1	11190	0,88	0,5	0,12	0,42
Florestópolis	Básica	Pequeno Porte 1	11222	0,81	0,67	0,82	0,7
Guaraci	Básica	Pequeno Porte 1	5227	0,78	0,5	0	0,4
Ibiporã	Plena	Pequeno Porte 2	48198	0,83	1	0,49	0,9
Jaguapitã	Básica	Pequeno Porte 1	12225	0,82	0,67	0,67	0,67
Londrina	Plena	Grande Porte	506701	0,9	0,52	0,65	0,54
Lupionópolis	Básica	Pequeno Porte 1	4592	0,78	0,33	0,77	0,42
Miraselva	Básica	Pequeno Porte 1	1862	0	0,67	0,89	0,71

Pitangueiras	Básica	Pequeno Porte 1	2814	0,82	0,83	0,83	0,83
Porecatu	Básica	Pequeno Porte 1	14189	0,83	0,83	0,83	0,83
Prado Ferreira	Básica	Pequeno Porte 1	3434	0,8	0,17	0,43	0,22
Primeiro de Maio	Básica	Pequeno Porte 1	10832	0,85	0,67	1	0,73
Rolândia	Plena	Médio Porte	57862	0,75	0,58	0,78	0,62
Sertanópolis	Básica	Pequeno Porte 1	15638	0,88	0,33	0,86	0,44
Tamarana	Básica	Pequeno Porte 1	12262	0,71	0,83	0,26	0,72
FONTE: IBGE – CENSO DEMOGRÁFICO 2010; SEDS; MATRIZ DA INFORMAÇÃO SOCIAL 2012 - MDS NOTAS: ELABORAÇÃO SEDS							

QUADRO 46 – EXECUÇÃO DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS SOCIOASSISTENCIAIS SEGUNDO MUNICÍPIOS DO ESCRITÓRIO REGIONAL DE LONDRINA

Município	CRAS	CREAS	Centro POP	Acolhimento	*PETI	*ProJovem Adolescente/ n° coletivos	*Serviço de Convivência do idoso e/ou crianças até 6 anos	*Serviço de PSE para Pessoas com Deficiência, idosas e suas famílias
Alvorada do Sul	1	-	-	0	-	-	374	-
Assaí	1	1	-	1	-	1	628	63
Bela Vista do Paraíso	1	-	-	1	-	-	750	100
Cafeara	1	-	-	0	-	-	169	-
Cambé	4	2	-	2	-	-	2994	127
Centenário do Sul	1	-	-	1	-	-	539	-
Florestópolis	1	-	-	0	20	-	568	36
Guaraci	1	-	-	0	-	-	199	-
Ibiporã	1	1	-	2	-	-	1683	213
Jaguapitã	1	-	-	1	-	-	424	15
Londrina	10	3	1	21	237	8	13254	601
Lupionópolis	1	-	-	1	54	-	277	-
Miraselva	1	-	-	0	-	-	95	-
Pitangueiras	1	-	-	0	-	-	95	-
Porecatu	1	-	--	4	-	2	430	62
Prado Ferreira	1	-	-	0	-	-	182	-
Primeiro de Maio	1	-	-	1	-	-	496	70
Rolândia	2	1	-	2	-	-	1620	150
Sertanópolis	1	0		2	-	-	655	60
Tamarana	1	-	-	1	-	-	538	-

FONTE: IBGE – CENSO DEMOGRÁFICO 2010; SEDS; MATRIZ DA INFORMAÇÃO SOCIAL 2012 – MDS; CENSO SUAS 2011.
NOTAS: ELABORAÇÃO SEDS

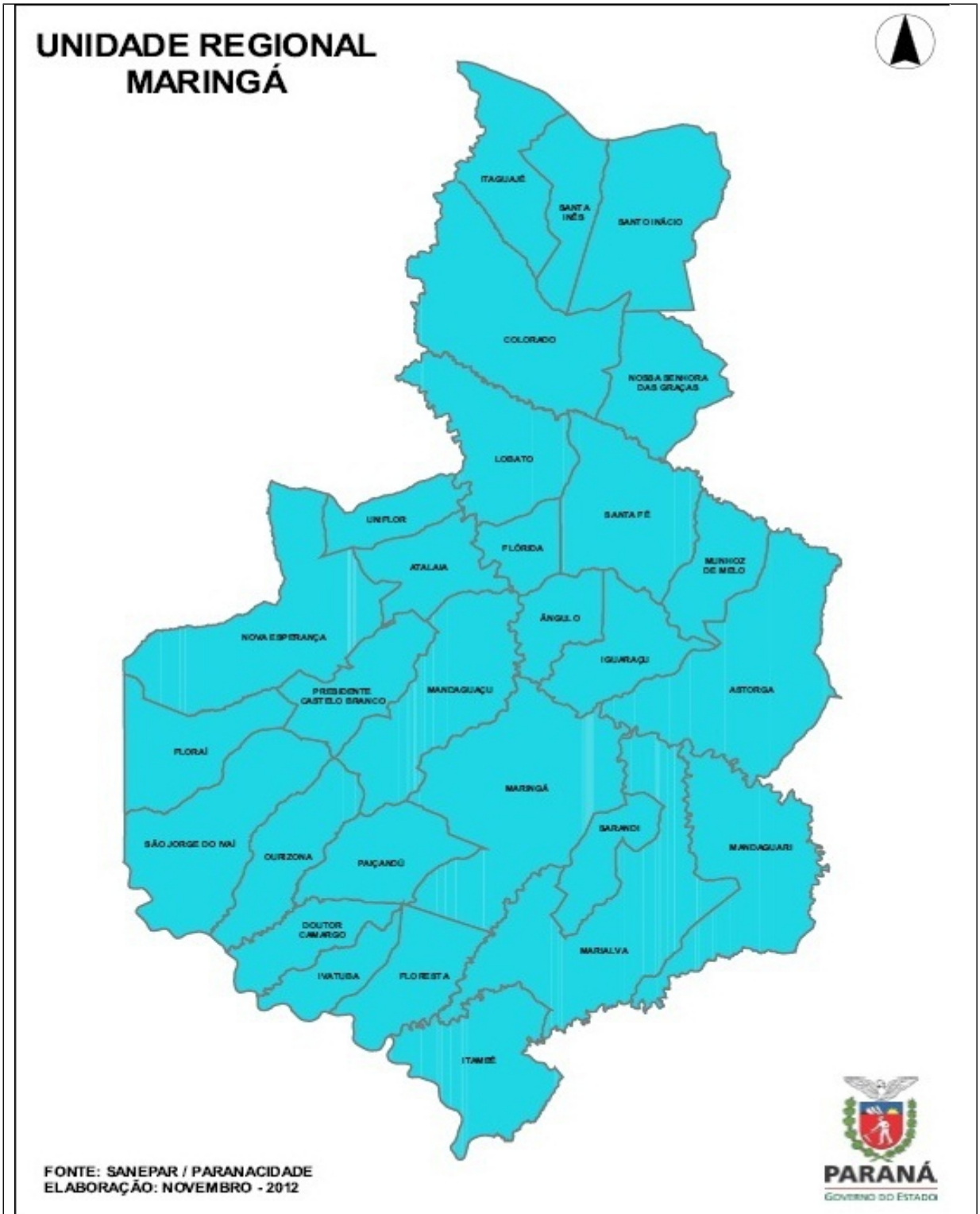


FIGURA 28 – MUNICÍPIOS DE ABRANGENCIA DO ESCRITÓRIO REGIONAL DE MARINGÁ
ELABORAÇÃO: SEDS

QUADRO 47 – INFORMAÇÕES SINTÉSE SEGUNDO MUNICÍPIOS DO ESCRITÓRIO REGIONAL DE MARINGÁ		
	Total de Municípios	29
	Total de habitantes	723154
Porte Populacional	Pequeno Porte I	21
	Pequeno Porte II	6
	Médio Porte	1
	Grande Porte	1
	Metrópole	0
Nível de Gestão	Básica	24
	Plena	5
N° de equipamentos	CRAS	37
	CREAS	7
	Centro POP	1
	Unidades de Acolhimento	33
FONTE: IBGE – CENSO DEMOGRÁFICO 2010; SEDS; CENSO SUAS 2011. NOTAS: ELABORAÇÃO SEDS		

QUADRO 48 – INFORMAÇÕES GERAIS E ÍNDICES DE GESTÃO SEGUNDO MUNICÍPIOS DO ESCRITÓRIO REGIONAL DE MARINGÁ

Município	Nível de gestão	Porte	População – Censo	IGD – Bolsa família	* IDCRAS	* Índice de execução financeira ajustada	* IGD SUAS
Ângulo	Básica	Pequeno Porte 1	2859	0	0,33	0,99	0,46
Astorga	Plena	Pequeno Porte 2	24698	0,92	0,75	0,58	0,72
Atalaia	Básica	Pequeno Porte 1	3913	0,84	0,83	0,91	0,85
Colorado	Plena	Pequeno Porte 2	22345	0,88	0,67	0,71	0,67
Doutor Camargo	Básica	Pequeno Porte 1	5828	0,81	0,17	0,09	0,15
Florái	Básica	Pequeno Porte 1	5050	0,83	0,33	0,99	0,46
Floresta	Básica	Pequeno Porte 1	5931	0,83	0,17	0,74	0,28
Flórida	Básica	Pequeno Porte 1	2543	0,78	0,33	0,87	0,44
Iguaraçu	Básica	Pequeno Porte 1	3982	0,85	0,33	0,41	0,35
Itaguajé	Básica	Pequeno Porte 1	4568	0,87	0,83	0,57	0,78
Itambé	Básica	Pequeno Porte 1	5979	0	0,67	1	0,73
Ivatuba	Básica	Pequeno Porte 1	3010	0,87	0,17	0,61	0,26

Lobato	Básica	Pequeno Porte 1	4401	0,9	0,5	0,63	0,53
Mandaguaçu	Básica	Pequeno Porte 1	19781	0,73	0,83	0,97	0,86
Mandaguari	Básica	Pequeno Porte 2	32658	0,86	0,83	0,77	0,82
Marialva	Básica	Pequeno Porte 2	31959	0,88	0,67	0,68	0,67
Maringá	Plena	Grande Porte	357077	0,76	0,67	0,33	0,6
Munhoz de Melo	Básica	Pequeno Porte 1	3672	0,88	0,67	0,7	0,67
Nossa Senhora das Graças	Básica	Pequeno Porte 1	3836	0,93	0,33	0	0,27
Nova Esperança	Básica	Pequeno Porte 2	26615	0,81	0,83	0,89	0,84
Ourizona	Básica	Pequeno Porte 1	3380	0,65	0,5	0,38	0,45
Paiçandu	Básica	Pequeno Porte 2	35936	0,79	0,5	0,04	0,41
Presidente Castelo Branco	Básica	Pequeno Porte 1	4784	0,79	0,17	1	0,33
Santa Fé	Plena	Pequeno Porte 1	10432	0,88	0,67	0,89	0,71
Santa Inês	Básica	Pequeno Porte 1	1818	0,83	0,83	0,86	0,84
Santo Inácio	Básica	Pequeno Porte 1	5269	0,86	0,17	0,24	0,18
São Jorge do Ivaí	Básica	Pequeno Porte 1	5517	0,91	0,67	1	0,73
Sarandi	Básica	Médio Porte	82847	0,83	0,33	0,28	0,32
Uniflor	Básica	Pequeno Porte 1	2466	0,85	0,83	0,69	0,81

FONTE: IBGE – CENSO DEMOGRÁFICO 2010; SEDS; MATRIZ DA INFORMAÇÃO SOCIAL 2012 - MDS
NOTAS: ELABORAÇÃO SEDS

QUADRO 49 – EXECUÇÃO DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS SOCIOASSISTENCIAIS SEGUNDO MUNICÍPIOS DO ESCRITÓRIO REGIONAL DE MARINGÁ

Município	CRAS	CREAS	Centro POP	Acolhimento	*PETI	*ProJovem Adolescente/ n° coletivos	*Serviço de Convivência do idoso e/ou crianças até 6 anos	*Serviço de PSE para Pessoas com Deficiência, idosas e suas famílias
Ângulo	1	-	-	0	87	-	142	-
Astorga	2	1	-	2	64	1	783	118
Atalaia	1	-	-	0	-	1	143	-
Colorado	1	1	-	2	-	1	515	58
Doutor Camargo	1	-	-	0	-	1	216	25
Florái	1	-	-	0	14	-	152	20

Floresta	1	-	-	0	-	-	189	-
Flórida	1	-	-	1	24	-	127	-
Iguaraçu	1	-	-	0	-	1	152	32
Itaguajé	1	-	-	0	-	1	320	-
Itambé	1	-	-	0	-	-	238	-
Ivatuba	1	-	-	1	-	-	79	-
Lobato	1	-	-	0	-	1	150	-
Mandaguaçu	1	1	-	2	-	2	658	55
Mandaguari	1	1	-	2	-	4	1383	95
Marialva	1	-	-	2	189	-	1231	76
Maringá	7	1	1	13	444	12	6057	567
Munhoz de Melo	1	-	-	0	-	1	129	-
Nossa Senhora das Graças	1	-	-	0	-	-	147	-
Nova Esperança	1	1	-	2	97	2	1147	98
Ourizona	1	-	-	0	-	1	111	-
Paiçandu	1	-	-	0	95	-	871	59
Presidente Castelo Branco	1	-	-	0	-	-	233	-
Santa Fé	1	-	-	2	-	1	225	35
Santa Inês	1	-	-	3	-	1	86	-
Santo Inácio	1	-	-	0	-	-	205	-
São Jorge do Ivaí	1	-	-	0	101	-	178	-
Sarandi	2	1	-	1	242	-	3879	46
Uniflor	1	-	-	0	20	-	95	-

FONTE: IBGE – CENSO DEMOGRÁFICO 2010; SEDS; MATRIZ DA INFORMAÇÃO SOCIAL 2012 – MDS; CENSO SUAS 2011.
NOTAS: ELABORAÇÃO SEDS

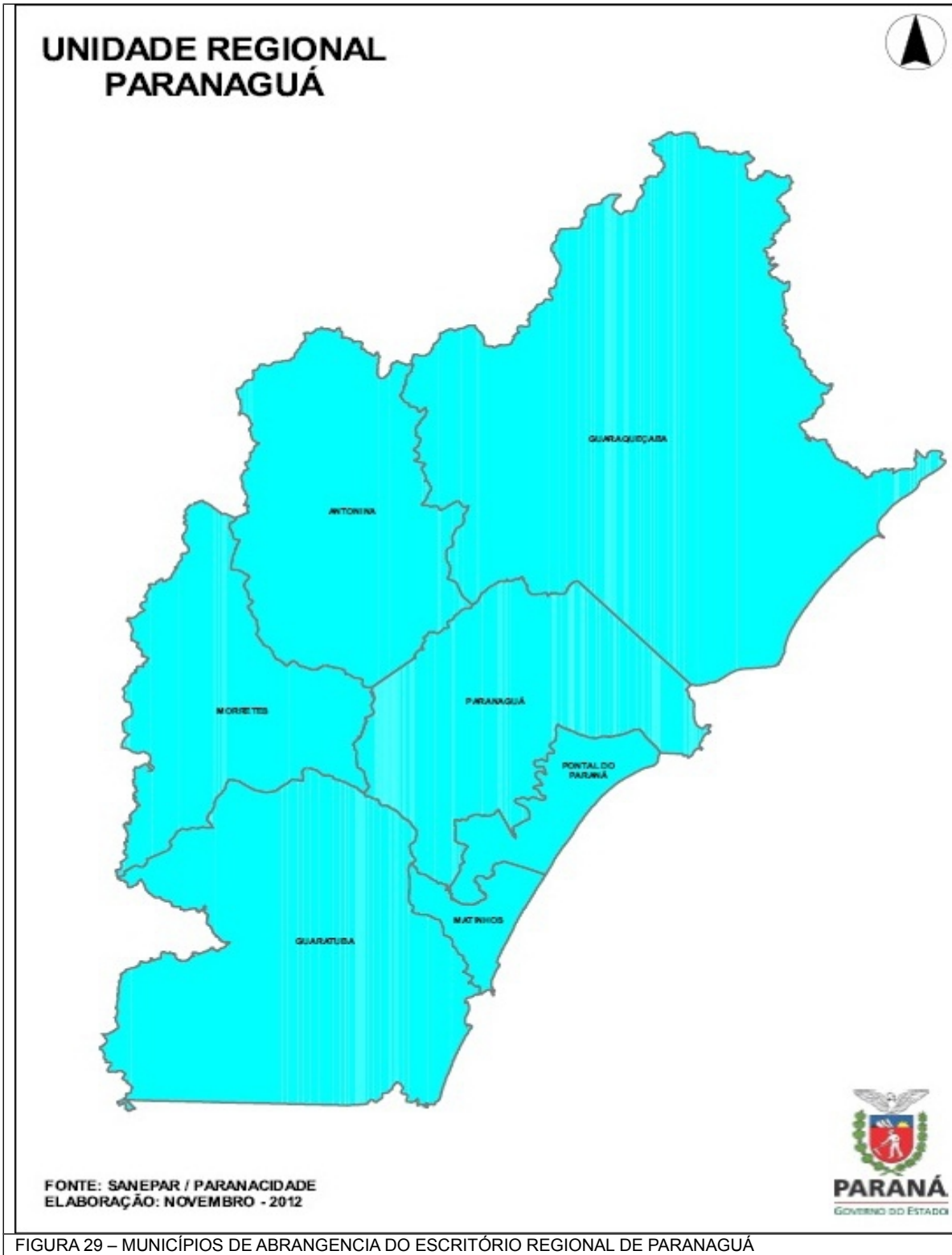


FIGURA 29 – MUNICÍPIOS DE ABRANGENCIA DO ESCRITÓRIO REGIONAL DE PARANAGUÁ
ELABORAÇÃO: SEDS

QUADRO 50 – INFORMAÇÕES SINTÉSE SEGUNDO MUNICÍPIOS DO ESCRITÓRIO REGIONAL DE PARANAGUÁ		
	Total de Municípios	7
	Total de habitantes	265392
Porte Populacional	Pequeno Porte I	3
	Pequeno Porte II	3
	Médio Porte	0
	Grande Porte	1
	Metrópole	0
Nível de Gestão	Básica	7
	Plena	0
N° de equipamentos	CRAS	6
	CREAS	3
	Centro POP	1
	Unidades de Acolhimento	9
FONTE: IBGE – CENSO DEMOGRÁFICO 2010; SEDS; CENSO SUAS 2011. NOTAS: ELABORAÇÃO SEDS		

QUADRO 51 – INFORMAÇÕES GERAIS E ÍNDICES DE GESTÃO SEGUNDO MUNICÍPIOS DO ESCRITÓRIO REGIONAL DE PARANAGUÁ

Município	Nível de gestão	Porte	População – Censo	IGD – Bolsa família	* IDCRAS	* Índice de execução financeira ajustada	* IGD SUAS
Antonina	Básica	Pequeno Porte 1	18891	0,86	0,17	0	0,13
Guaraqueçaba	Básica	Pequeno Porte 1	7871	0,87	0,17	0	0,13
Guaratuba	Básica	Pequeno Porte 2	32095	0,83	0	0,58	0,12
Matinhos	Básica	Pequeno Porte 2	29428	0,66	0,67	0,37	0,61
Morretes	Básica	Pequeno Porte 1	15718	0,8	0	0,11	0,02
Paranaguá	Básica	Grande Porte	140469	0,78	0,33	0,55	0,38
Pontal do Paraná	Básica	Pequeno Porte 2	20920	0,89	0,5	0,21	0,44

FONTE: IBGE – CENSO DEMOGRÁFICO 2010; SEDS; MATRIZ DA INFORMAÇÃO SOCIAL 2012 - MDS
NOTAS: ELABORAÇÃO SEDS

QUADRO 52 – EXECUÇÃO DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS SOCIOASSISTENCIAIS SEGUNDO MUNICÍPIOS DO ESCRITÓRIO REGIONAL DE PARANAGUÁ

Município	CRAS	CREAS	Centro POP	Acolhimento	*PETI	*ProJovem Adolescente/ n° coletivos	*Serviço de Convivência do idoso e/ou crianças até 6 anos	*Serviço de PSE para Pessoas com Deficiência, idosas e suas famílias
Antonina	1	1	-	1	-	3	923	25
Guaraqueçaba	1	-	-	0	-	-	601	11
Guaratuba	-	-	-	1	221	1	1353	53
Matinhos	1	1	-	1	150	1	1161	33
Morretes	-	-	-		50	-	707	-
Paranaguá	2	1	-	5	34	2	3936	237
Pontal do ParanáFONTE: IBGE – CENSO DEMOGRÁFICO 2010; SEDS; MATRIZ DA INFORMAÇÃO SOCIAL 2012 – MDS; CENSO SUAS 2011. NOTAS: ELABORAÇÃO SEDS	1	-	-	1	101	1	846	42
FONTE: IBGE – CENSO DEMOGRÁFICO 2010; SEDS; MATRIZ DA INFORMAÇÃO SOCIAL 2012 – MDS; CENSO SUAS 2011. NOTAS: ELABORAÇÃO SEDS								

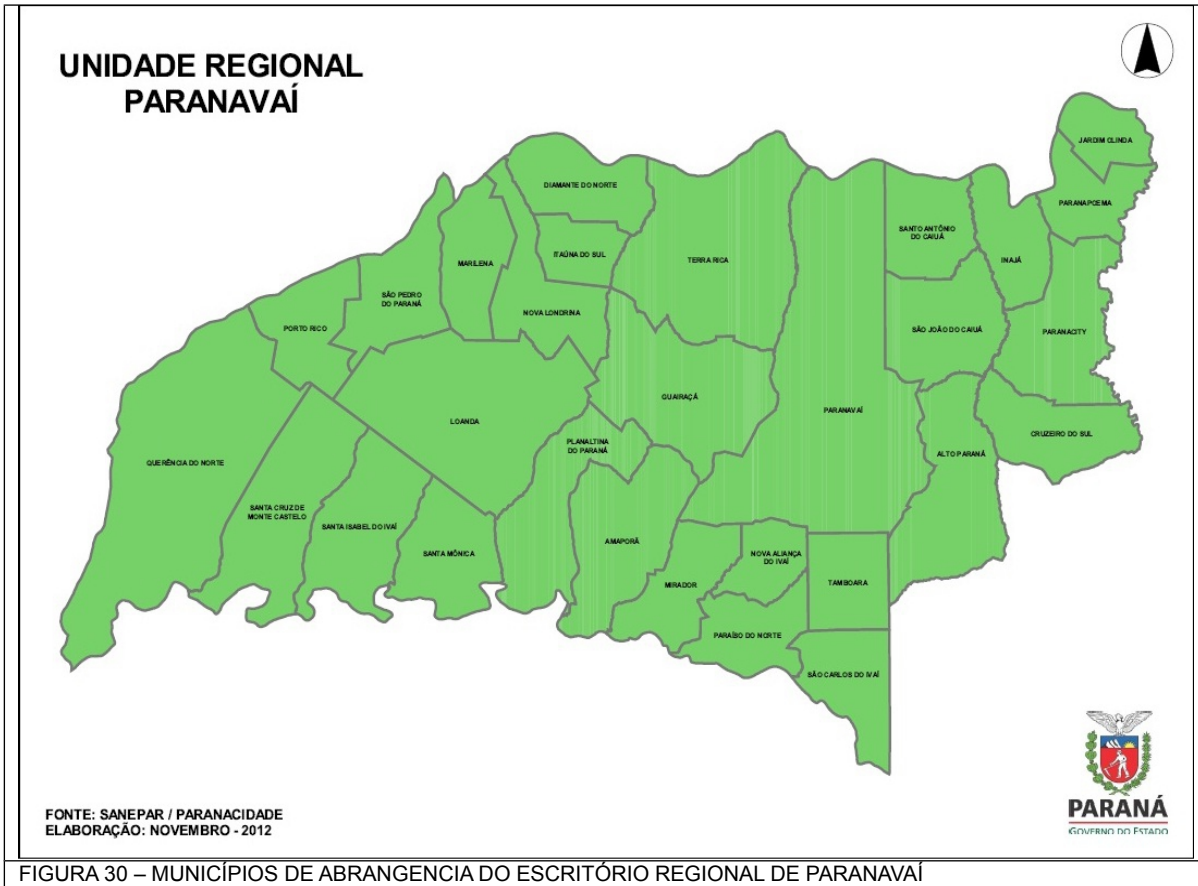


FIGURA 30 – MUNICÍPIOS DE ABRANGENCIA DO ESCRITÓRIO REGIONAL DE PARANAVAÍ
ELABORAÇÃO: SEDS

QUADRO 53 – INFORMAÇÕES SINTÉSE SEGUNDO MUNICÍPIOS DO ESCRITÓRIO REGIONAL DE PARANAVAÍ		
	Total de Municípios	29
	Total de habitantes	270.794
Porte Populacional	Pequeno Porte I	27
	Pequeno Porte II	1
	Médio Porte	2
	Grande Porte	0
	Metrópole	0
Nível de Gestão	Básica	14
	Plena	15
N° de equipamentos	CRAS	32
	CREAS	34
	Centro POP	0
	Unidades de Acolhimento	38

QUADRO 54 – INFORMAÇÕES GERAIS E ÍNDICES DE GESTÃO SEGUNDO MUNICÍPIOS DO ESCRITÓRIO REGIONAL DE PARANAVAÍ							
Município	Nível de gestão	Porte	População – Censo	IGD – Bolsa família	* IDCRAS	* Índice de execução financeira ajustada	* IGD SUAS
Alto Paraná	Plena	Pequeno Porte 1	13663	0,9	0,08	0,78	0,82
Amaporã	Básica	Pequeno Porte 1	5443	0,74	0,83	0,81	0,83
Cruzeiro do Sul	Plena	Pequeno Porte 1	4563	0,81	0,17	1	0,33
Diamante do Norte	Básica	Pequeno Porte 1	5516	0,81	0,33	0,98	0,46
Guairaçá	Básica	Pequeno Porte 1	6197	0,89	0,83	1	0,87
Inajá	Plena	Pequeno Porte 1	3988	0,82	0,83	0,93	0,85
Itaúna do Sul	Básica	Pequeno Porte 1	3583	0,83	0,67	0,96	0,73
Jardim Olinda	Plena	Pequeno Porte 1	1409	0,91	0,5	0,87	0,57
Loanda	Plena	Pequeno Porte 2	21201	0,76	0,67	0,83	0,7
Marilena	Básica	Pequeno Porte 1	6858	0,74	0,33	0,17	0,3
Mirador	Básica	Pequeno Porte 1	2327	0,84	0,83	0,77	0,82
Nova Aliança do Ivaí	Básica	Pequeno Porte 1	1431	0,84	0,67	0,73	0,68
Nova Londrina	Plena	Pequeno Porte 1	13067	0,84	0,67	0,88	0,71
Paraíso do Norte	Básica	Pequeno Porte 1	11772	0,82	0,83	0,87	0,84
Paraná City	Plena	Pequeno Porte 1	10250	0	0,83	1	0,87
Paranapoema	Plena	Pequeno Porte 1	2791	0,78	0,67	0,69	0,67
Paranavaí	Plena	Médio Porte	81590	0,73	0,65	0,46	0,62
Planaltina do Paraná	Básica	Pequeno Porte 1	4095	0,73	0,5	0,56	0,51
Porto Rico	Plena	Pequeno Porte 1	2530	0,87	0,33	0,6	0,39
Querência do Norte	Básica	Pequeno Porte 1	11729	0,33	0,33	0,61	0,39
Santa Cruz de Monte Castelo	Plena	Pequeno Porte 1	8092	0,81	0,83	0,9	0,85
Santa Isabel do Ivaí	Plena	Pequeno Porte 1	8760	0,91	0,17	0,56	0,24
Santa Mônica	Plena	Pequeno Porte 1	3571	0,82	0,47	1	0,58

Santo Antônio do Caiuá	Básica	Pequeno Porte 1	2727	0,88	0,83	0,77	0,82
São Carlos do Ivaí	Básica	Pequeno Porte 1	6354	0,3	0,83	0,95	0,86
São João do Caiuá	Plena	Pequeno Porte 1	5911	0,84	0,83	0,62	0,79
São Pedro do Paraná	Básica	Pequeno Porte 1	2491	0,81	0,83	0,33	0,73
Tamboara	Básica	Pequeno Porte 1	4664	0,46	0,83	0,82	0,83
Terra Rica	Plena	Pequeno Porte 1	15221	0,8	0,5	1	0,6
FONTE: IBGE – CENSO DEMOGRÁFICO 2010; SEDS; MATRIZ DA INFORMAÇÃO SOCIAL 2012 - MDS NOTAS: ELABORAÇÃO SEDS							

QUADRO 55 - EXECUÇÃO DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS SOCIOASSISTENCIAIS SEGUNDO MUNICÍPIOS DO ESCRITÓRIO REGIONAL DE PARANAVAÍ

Município	CRAS	CREAS	Centro POP	Acolhimento	*PETI	*ProJovem Adolescente/ n° coletivos	*Serviço de Convivência do idoso e/ou crianças até 6 anos	*Serviço de PSE para Pessoas com Deficiência, idosas e suas famílias
Alto Paraná	1	-	-	11	20	4	594	45
Amaporã	1	-	-	0	96	3	314	-
Cruzeiro do Sul	1	-	-	2	-	1	238	-
Diamante do Norte	1	-	-	0	90	2	398	-
Guairaçá	1	-	-	1	34	1	320	-
Inajá	1	-	-	1	130	1	245	-
Itaúna do Sul	1	-	-	0	-	-	276	6
Jardim Olinda	1	-	-	2	-	1	97	-
Loanda	1	1	-	1	17	-	813	41
Marilena	1	-	-	0	69	-	442	8
Mirador	1	-	-	0	18	-	169	-
Nova Aliança do Ivaí	1	-	-	0	34	-	75	-
Nova Londrina	1	-	-	1	184	2	640	71
Paraíso do Norte	1	-	-	2	96	1	227	86
Paraná City	1	-	-	1	103	5	471	42
Paranapoema	1	-	-	0	-	-	172	-
Paranavaí	4	1	-	4	-	8	2345	175
Planaltina do Paraná	1	-	-	0	24	-	225	22
Porto Rico	1	-	-	1	-	1	129	-
Querência do Norte	1	1	-	0	176	2	699	13
Santa Cruz de	1	-	-	4	195	2	523	-

Monte Castelo								
Santa Isabel do Ivaí	1	-	-	2	-	-	312	52
Santa Mônica	1	-	-	0	22	-	231	-
Santo Antônio do Caiuá	1	-	-	1	-	1	155	6
São Carlos do Ivaí	1	-	-	1	132	1	224	58
São João do Caiuá	1	-	-	1	-	1	438	54
São Pedro do Paraná	1	-	-	0	80	-	102	6
Tamboara	1	-	-	0	29	-	183	6
Terra Rica	1	-	-	2	-	3	672	75

FONTE: IBGE – CENSO DEMOGRÁFICO 2010; SEDS; MATRIZ DA INFORMAÇÃO SOCIAL 2012 – MDS; CENSO SUAS 2011.
NOTAS: ELABORAÇÃO SEDS

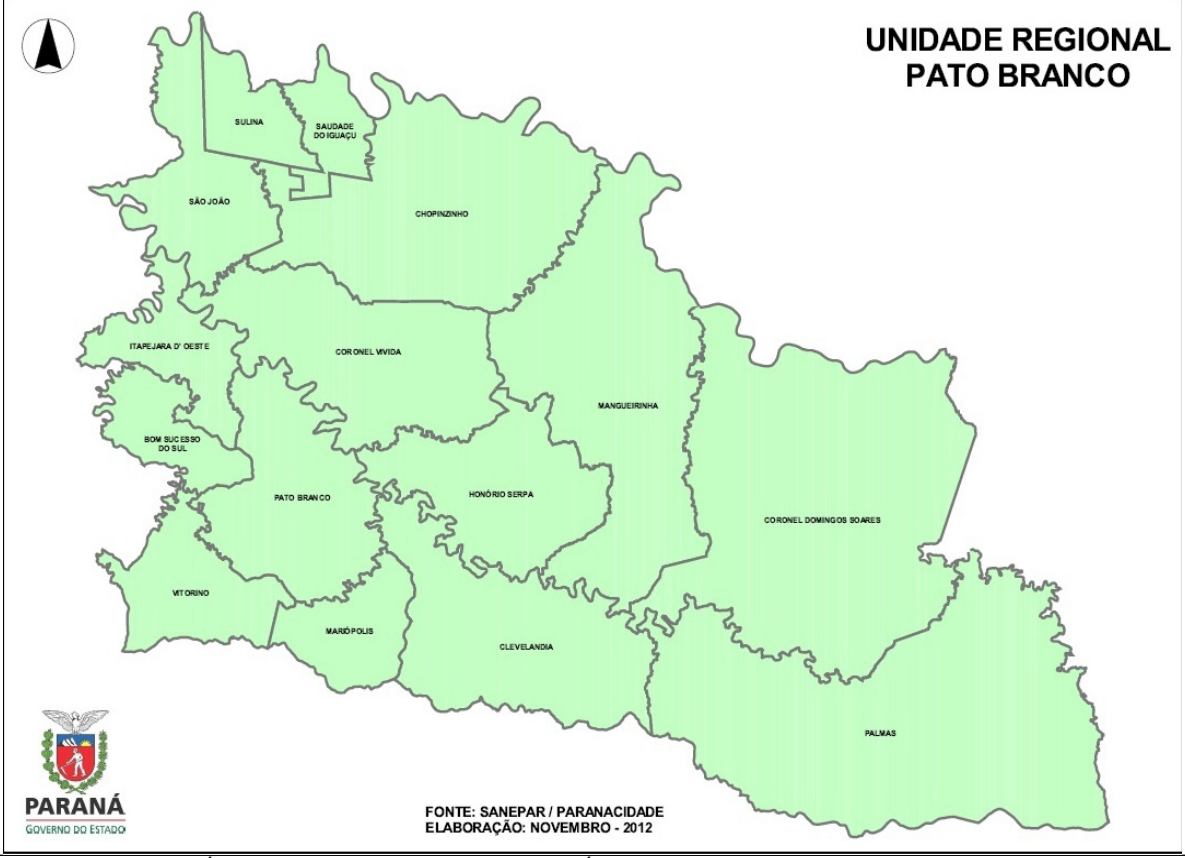


FIGURA 31 – MUNICÍPIOS DE ABRANGENCIA DO ESCRITÓRIO REGIONAL DE PATO BRANCO
ELABORAÇÃO: SEDS

QUADRO 56 – INFORMAÇÕES SINTÉSE SEGUNDO MUNICÍPIOS DO ESCRITÓRIO REGIONAL DE PATO BRANCO		
	Total de Municípios	15
	Total de habitantes	249793
Porte Populacional	Pequeno Porte I	12
	Pequeno Porte II	2
	Médio Porte	1
	Grande Porte	0
	Metrópole	0
Nível de Gestão	Básica	15
	Plena	0
N° de equipamentos	CRAS	17
	CREAS	4
	Centro POP	0
	Unidades de Acolhimento	21
FONTE: IBGE – CENSO DEMOGRÁFICO 2010; SEDS; CENSO SUAS 2011. NOTAS: ELABORAÇÃO SEDS		

QUADRO 57 – INFORMAÇÕES GERAIS E ÍNDICES DE GESTÃO SEGUNDO MUNICÍPIOS DO ESCRITÓRIO REGIONAL DE PATO BRANCO

Município	Nível de gestão	Porte	População – Censo	IGD – Bolsa família	* IDCRAS	* Índice de execução financeira ajustada	* IGD SUAS
Bom Sucesso do Sul	Básica	Pequeno Porte 1	3293	0,77	0,17	0,66	0,27
Chopinzinho	Básica	Pequeno Porte 1	19679	0,71	1	0,88	0,98
Clevelândia	Básica	Pequeno Porte 1	17240	0,69	0,83	0,06	0,68
Coronel Domingos Soares	Básica	Pequeno Porte 1	7238	0,82	0,67	0,77	0,69
Coronel Vivida	Básica	Pequeno Porte 2	21749	0,52	0,83	0,88	0,84
Honório Serpa	Básica	Pequeno Porte 1	5955	0,88	1	0,28	0,86
Itapejara D'Oeste	Básica	Pequeno Porte 1	10531	0,86	0,83	0,46	0,76
Mangueirinha	Básica	Pequeno Porte 1	17048	0,71	0,5	0,65	0,53
Mariópolis	Básica	Pequeno Porte 1	6268	0	0,17	0,74	0,28
Palmas	Básica	Pequeno Porte 2	42888	0,82	0,5	1	0,6
Pato Branco	Básica	Médio Porte	72370	0,84	0,58	0,96	0,66
São João	Básica	Pequeno Porte 1	10599	0,8	0,67	0,61	0,66

Saudade do iguaçu	Básica	Pequeno Porte 1	5028	0,88	0,83	0,34	0,74
Sulina	Básica	Pequeno Porte 1	3394	0,8	0,86	0,74	0,82
Vitorino	Básica	Pequeno Porte 1	6513	0,77	0,83	0,79	0,83

FONTE: IBGE – CENSO DEMOGRÁFICO 2010; SEDS; MATRIZ DA INFORMAÇÃO SOCIAL 2012 - MDS
NOTAS: ELABORAÇÃO SEDS

QUADRO 58 – EXECUÇÃO DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS SOCIOASSISTENCIAIS SEGUNDO MUNICÍPIOS DO ESCRITÓRIO REGIONAL DE PATO BRANCO

Município	CRAS	CREAS	Centro POP	Acolhimento	*PETI	*ProJovem Adolescente/ n° coletivos	*Serviço de Convivência do idoso e/ou crianças até 6 anos	*Serviço de PSE para Pessoas com Deficiência, idosas e suas famílias
Bom Sucesso do Sul	1	-	-	0	-	1	103	5
Chopinzinho	1	1	-	1	540	8	908	31
Clevelândia	1	-	-	1	19	2	797	45
Coronel Domingos Soares	1	-	-	2	114	-	248	-
Coronel Vivida	1	1	-	1	119	5	771	55
Honório Serpa	1	-	-	1	-	2	378	-
Itapejara D'Oeste	1	-	-	0	-	-	428	23
Mangueirinha	1	-	-	2	39	1	810	20
Mariópolis	1	-	-	0	-	-	253	8
Palmas	2	1	-	6	187	3	2672	65
Pato Branco	2	1	-	3	-	5	1286	93
São João	1	-	-	2	184	-	431	29
Saudade do iguaçu	1	-	-	0	-	1	286	44
Sulina	1	-	-	2	234	1	157	30
Vitorino	1	-	-	0	90	0	801	66

FONTE: IBGE – CENSO DEMOGRÁFICO 2010; SEDS; MATRIZ DA INFORMAÇÃO SOCIAL 2012 – MDS; CENSO SUAS 2011.
NOTAS: ELABORAÇÃO SEDS

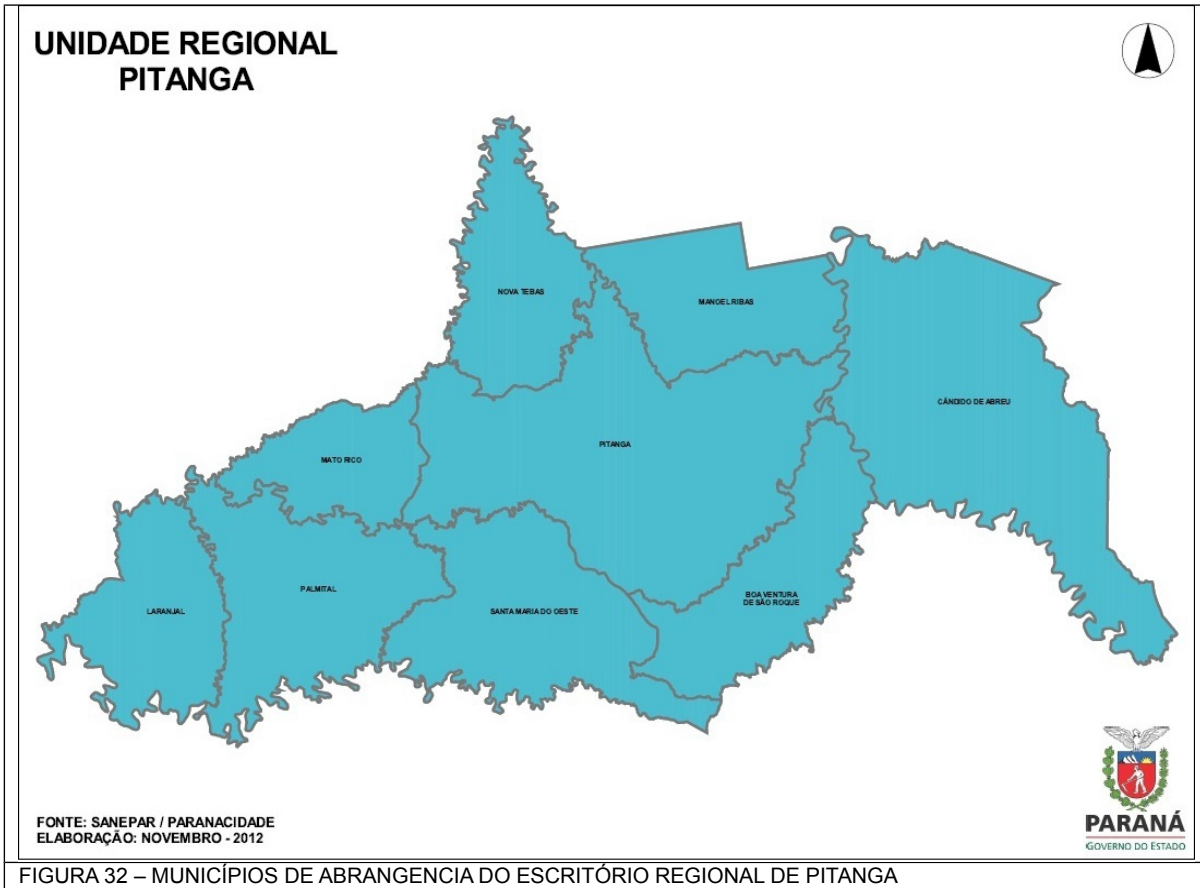


FIGURA 32 – MUNICÍPIOS DE ABRANGENCIA DO ESCRITÓRIO REGIONAL DE PITANGA
ELABORAÇÃO: SEDS

QUADRO 59 – INFORMAÇÕES SINTÉSE SEGUNDO MUNICÍPIOS DO ESCRITÓRIO REGIONAL DE PITANGA		
	Total de Municípios	9
	Total de habitantes	112957
Porte Populacional	Pequeno Porte I	8
	Pequeno Porte II	1
	Médio Porte	0
	Grande Porte	0
	Metrópole	0
Nível de Gestão	Básica	0
	Plena	0
N° de equipamentos	CRAS	9
	CREAS	2
	Centro POP	1
FONTE: IBGE – CENSO DEMOGRÁFICO 2010; SEDS; CENSO SUAS 2011. NOTAS: ELABORAÇÃO SEDS		

QUADRO 60 – INFORMAÇÕES GERAIS E ÍNDICES DE GESTÃO SEGUNDO MUNICÍPIOS DO ESCRITÓRIO REGIONAL DE PITANGA

Município	Nível de gestão	Porte	População – Censo	IGD – Bolsa família	* IDCRAS	* Índice de execução financeira ajustada	* IGD SUAS
Boa Ventura de São Roque	Básica	Pequeno Porte 1	6554	0,81	0,5	0,8	0,56
Cândido de Abreu	Básica	Pequeno Porte 1	16655	0,86	0,17	1	0,33
Laranjal	Básica	Pequeno Porte 1	6360	0,86	0,5	1	0,6
Manoel Ribas	Básica	Pequeno Porte 1	13169	0,81	0,5	0,6	0,52
Mato Rico	Básica	Pequeno Porte 1	3818	0,75	0,83	0,88	0,84
Nova Tebas	Básica	Pequeno Porte 1	7398	0,82	0,33	0,84	0,43
Palmital	Básica	Pequeno Porte 1	14865	0,75	0,5	0,96	0,59
Pitanga	Básica	Pequeno Porte 2	32638	0,86	0,83	1	0,87
Santa maria do Oeste	Básica	Pequeno Porte 1	11500	0,89	0,83	0,53	0,77

FONTE: IBGE – CENSO DEMOGRÁFICO 2010; SEDS; MATRIZ DA INFORMAÇÃO SOCIAL 2012 - MDS
NOTAS: ELABORAÇÃO SEDS

QUADRO 61 – EXECUÇÃO DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS SOCIOASSISTENCIAIS SEGUNDO MUNICÍPIOS DO ESCRITÓRIO REGIONAL DE PITANGA

Município	CRAS	CREAS	Centro POP	Acolhimento	*PETI	*ProJovem Adolescente/ n° coletivos	*Serviço de Convivência do idoso e/ou crianças até 6 anos	*Serviço de PSE para Pessoas com Deficiência, idosas e suas famílias
Boa Ventura de São Roque	1	-	-	1	91	2	384	10
Cândido de Abreu	1	-	-	2	18	-	1095	49
Laranjal	1	-	-	2	343	2	612	-
Manoel Ribas	1	-	-	0	-	5	514	34
Mato Rico	1	-	-	2	196	-	363	-
Nova Tebas	1	1	-	2	209	-	715	45
Palmital	1	-	-	1	124	4	986	21
Pitanga	1	1	-	4	248	8	1867	43
Santa maria do Oeste	1	-	-	5	48	1	642	18

FONTE: IBGE – CENSO DEMOGRÁFICO 2010; SEDS; MATRIZ DA INFORMAÇÃO SOCIAL 2012 – MDS; CENSO SUAS 2011.
NOTAS: ELABORAÇÃO SEDS



FIGURA 33 – MUNICÍPIOS DE ABRANGENCIA DO ESCRITÓRIO REGIONAL DE PONTA GROSSA
ELABORAÇÃO: SEDS

QUADRO 62 – INFORMAÇÕES SINTÉSE SEGUNDO MUNICÍPIOS DO ESCRITÓRIO REGIONAL DE PONTA GROSSA		
	Total de Municípios	18
	Total de habitantes	734462
Porte Populacional	Pequeno Porte I	9
	Pequeno Porte II	6
	Médio Porte	2
	Grande Porte	1
	Metrópole	0
Nível de Gestão	Básica	17
	Plena	1
N° de equipamentos	CRAS	29
	CREAS	08
	Centro POP	1
	Unidades de Acolhimento	67
FONTE: IBGE – CENSO DEMOGRÁFICO 2010; SEDS; CENSO SUAS 2011. NOTAS: ELABORAÇÃO SEDS		

QUADRO 63 – INFORMAÇÕES GERAIS E ÍNDICES DE GESTÃO SEGUNDO MUNICÍPIOS DO ESCRITÓRIO REGIONAL DE PONTA GROSSA

Município	Nível de gestão	Porte	População – Censo	IGD – Bolsa família	* IDCRAS	* Índice de execução financeira ajustada	* IGD SUAS
Arapoti	Básica	Pequeno Porte 2	25855	0,84	0,5	0	0,4
Carambeí	Básica	Pequeno Porte 1	19163	0,15	0,67	0,33	0,6
Castro	Básica	Médio Porte	67084	0,86	0,67	0,81	0,7
Imbaú	Básica	Pequeno Porte 1	11274	0,91	0,83	0,07	0,68
Ipiranga	Básica	Pequeno Porte 1	14150	0,84	0,83	0,52	0,77
Ivaí	Básica	Pequeno Porte 1	12815	0,75	0,67	0,71	0,67
Jaguariaíva	Básica	Pequeno Porte 2	32606	0,86	0,83	0,8	0,83
Ortigueira	Básica	Pequeno Porte 2	23380	0,84	0,5	0,41	0,48
Palmeira	Básica	Pequeno Porte 2	32123	0,74	0,75	0,65	0,73
Piraí do Sul	Básica	Pequeno Porte 2	12424	0,86	0,67	0,67	0,67
Ponta Grossa	Plena	Grande Porte	311611	0,83	0,73	0,79	0,74
Porto Amazonas	Básica	Pequeno Porte 1	4514	0,35	0,5	0,48	0,5
Reserva	Básica	Pequeno	25172	0,76	0,17	0,92	0,32

		Porte 2					
São João do Triunfo	Básica	Pequeno Porte 1	13704	0,18	0,17	0,39	0,21
Sengés	Básica	Pequeno Porte 1	18414	0,86	0,17	0,28	0,19
Telêmaco Borba	Básica	Médio Porte	69872	0,81	0	0,35	0,07
Tibagi	Básica	Pequeno Porte 1	19344	0,73	0,17	1	0,33
Ventania	Básica	Pequeno Porte 1	9957	0,85	0,5	0,76	0,55
FONTE: IBGE – CENSO DEMOGRÁFICO 2010; SEDS; MATRIZ DA INFORMAÇÃO SOCIAL 2012 - MDS NOTAS: ELABORAÇÃO SEDS							

QUADRO 64 – EXECUÇÃO DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS SOCIOASSISTENCIAIS SEGUNDO MUNICÍPIOS DO ESCRITÓRIO REGIONAL DE PONTA GROSSA

Município	CRAS	CREAS	Centro POP	Acolhimento	*PETI	*ProJovem Adolescente/ n° coletivos	*Serviço de Convivência do idoso e/ou crianças até 6 anos	*Serviço de PSE para Pessoas com Deficiência, idosas e suas famílias
Arapoti	1	-	-	4	-	-	1185	80
Carambeí	1	-	-	1	-	-	583	60
Castro	3	2	-	3	50	12	2098	67
Imbaú	1	-	-	2	66	-	572	8
Ipiranga	1	-	-	1	84	-	634	35
Ivaí	1	-	-	1	221	-	607	14
Jaguariaíva	2	1	-	2	15	-	1087	58
Ortigueira	2	-	-	0	68	-	2028	24
Palmeira	2	1	-	4	105	5	1171	85
Piraí do Sul	1	1	-	2	-	-	1021	47
Ponta Grossa	8	3	1	17	384	42	6946	346
Porto Amazonas	1	-	-	1	-	3	204	16
Reserva	1	-	-	23	309	-	1435	48
São João do Triunfo	1	-	-	1	57	-	1071	15
Sengés	1	-	-	1	-	1	1300	21
Telêmaco Borba	-	-	-	0	24	-	2923	102
Tibagi	1	-	-	2	-	-	1083	29
Ventania	1	-	-	2	-	3	549	37
FONTE: IBGE – CENSO DEMOGRÁFICO 2010; SEDS; MATRIZ DA INFORMAÇÃO SOCIAL 2012 – MDS; CENSO SUAS 2011. NOTAS: ELABORAÇÃO SEDS								

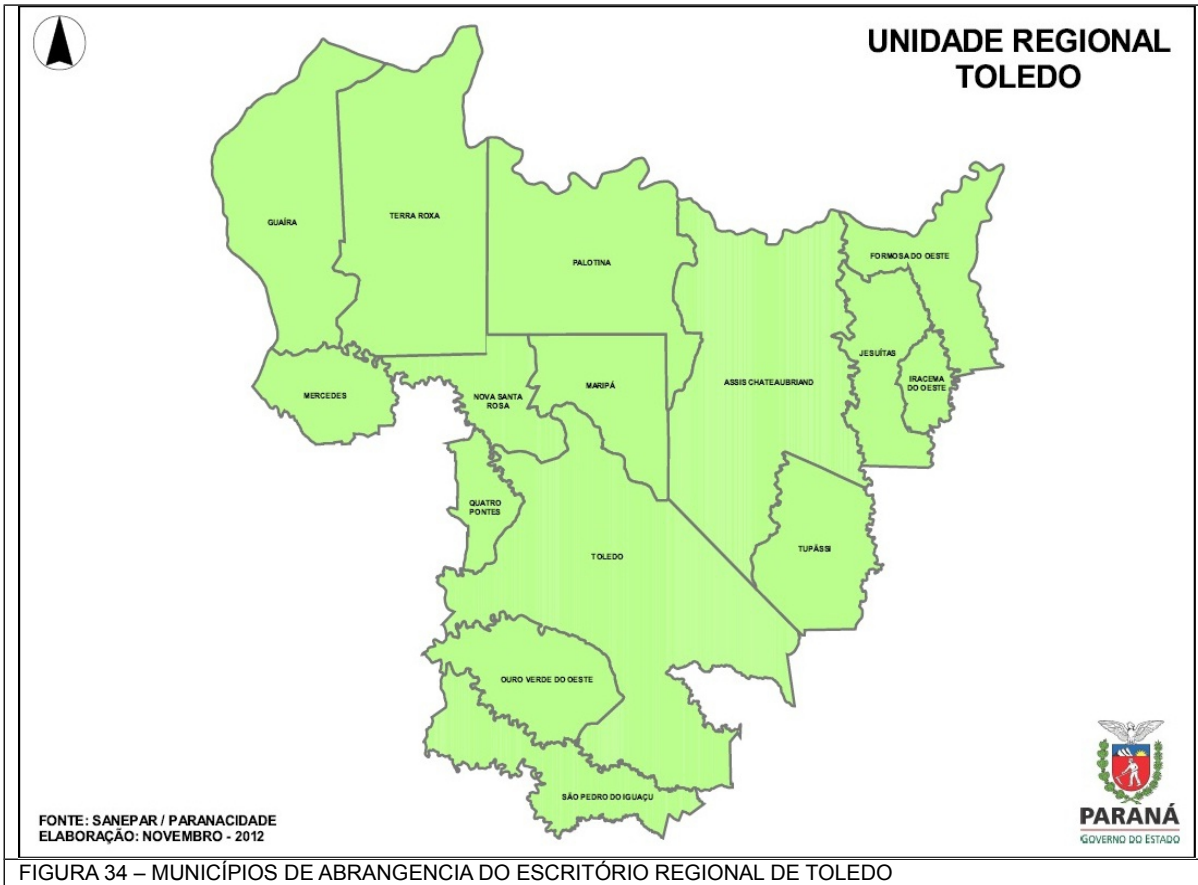


FIGURA 34 – MUNICÍPIOS DE ABRANGENCIA DO ESCRITÓRIO REGIONAL DE TOLEDO
ELABORAÇÃO: SEDS

QUADRO 65 – INFORMAÇÕES SINTÉSE SEGUNDO MUNICÍPIOS DO ESCRITÓRIO REGIONAL DE TOLEDO		
	Total de Municípios	15
	Total de habitantes	289.943
Porte Populacional	Pequeno Porte I	11
	Pequeno Porte II	3
	Médio Porte	0
	Grande Porte	1
	Metrópole	0
Nível de Gestão	Básica	15
	Plena	0
N° de equipamentos	CRAS	18
	CREAS	6
	Centro POP	0
	Unidades de Acolhimento	21
FONTE: IBGE – CENSO DEMOGRÁFICO 2010; SEDS; CENSO SUAS 2011. NOTAS: ELABORAÇÃO SEDS		

QUADRO 66 – INFORMAÇÕES GERAIS E ÍNDICES DE GESTÃO SEGUNDO MUNICÍPIOS DO ESCRITÓRIO REGIONAL DE TOLEDO

Município	Nível de gestão	Porte	População – Censo	IGD – Bolsa família	* IDCRAS	* Índice de execução financeira ajustada	* IGD SUAS
Assis Chateaubriand	Básica	Pequeno Porte 2	33025	0,82	0,33	0,31	0,33
Formosa do Oeste	Básica	Pequeno Porte 1	7541	0,78	0,83	0,58	0,78
Guaíra	Básica	Pequeno Porte 2	30704	0,88	0,67	0,73	0,68
Iracema do Oeste	Básica	Pequeno Porte 1	2578	0,86	0,83	1	0,87
Jesuítas	Básica	Pequeno Porte 1	9001	0,34	0,5	0,76	0,55
Maripá	Básica	Pequeno Porte 1	5684	0,9	0,33	0,83	0,43
Mercedes	Básica	Pequeno Porte 1	5046	0,75	0,5	0,69	0,54
Nova Santa Rosa	Básica	Pequeno Porte 1	7626	0,83	0,5	0,89	0,58
Ouro Verde do Oeste	Básica	Pequeno Porte 1	5692	0,76	0,33	1	0,47
Palotina	Básica	Pequeno Porte 2	28683	0,85	1	0,59	0,92
Quatro Pontes	Básica	Pequeno Porte 1	3803	0,82	0,5	0,64	0,53
São Pedro do Iguaçu	Básica	Pequeno Porte 1	6491	0,74	0,83	0,88	0,84
Terra Roxa	Básica	Pequeno Porte 1	16759	0,85	0,83	0,51	0,77
Toledo	Básica	Grande Porte	119313	0,35	0,58	0,49	0,57
Tupãssi	Básica	Pequeno Porte 1	7997	0,81	0,67	0	0,53

FONTE: IBGE – CENSO DEMOGRÁFICO 2010; SEDS; MATRIZ DA INFORMAÇÃO SOCIAL 2012 - MDS
NOTAS: ELABORAÇÃO SEDS

QUADRO 67 – EXECUÇÃO DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS SOCIOASSISTENCIAIS SEGUNDO MUNICÍPIOS DO ESCRITÓRIO REGIONAL DE TOLEDO

Município	CRAS	CREAS	Centro POP	Acolhimento	*PETI	*ProJovem Adolescente/ n° coletivos	*Serviço de Convivência do idoso e/ou crianças até 6 anos	*Serviço de PSE para Pessoas com Deficiência, idosas e suas famílias
Assis Chateaubriand	1	1	-	2	78	4	1500	93
Formosa do Oeste	1	-	-	1	-	-	253	23
Guaíra	1	1	-	2	286	-	1439	47

Iracema do Oeste	1	-	-	0	-	1	118	6
Jesuítas	1	-	-	0	-	3	357	29
Maripá	1	-	-	0	-	-	93	-
Mercedes	1	1	-	1	190	-	122	-
Nova Santa Rosa	1	-	-	1	28	2	230	7
Ouro Verde do Oeste	1	-	-	1	83	-	306	-
Palotina	1	1	-	3	-	-	590	57
Quatro Pontes	1	-	-	1	-	-	60	-
São Pedro do Iguaçu	1	-	-	1	-	-	259	6
Terra Roxa	1	-	-	1	-	2	677	36
Toledo	4	2	-	7	522	6	2148	267
Tupãssi	1	-	-	0	-	1	355	12

FONTE: IBGE – CENSO DEMOGRÁFICO 2010; SEDS; MATRIZ DA INFORMAÇÃO SOCIAL 2012 – MDS; CENSO SUAS 2011.
NOTAS: ELABORAÇÃO SEDS



FIGURA 35 – MUNICÍPIOS DE ABRANGENCIA DO ESCRITÓRIO REGIONAL DE UMUARAMA
ELABORAÇÃO: SEDS

QUADRO 68 – INFORMAÇÕES SINTÉSE SEGUNDO MUNICÍPIOS DO ESCRITÓRIO REGIONAL DE UMUARAMA		
	Total de Municípios	21
	Total de habitantes	265092
Porte Populacional	Pequeno Porte I	18
	Pequeno Porte II	2
	Médio Porte	0
	Grande Porte	1
	Metrópole	0
Nível de Gestão	Básica	18
	Plena	3
N° de equipamentos	CRAS	22
	CREAS	7
	Centro POP	0
	Unidades de Acolhimento	34
FONTE: IBGE – CENSO DEMOGRÁFICO 2010; SEDS; CENSO SUAS 2011. NOTAS: ELABORAÇÃO SEDS		

QUADRO 69 – INFORMAÇÕES GERAIS E ÍNDICES DE GESTÃO SEGUNDO MUNICÍPIOS DO ESCRITÓRIO REGIONAL DE UMUARAMA

Município	Nível de gestão	Porte	População – Censo	IGD – Bolsa família	* IDCRAS	* Índice de execução financeira ajustada	* IGD SUAS
Altônia	Básica	Pequeno Porte 2	20516	0,74	0,33	1	0,47
Alto Paraíso	Básica	Pequeno Porte 1	3206	0,81	0,33	0,45	0,36
Alto Piquiri	Básica	Pequeno Porte 1	10179	0,84	0,83	0,7	0,81
Brasilândia do Sul	Básica	Pequeno Porte 1	3209	0,88	0,5	0	0,4
Cafezal do Sul	Básica	Pequeno Porte 1	4290	0,82	0,5	0,09	0,42
Cruzeiro do Oeste	Básica	Pequeno Porte 2	20416	0,9	0,5	0,8	0,56
Douradina	Básica	Pequeno Porte 1	7445	0,75	0,5	0,89	0,58
Esperança Nova	Básica	Pequeno Porte 1	1970	0,8	0,33	0,82	0,43
Francisco Alves	Básica	Pequeno Porte 1	6418	0,89	0,33	0,82	0,43
Icaraíma	Básica	Pequeno Porte 1	8839	0,85	0,83	0,82	0,83
Iporã	Plena	Pequeno Porte 1	14981	0,74	0,5	0,96	0,59

Ivaté	Básica	Pequeno Porte 1	7514	0,81	0,5	0,93	0,59
Maria Helena	Básica	Pequeno Porte 1	5956	0,82	0,83	0,78	0,82
Mariluz	Básica	Pequeno Porte 1	10224	0,85	0,5	0,93	0,59
Nova Olímpia	Básica	Pequeno Porte 1	5503	0,73	0,67	0,98	0,73
Perobal	Básica	Pequeno Porte 1	5653	0,86	0,83	0,97	0,86
Pérola	Básica	Pequeno Porte 1	10208	0,81	0,5	0,48	0,5
São Jorge do Patrocínio	Básica	Pequeno Porte 1	6041	0,8	1	1	1
Tapira	Básica	Pequeno Porte 1	5836	0,84	0,67	0,55	0,64
Umuarama	Plena	Grande Porte	100676	0,74	0,67	0,76	0,69
Xambrê	Básica	Pequeno Porte 1	6012	0,81	0,33	0,61	0,39

FONTE: IBGE – CENSO DEMOGRÁFICO 2010; SEDS; MATRIZ DA INFORMAÇÃO SOCIAL 2012 - MDS
NOTAS: ELABORAÇÃO SEDS

QUADRO 70 – EXECUÇÃO DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS SOCIOASSISTENCIAIS SEGUNDO MUNICÍPIOS DO ESCRITÓRIO REGIONAL DE UMUARAMA

Município	CRAS	CREAS	Centro POP	Acolhimento	*PETI	*ProJovem Adolescente/ n° coletivos	*Serviço de Convivência do idoso e/ou crianças até 6 anos	*Serviço de PSE para Pessoas com Deficiência, idosas e suas famílias
Altônia	1	1	-	2	151	1	619	52
Alto Paraíso	1	-	-	3	48	1	231	-
Alto Piquiri	1	1	-	2	252	6	635	73
Brasilândia do Sul	1	-	-	0	-	1	230	-
Cafezal do Sul	1	-	-	0	-	1	218	-
Cruzeiro do Oeste	1	1	-	3	-	6	1118	55
Douradina	1	-	-	0	118	-	226	7
Esperança Nova	1	-	-	0	95	-	76	-
Francisco Alves	1	-	-	3	140	-	516	-
Icaraíma	1	-	-	2	80	-	457	51
Iporã	1	1	-	2	493	5	726	67
Ivaté	1	-	-	1	81	3	290	-
Maria Helena	1	-	-	0	-	1	317	-
Mariluz	1	1	-	2	204	3	786	-
Nova Olímpia	1	1	-	2	145	2	241	-
Perobal	1	-	-	0	-	1	293	-

Pérola		-	-	2	-	-	360	55
São Jorge do Patrocínio	1	-	-	4	-	2	207	-
Tapira	1	-	-	1	11	-	226	23
Umuarama	2	1	-	5	170	9	2736	17
Xambrê	1	-	-	0	0	1	458	0
FONTE: IBGE – CENSO DEMOGRÁFICO 2010; SEDS; MATRIZ DA INFORMAÇÃO SOCIAL 2012 – MDS; CENSO SUAS 2011. NOTAS: ELABORAÇÃO SEDS								

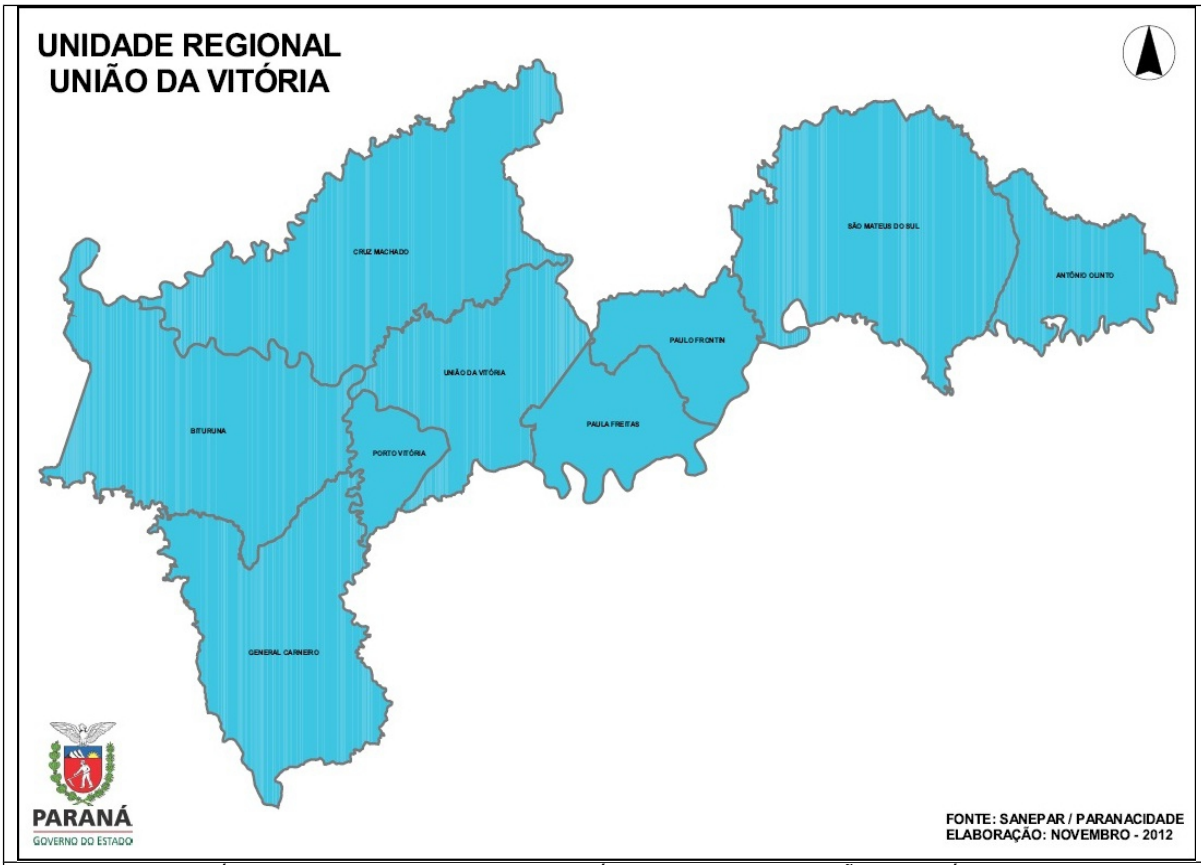


FIGURA 36 – MUNICÍPIOS DE ABRANGENCIA DO ESCRITÓRIO REGIONAL DE UNIÃO DA VITÓRIA
ELABORAÇÃO: SEDS

QUADRO 71 – INFORMAÇÕES SINTÉSE SEGUNDO MUNICÍPIOS DO ESCRITÓRIO REGIONAL DE UNIÃO DA VITÓRIA		
	Total de Municípios	9
	Total de habitantes	165299
Porte Populacional	Pequeno Porte I	7
	Pequeno Porte II	2

	Médio Porte	1
	Grande Porte	0
	Metrópole	0
Nível de Gestão	Básica	9
	Plena	0
N° de equipamentos	CRAS	10
	CREAS	2
	Centro POP	0
	Unidades de Acolhimento	26
FONTE: IBGE – CENSO DEMOGRÁFICO 2010; SEDS; CENSO SUAS 2011. NOTAS: ELABORAÇÃO SEDS		

QUADRO 72 – INFORMAÇÕES GERAIS E ÍNDICES DE GESTÃO SEGUNDO MUNICÍPIOS DO ESCRITÓRIO REGIONAL DE UNIÃO DA VITÓRIA

Município	Nível de gestão	Porte	População – Censo	IGD – Bolsa família	* IDCRAS	* Índice de execução financeira ajustada	* IGD SUAS
Antônio Olinto	Básica	Pequeno porte 1	7351	0,68	0,5	0,61	0,52
Bituruna	Básica	Pequeno porte 1	15880	0,86	0,83	0,39	0,75
Cruz Machado	Básica	Pequeno porte 1	18040	0,88	0,5	0,76	0,55
General Carneiro	Básica	Pequeno porte 1	13669	0,78	0,83	0,79	0,82
Paula Freitas	Básica	Pequeno porte 1	5434	0,17	0,5	0,57	0,51
Paulo Frontin	Básica	Pequeno porte 1	6913	0,84	0,83	0,95	0,86
Porto Vitória	Básica	Pequeno porte 1	4020	0,88	0,5	0,4	0,48
São Mateus do Sul	Básica	Pequeno Porte 2	41257	0,78	0,83	0,2	0,71
União da Vitória	Básica	Médio Porte	52735	0,82	0,76	0,62	0,73

FONTE: IBGE – CENSO DEMOGRÁFICO 2010; SEDS; MATRIZ DA INFORMAÇÃO SOCIAL 2012 - MDS
NOTAS: ELABORAÇÃO SEDS

QUADRO 73 – EXECUÇÃO DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS SOCIOASSISTENCIAIS SEGUNDO MUNICÍPIOS DO ESCRITÓRIO REGIONAL DE UNIÃO DA VITÓRIA

Município	CRAS	CREAS	Centro POP	Acolhimento	*PETI	*ProJovem Adolescente/ n° coletivos	*Serviço de Convivência do idoso e/ou crianças até 6 anos	*Serviço de PSE para Pessoas com Deficiência, idosas e suas famílias
Antônio Olinto	1	-	-	1	71	-	371	-
Bituruna	1	-	-	3	39	4	1074	15
Cruz Machado	1	-	-	1	133	1	597	19
General Carneiro	1	-	-	1	84	2	935	9

Paula Freitas	1	-	-	3	61	-	256	-
Paulo Frontin	1	-	-	1	140	1	251	22
Porto Vitória	1	-	-	3	-	1	181	-
São Mateus do Sul	1	1	-	1	137	1	1042	40
União da Vitória	2	1	-	12	-	-	1845	66

FONTE: IBGE – CENSO DEMOGRÁFICO 2010; SEDS; MATRIZ DA INFORMAÇÃO SOCIAL 2012 – MDS; CENSO SUAS 2011.
NOTAS: ELABORAÇÃO SEDS

3.2. CENÁRIO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NOS MUNICÍPIOS

Um dos diferenciais da política de assistência social no estado do Paraná é o número expressivo de municípios de Pequeno Porte I e II, ou seja, com baixo volume populacional, o que necessita adoção de estratégias diferenciadas na gestão desta política, tendo em vista o insuficiente volume de recursos financeiros dos municípios para gerir as políticas sociais municipais. Destaca-se que 78,2% dos municípios paranaenses são de Pequeno Porte I, 13,8% são de Pequeno Porte II, 3,5% são de Médio Porte, 4,2% de Grande Porte, e apenas um município enquadra-se como Metrópole, o que corresponde a 0,2%, conforme tabela e o mapa abaixo:

TABELA 13 - DISTRIBUIÇÃO DE MUNICÍPIOS E POPULAÇÃO POR PORTE POPULACIONAL

PORTE POPULACIONAL	QUANTIDADE DE MUNICÍPIOS		POPULAÇÃO TOTAL	
	CENSO 2010	CONTAGEM 2007	CENSO 2010	CONTAGEM 2007
Pequeno Porte I – Até 20 mil hab.	312	317	2.566.011	2.623.329
Pequeno Porte II – De 20 à 50 mil hab.	55	50	1.677.587	1.519.445
Médio Porte – De 50 a 100 mil hab.	14	18	1.048.277	1.366.936
Grande Porte – De 100 a 900 mil hab.	17	13	3.399.426	2.972.427
Metrópole – Acima de 900 mil hab.	1	1	1.751.907	1797408

FONTE: IBGE, CENSO 2010.
NOTA: [1]PORTE POPULACIONAL DOS MUNICÍPIOS ESTABELECIDOS NA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – PNAS/2004.

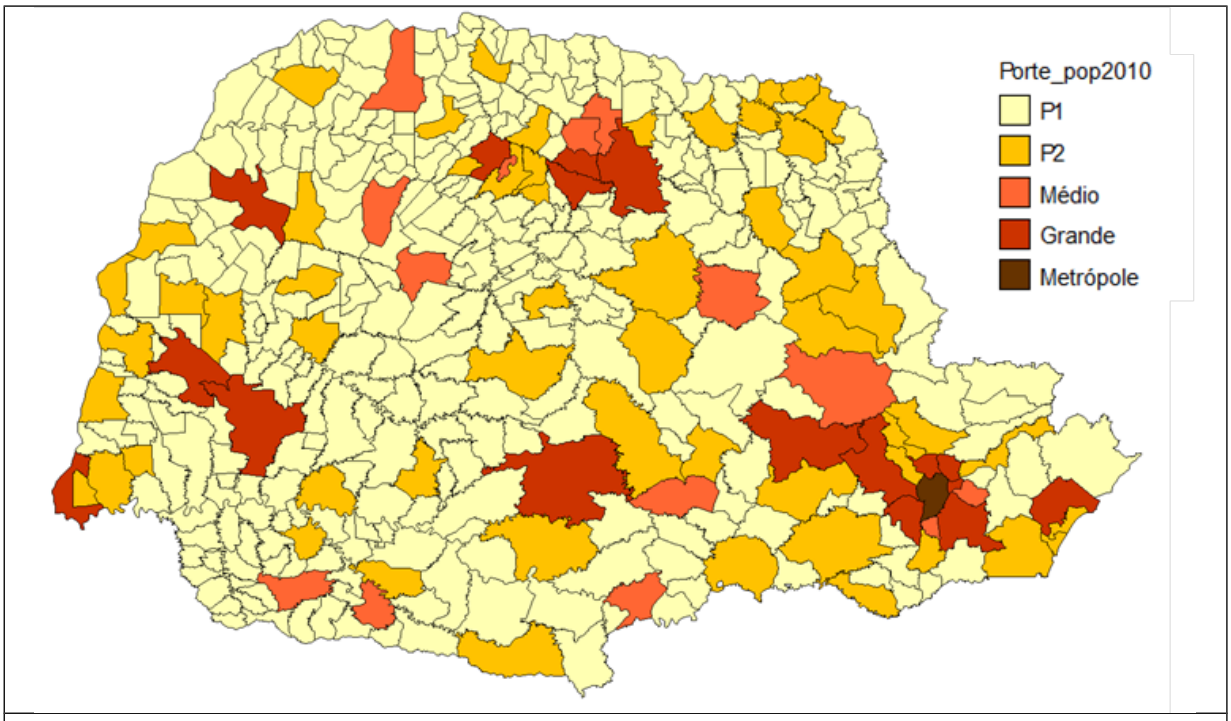


FIGURA 37 - DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES SEGUNDO PORTE POPULACIONAL – 2012
FONTE: VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL DO MDS, 2012.

No estado todos os municípios estão em nível de gestão básica ou plena, que significa a adesão ao SUAS, a partir da demonstração do cumprimento dos requisitos exigidos em cada nível, estabelecidos na Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS.

A partir das informações disponibilizadas no Censo SUAS 2011, ferramenta que mapeia o desenvolvimento do SUAS, com informações sobre quantidade, serviços e atividades prestados nos equipamentos de assistência e o perfil dos trabalhadores da área, bem como avalia a estrutura e atuação dos conselhos estaduais e municipais e a gestão do sistema nos estados e municípios, analisou-se informações da gestão municipal do SUAS e dos níveis de proteção, com objetivo de traçarmos um cenário preliminar da situação da política no estado do Paraná.

3.2.1 GESTÃO MUNICIPAL DO SUAS

No Paraná, 85,2% dos municípios tem Secretaria Exclusiva para a gestão da política

de assistência social, superando a estatística a nível nacional que é 74,7%. Esta informação permite analisar que os órgãos gestores municipais não são responsáveis pela coordenação, formulação ou execução de outras políticas setoriais, não estando, portanto, a política de assistência social, nem associada, nem subordinada à outra política setorial.

TABELA 14 – PERCENTUAL SOBRE CARACTERIZAÇÃO DO ÓRGÃO GESTOR DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS SEGUNDO TIPO DE ESTRUTURA ADMINISTRATIVA - 2011

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO ÓRGÃO GESTOR	Paraná	Demais Estados
Secretaria Municipal exclusivo da área de Assistência Social	85,2%	74,7%
Secretaria Municipal em conjunto com outras políticas setoriais	8,4%	17,2%
Fundação Pública	1,0%	4,0%
Setor subordinado diretamento à chefia do Executivo	4,3%	4,7%
Setor subordinado a outra secretaria	1,0%	3,0%
TOTAL	100,0%	100,0%

FONTE: CENSO SUAS – GESTÃO MUNICIPAL 2011 - MDS

A estruturação de Secretaria exclusiva favorece o comando único da política, que é um dos princípios organizativos do SUAS, de acordo com a NOB-SUAS que prevê " descentralização político-administrativa com competências específicas e comando único em cada esfera de governo." O termo comando único é compreendido como órgão, no âmbito de cada esfera de governo, responsável único pela coordenação da política de assistência social, tanto na sua regulação, gestão e execução. Tal princípio evita a sobreposição e paralelismos de ações.

De acordo com o Artigo 30 da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, é condição de repasse de recursos financeiros para os município a instituição e o funcionamento do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, do Plano Municipal de Assistência Social – PMAS e o Conselho de Assistência Social – CMAS.

Atualmente todos os municípios do Paraná já instituíram o FMAS. A alocação de recursos é de responsabilidade das três esferas de governo. No entanto, o maior dos desafios é a alocação de recursos próprios dos municípios no FMAS, tendo em vista a insuficiente capacidade de arrecadação própria dos municípios de Pequeno Porte I e II. Desta forma, a maior parte dos recursos alocados são oriundos de transferências de co-financiamento para estruturação e execução de serviços socioassistenciais, bem com para o aprimoramento da gestão.

O FMAS precisa ter inscrição no CNPJ – Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica,

conforme orientações da Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS, para cumprir a obrigatoriedade prevista na Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil. Ainda, o FMAS de acordo com sua natureza Jurídica deve ser inscrito como matriz.

No Paraná 46,5% dos FMAS ainda não tem CNPJ, nos municípios dos demais estados o percentual chega 52,7%. O número dos municípios que não se adequaram é alto, porém as regulamentações são recentes, emitidas no ano de 2010.

TABELA 15 – PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS BRASILEIROS QUE TEM CNPJ PRÓPRIO PARA O SEU FMAS - 2011		
CONDIÇÃO DE CNPJ	**Paraná**	**Demais Estados**
Não possui CNPJ próprio	46,5%	52,7%
Possui CNPJ próprio, como matriz	47,8%	38,3%
Possui CNPJ próprio, como Filial	5,7%	9,0%
TOTAL	100,0%	100,0%
FONTE: CENSO SUAS – GESTÃO MUNICIPAL - MDS 2011		

A maior ocorrência com relação ao ordenador de despesas do FMAS é o Prefeito com percentual de 48,1%, seguido do Secretário Municipal de Assistência Social. Ressalta-se que a NOB/SUAS dispõe que um dos requisitos para a gestão plena é “o gestor do fundo seja nomeado e lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social ou congênere”.

TABELA 16 -PERCENTUAL DE ORDENADOR DE DESPESA DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, SEGUNDO CARGO		
CARGO	**Paraná**	**Demais Estados**
O Prefeito	48,1%	52,1%
O Secretário(a) Municipal de Assistência Social	45,5%	40,8%
Outro funcionário da Secretaria de Assistência Social	2,6%	2,0%
Secretário ou técnico de outra área	3,9%	5,2%
TOTAL	100,0%	100,0%
FONTE: CENSO SUAS – GESTÃO MUNICIPAL 2011		

No Censo SUAS 2011 um percentual de 7,9% dos municípios responderam que não tem o PMAS com aprovação do CMAS, abaixo da média dos demais estados que é 8,8%. No ano de 2012 todos os municípios, a partir do sistema disponibilizado pela SEDS, elaboraram o PMAS com aprovação do CMAS.

O PMAS além de ser uma exigência é um instrumento estratégico de planejamento que organiza, regula e norteia a execução da política. Desta maneira, o PMAS configura-se

como instrumento de gestão fundamental para a execução da política de assistência social de forma planejada, considerando as situações de vulnerabilidade e risco social identificadas no território.

TABELA 17 – PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS BRASILEIROS COM PMAS APROVADO PELO CMAS		
CONDIÇÃO	**Paraná**	**Demais Estados**
Não	7,9%	8,8%
Sim	92,1%	91,2%
TOTAL	100,0%	100,0%
FONTE: CENSO SUAS – GESTÃO MUNICIPAL - MDS 2011		

Com relação ao Conselho Municipal todos os municípios tem instituído a partir de legislação própria. De acordo com a tabela abaixo as reuniões tem periodicidade mensal de 89,05 % CMAS. Em 7,37 % dos CMAS as reuniões são bimestrais. De acordo com o art. 13 da Resolução nº 237/06 CMAS que “o plenário reunir-se-á, obrigatoriamente, uma vês ao mês e extraordinariamente, sempre que necessário e funcionará de acordo com o Regimento interno.

TABELA 18 – PERCENTUAL DE FREQUENCIA DAS REUNIÕES DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO PARANÁ	
Periodicidade das reuniões	Percentual
Anual	0,25%
Semestral	0,5%
Trimestral	1,52 %
Bimestral	7,37 %
Mensal	89,05%
Quinzenal	1,27%
FONTE: CENSO SUAS – CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL- MDS 2011 **NOTAS: ELABORAÇÃO SEDS**	

Um percentual de 83,7% prevê e realiza alternância do governo e da sociedade civil na Presidência e na Vice – Presidência, conforme prevê a Resolução nº 237/06 – CNAS. Um percentual de 16,34% não cumpre a referida prerrogativa.

TABELA 19 - PERCENTUAL DA ALTERNÂNCIA DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
SIM	83,7%
NÃO	16,3%
FONTE: CENSO SUAS – CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL- MDS 2011 **NOTAS: ELABORAÇÃO SEDS**	

A maior parte dos municípios 26,20% tem 10 membros no CMAS, seguido dos que tem 12 que é 20,35%. É preocupante o percentual de municípios que tem o numero impar do total de conselheiros, pois representa que o CMAS não está paritário, contrariando as normativas legais. Ainda, é significativo o percentual de municípios 41,4% que tem o número de conselheiros menor que 10, pois recomenda-se que o numero de conselheiro não seja inferior a 10 membros titulares.

TABELA 20 – PERCENTUAL DO NÚMERO DE CONSELHEIROS TITULARES DO CMAS	
Quantidade	Percentual
28	0,50%
26	0,50%
24	1,00%
22	0,25%
20	0,50%
18	3,00%
17	0,25%
16	1,75%
14	3,80%
12	20,35%
11	0,25%
10	26,20%
9	1,50%
8	18,60%
7	1,00%
6	17,30%
5	1,50%
4	0,50%
3	0,75%
0	0,25%
FONTE: CENSO SUAS – CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL- MDS 2011	

3.2.2. Proteção Social Básica

Na Proteção Social Básica, destaca-se a cobertura do PAIF - Proteção e Atendimento Integral à Família no estado, realizado exclusivamente pelos 527 CRAS – Centro de Referência da Assistência Social, em 388 municípios, unidade pública da Proteção Social

Básica no âmbito local, que oferta serviços socioassistenciais e realiza a gestão do território, articulando a rede socioassistencial. O mapa abaixo ilustra a cobertura do referido equipamento:

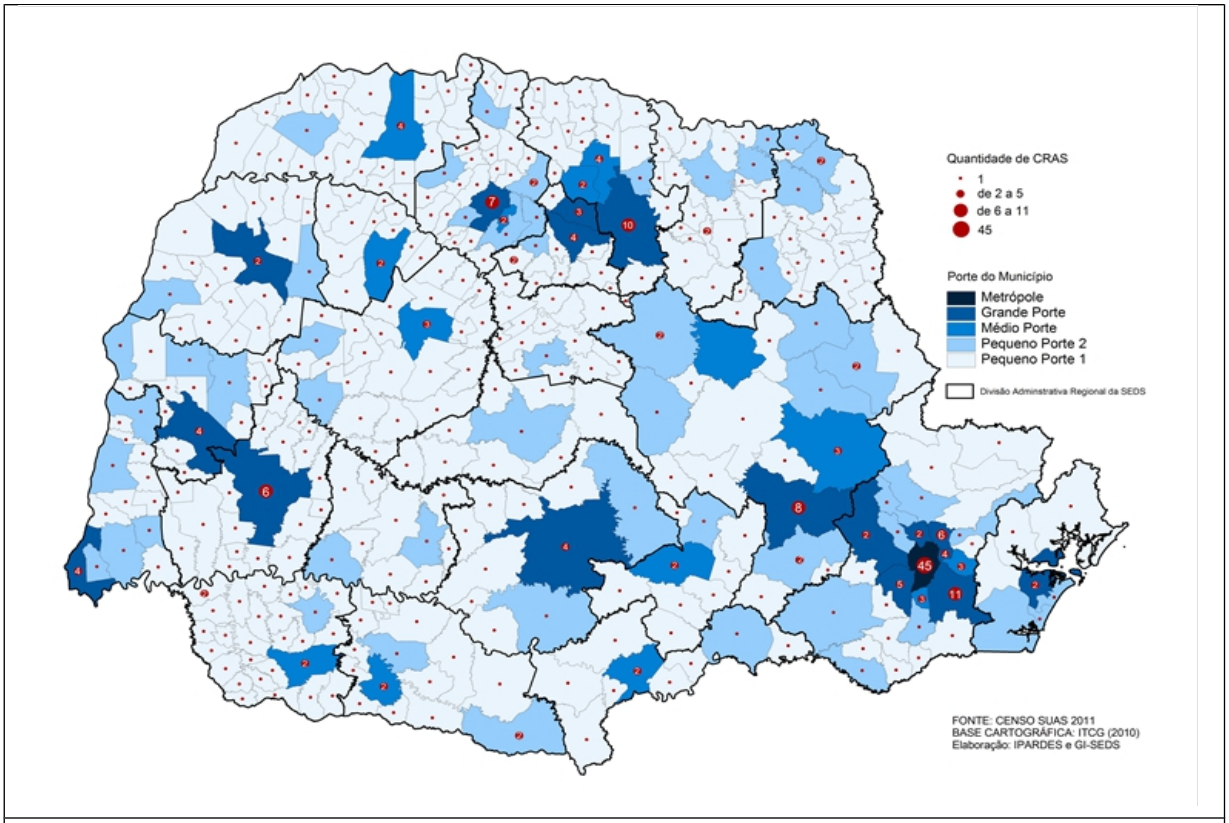


FIGURA 38 – QUANTIDADE DE CRAS E DISTRIBUIÃO DOS MUNICÍPIOS POR PORTE – 2011
FONTE: CENSOS SUAS 2011
NOTAS: ELABORAÇÃO SEDS E IPARDES

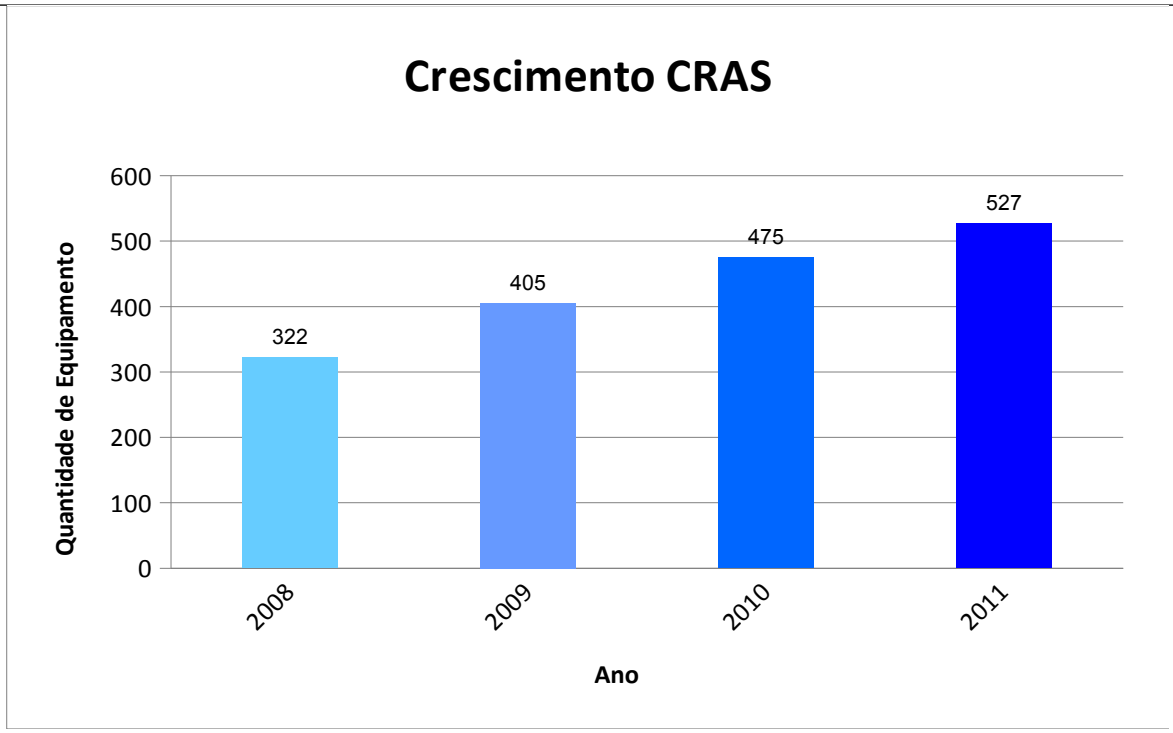


GRÁFICO 2 – CRESCIMENTO DA QUANTIDADE DE CRAS NO PARANÁ – 2008 - 2011
FONTE: CENSO SUAS
NOTAS: ELABORAÇÃO SEDS

Os dados referente ao crescimento dos CRAS foram obtidos através do Censo SUAS. A ampliação verificada no gráfico ocorreu devido a necessidade dos municípios em cumprirem com os requisitos dos níveis de gestão básica e plena, bem como o compromisso em garantir a oferta do serviço socioassistencial, o aumento do co-financiamento, e o apoio técnico aos municípios.

TABELA 21 PERCENTUAL DE -CRAS QUE REALIZARAM GRUPOS NO ÂMBITO DO PAIF		
CONDIÇÃO	**Paraná**	**Demais Estados**
Não	20,9%	26,7%
Sim	79,1%	73,3%
TOTAL	100,0%	100,0%
FONTE: CENSO SUAS – CRAS- MDS 2011		

Na tabela acima observa-se que 20,9% dos CRAS não executam o serviço socioassistencial PAIF, serviço obrigatório e exclusivo dos CRAS. Outros serviços socioassistencias de proteção social básica podem ser executados no equipamento, desde

que haja estrutura adequada. Este percentual demonstra a necessidade de ações centradas nos reordenamentos necessários na metodologia de trabalho dos CRAS.

TABELA 22 PERCENTUAL DAS-FORMAS DE ACESSO DOS USUÁRIOS AO CRAS				
	Por procura espontânea	**Por busca ativa**	**Por encaminhamento da rede socioassistencial**	**Por encaminhamento das demais políticas públicas e ou Sistema de garantia de direitos**
Paraná	55,79	18,37	12,92	12,03
Demais Estados	48,77	22,26	15,05	12,81
TOTAL	49,27	21,99	14,9	12,76
FONTE: CENSO SUAS – CRAS – MDS 2011				

Conforme tabela acima, a maior parte dos atendimentos, 55,79% porcento, é realizada a partir da procura espontânea dos usuários, que é a busca do próprio usuário pelo serviço socioassistencial ofertado no CRAS

. A busca ativa é a segunda maior forma de acesso com 18,37%. A busca ativa refere-se à procura intencional, realizada pela equipe de referência do CRAS, " A busca ativa tem por foco os ponteciais usuários do SUAS, cuja demanda não é espontânea ou encaminhada por outras instâncias."(Orientações Técnicas dos CRAS, pág. 30, 2009).

Com relação aos demais serviços socioassitenciais executados na proteção social básica co-financiados pelo governo federal, ofertados tanto no CRAS como nas demais unidades da rede socioassistencial, o Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças de 0 a 6 anos ou idosos atende 351.378 pessoas em todo o estado. Já com relação ao serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da faixa etária de 15 a 17, atualmente, há 643 coletivos do Programa Projovem Adolescente, abrangendo 201 municípios. Tais informações foram obtidas no mês de novembro/12, através da ferramenta Matriz Social do MDS, com base nas metas informadas pelo município referente ao cofinanciamento federal.

Não há co-financiamento federal especifíco para o serviço de convivência e fortalecimento de vínculo da faixa etária de 06 a 15 anos, dessa forma é possível verificar os atendimentos coletivos à este serviço realizados somente pelo CRAS, que totaliza 44.870 criancas e adolescentes.

Os programas de transferência de renda do nível federal Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada – BPC, atendem todos os municípios paranaenses. O Bolsa Família beneficia 439.008 famílias. Com relação ao BPC, no estado há 177.527 beneficiários, dos quais 81.360 são idosos e 96.167 são pessoas com deficiência.

3.2.3. Proteção Social Especial

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS é o equipamento da Proteção Social Especial de Média Complexidade. Atualmente no Paraná há 129 CREAS, em 109 municípios, de acordo com o Censo SUAS. Abaixo mapa que apresenta a cobertura do equipamento no estado.

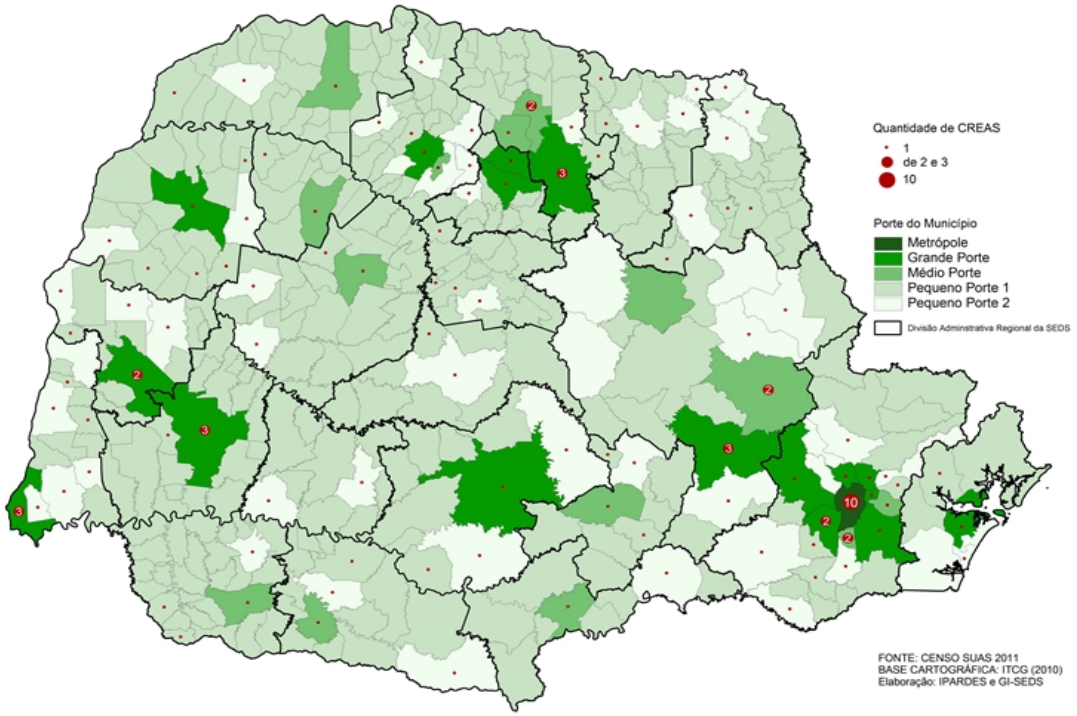


FIGURA 39 – QUANTIDADE DE CREAS E DISTRIBUIÃO DOS MUNICÍPIOS POR PORTE – 2011
FONTE: CENSOS SUAS 2011
NOTAS: ELABORAÇÃO SEDS E IPARDES

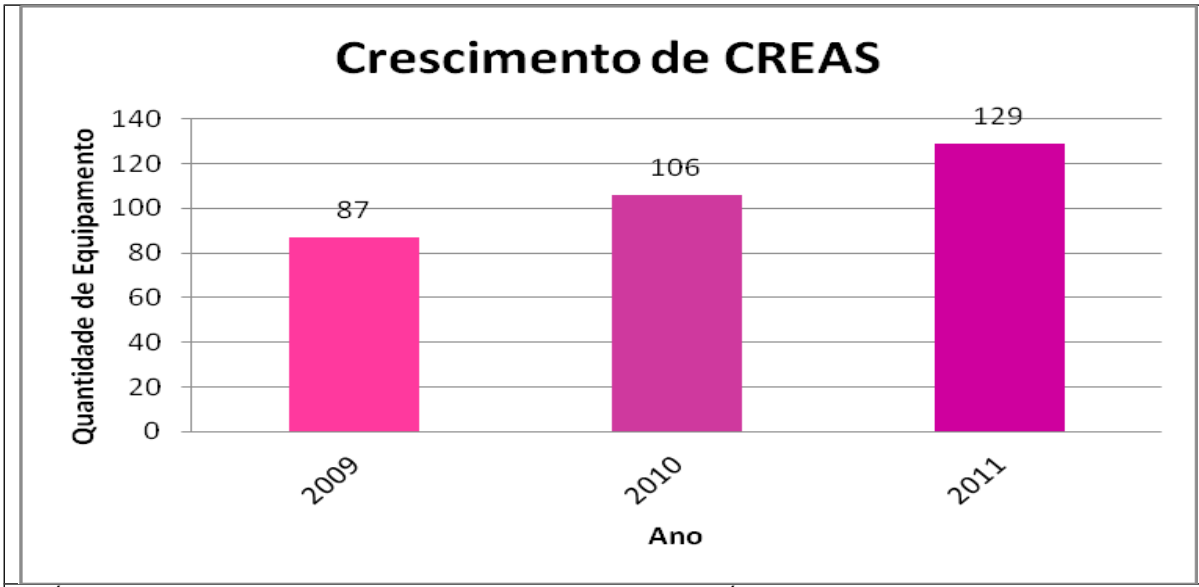


GRÁFICO 3 – CRESCIMENTO DA QUANTIDADE DE CREAS NO PARANÁ – 2009- 2011
FONTE: CENSO SUAS -
NOTAS: ELABORAÇÃO SEDS

O Gráfico 3, apresenta o crescimento do CREAS do período de 2009 a 2011, das informações do Censo SUAS. Cabe lembrar que o questionário referente ao CREAS do Censo SUAS foi iniciado em 2008, porém considerava tanto os equipamentos de CREAS como as unidades que prestavam serviços de socioassistencial da proteção social especial. Por isso, considerou-se a partir de 2009 que coletou informações apenas dos equipamentos CREAS.

O crescimento de CREAS é em torno de 20% anual, que pode ser justificado de forma semelhante com o crescimento de CRAS, ou seja, da necessidade dos municípios em cumprirem com os requisitos dos níveis de gestão, além do compromisso em garantir a oferta do serviço socioassistencial, do apoio técnico e da ampliação da edição de regulamentação e orientações do referido equipamento. Abaixo Gráfico XX, que apresenta o número de CREAS no Paraná, por porte populacional.

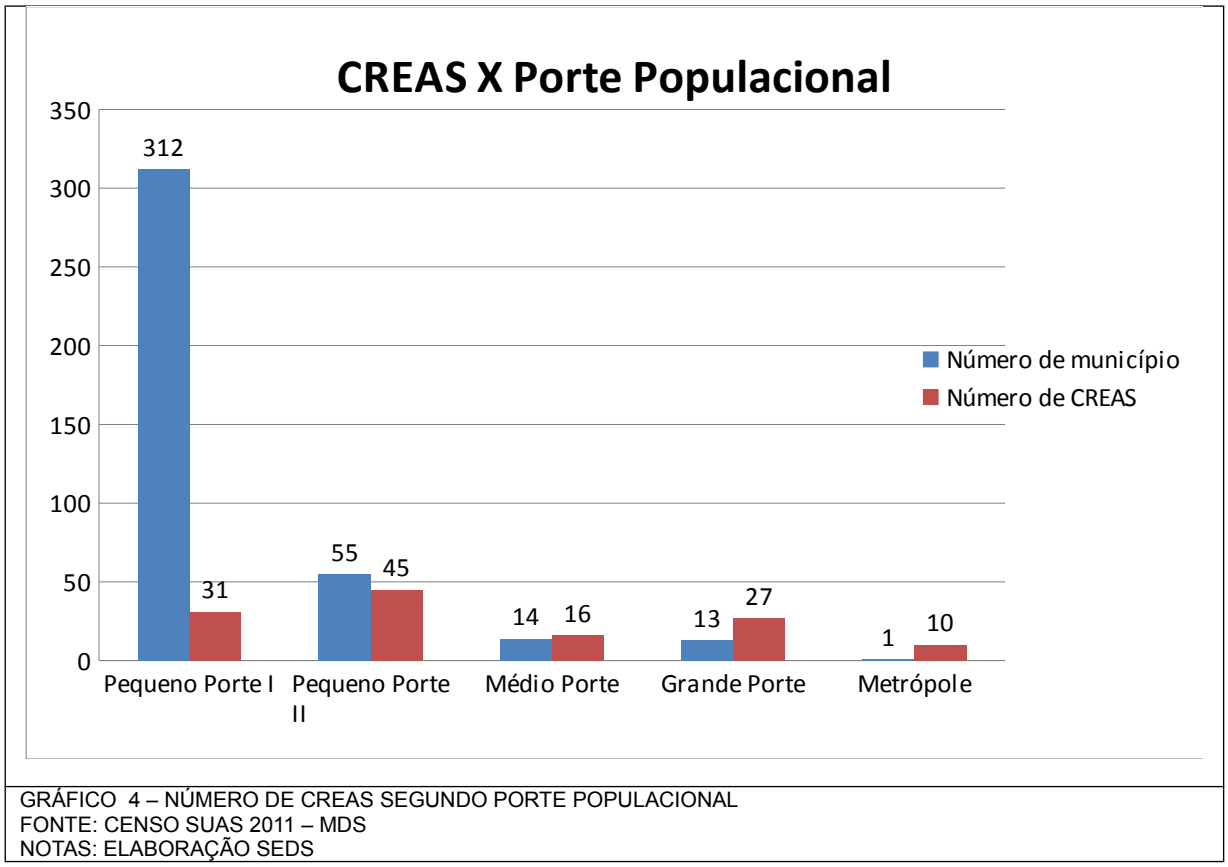


GRÁFICO 4 – NÚMERO DE CREAS SEGUNDO PORTE POPULACIONAL
FONTE: CENSO SUAS 2011 – MDS
NOTAS: ELABORAÇÃO SEDS

Dos serviços socioassistencias ofertados no CREAS, verifica-se que 56,6% dos CREAS realizam o serviço socioassistencial de Abordagem Social, que tem como finalidade de realizar busca ativa que identifique a incidência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, dentre outras. Em 86,3% dos CREAS em que o serviço é ofertado atende crianças, jovens, população adulta e idosos.

A tabela abaixo refere-se ao atendimento à população de outros municípios, sendo que 84,5% dos CREAS não atende a população de outro município, nos demais estados o percentual é de 77,6% :

TABELA 23 - PERCENTUAL DE CREAS QUE REALIZA ATENDIMENTO AO USUÁRIO DE OUTRO MUNICÍPIO		
CONDIÇÃO	**Paraná**	**Demais Estados**
Não	84,5%	77,6%
Sim	15,5%	22,4%
TOTAL	100,0%	100,0%
FONTE: CENSO SUAS – CREAS - MDS 2011		

A população atendida em outros municípios é reflexo da ausência da estruturação do equipamento no município de origem. Há municípios que a demanda pelo serviço socioassistencial da proteção social de média complexidade não justifica a implantação do CREAS. No entanto, a população não deve ficar descoberta da oferta dos serviços. A estratégia a ser implantada, prevista neste Plano Estadual, para dar resposta a esta situação é a implantação de CREAS Regionais, sob co-responsabilidade do estado.

No Paraná há ainda, 10 Centro POP-Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua, localizados em 7 municípios. Os Centros POPs estão implantados em municípios de grande porte e na metrópole do estado, por terem maior concentração e trânsito da população em situação de rua.

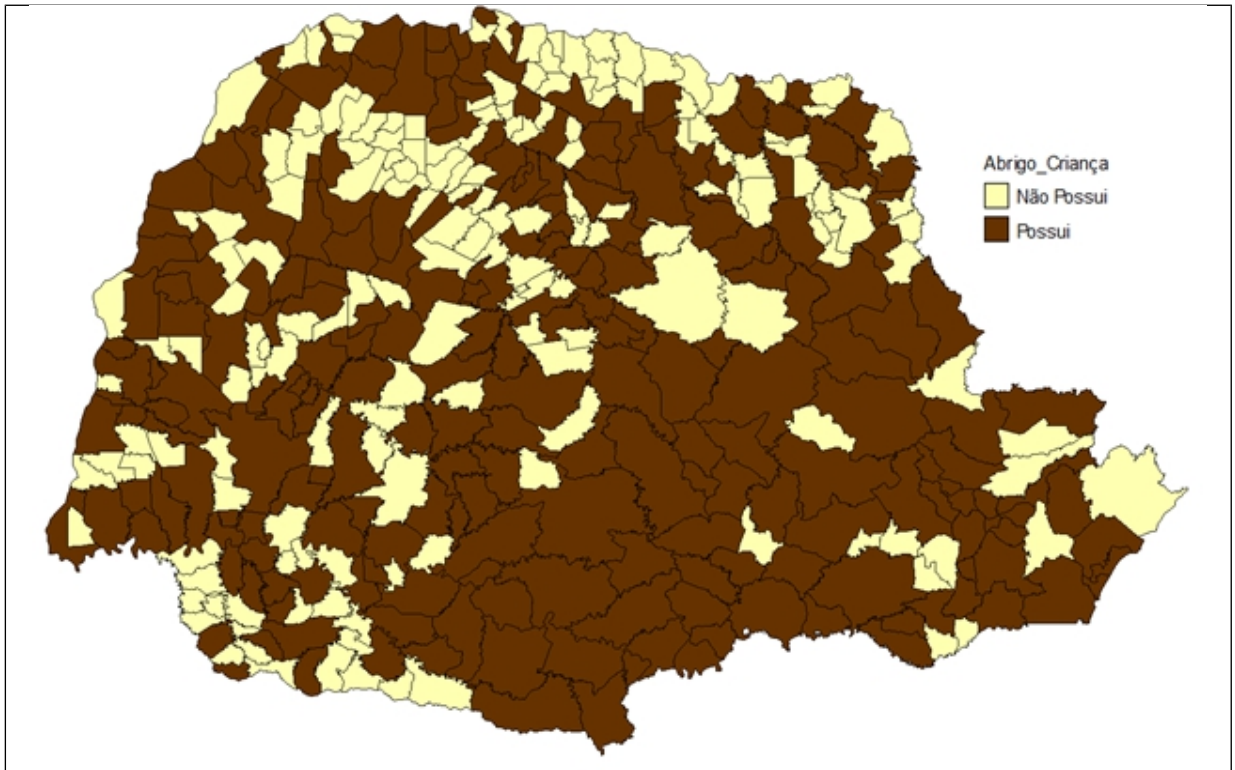


FIGURA 40 – COBERTURA DAS UNIDADES DE ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS SEGUNDO MUNICÍPIOS PARANAENSE – 2011
FONTE: VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL DO MDS, 2012.

No mapa acima, verifica-se a cobertura das unidades de acolhimento para crianças nos municípios do estado. De acordo com a pesquisa Acolhimento Institucional, promovida pelo Conselho Estadual de Direitos Da Criança e do

Adolescente do Paraná – CEDCA, no ano de 2007, há no estado 285 unidades de acolhimento para criança e adolescente, distribuídos em 154 municípios. Destas unidades 53% são equipamentos da rede socioassistencial privada e 47% são equipamentos públicos.

3.2.4 Gestão do Trabalho

A gestão do trabalho no âmbito do SUAS busca o reconhecimento e a valorização do trabalhador em todas suas dimensões, contribuindo para materializar a ampla rede de proteção e promoção social implantada no território. A qualidade dos serviços ofertados aos usuários da assistência social está diretamente ligada à atuação dos profissionais como mediadores dos direitos sociais.

O Estado do Paraná possui 12.780 trabalhadores do SUAS sendo 59,54% estatutários considerando os níveis de formação fundamental, médio e superior. Ressalta-se que do universo total profissionais informados no Censo SUAS 2011, 40,04% são de nível superior.

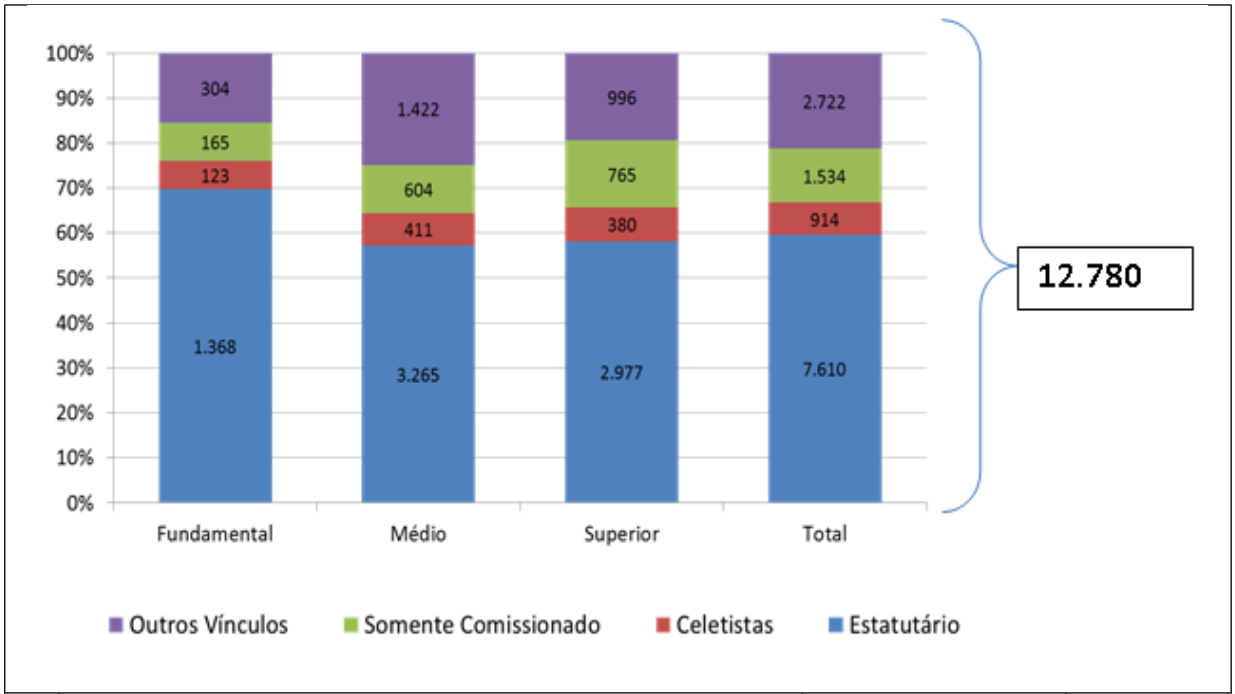


GRÁFICO 5 – TRABALHADORES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO PARANÁ
FONTE: CENSO SUAS 2011
NOTAS: ELABORAÇÃO VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL DO MDS, 2012.

A Norma Operacional de Recursos Humanos (2006) aponta diretrizes para a gestão do trabalho que pressupõem propor estímulos e valorização dos trabalhadores do SUAS, bem como a construção de uma política de gestão do trabalho que privilegie a qualificação técnico-política dos mesmos, garantindo a educação permanente.

O Estado do Paraná possui Plano Estadual de Capacitação dos Trabalhadores do SUAS (PEC SUAS/2012-2015) em uma perspectiva de fortalecimento da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Suas (NOB-RH/SUAS), que estabelece e consolida os principais eixos a serem considerados para a gestão do trabalho e educação permanente no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

O PEC SUAS/2012-2015 é resultado do esforço coletivo e democrático dos atores das instâncias de pactuação e de deliberação da política pública de assistência social, da comissão intercoordenações de gestão do trabalho, dos servidores da sede e dos escritórios regionais da SEDS, das instituições de ensino parceiras no processo de planejamento, dos servidores e consultores do MDS que muito contribuíram quanto às diretrizes para elaboração do referido plano.

Desta forma, em relação a capacitação, o percentual de participação frequente nas atividades de orientação-capacitação é de 52,6%, menor que o percentual dos demais estados do Brasil. Este indicativo é importante, mas pode revelar dois aspectos distintos, quais sejam: capacitações estão sendo ofertadas em um número menor do que necessário ou insuficiência de compromisso do gestor municipal em propiciar a participação de seus trabalhadores.

TABELA 24 – PERCENTUAL DE FREQUENCIA DA PARTICIPAÇÃO DOS TÉCNICOS OU GESTORES EM ATIVIDADES DE CAPACITAÇÃO

	Paraná	**Demais Estados**
Nunca	2,6%	1,3%
Raramente	32,4%	25,7%
frequentemente	52,6%	56,4%
Muito frequentemente	12,5%	16,7%
TOTAL	100,0%	100,0%

FONTE: CENSO SUAS – GESTÃO MUNICIPAL MDS 2011

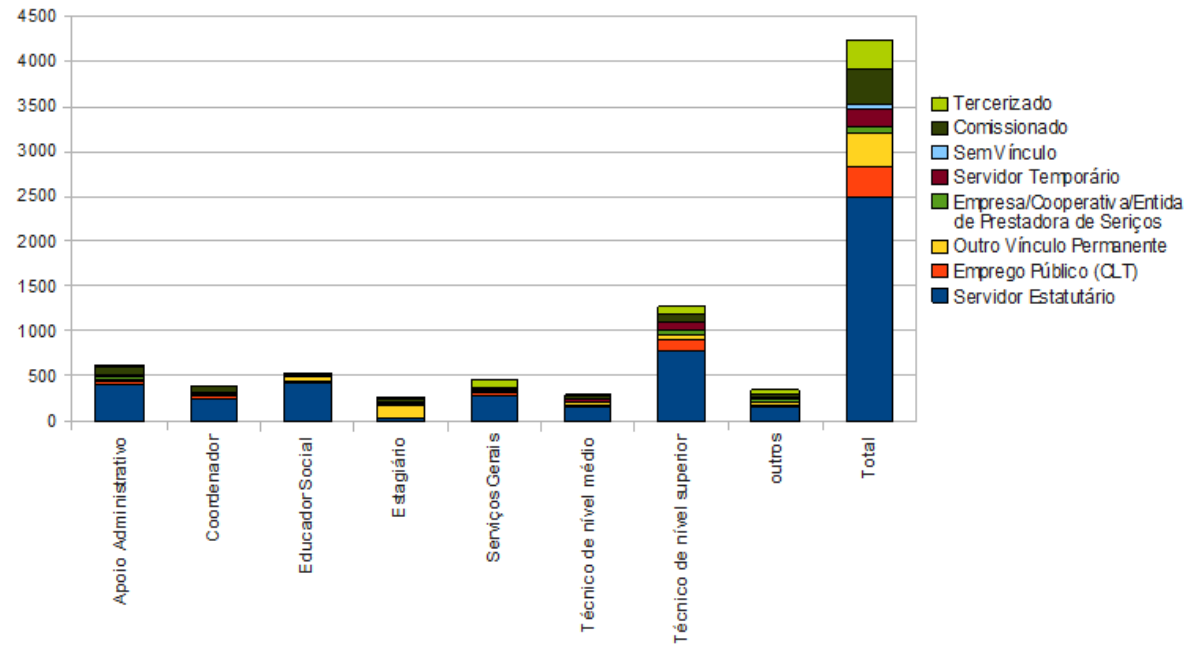


GRÁFICO 6 – TRABALHADORES DOS CRAS NO PARANÁ
FONTE: CENSO SUAS 2011 - MDS

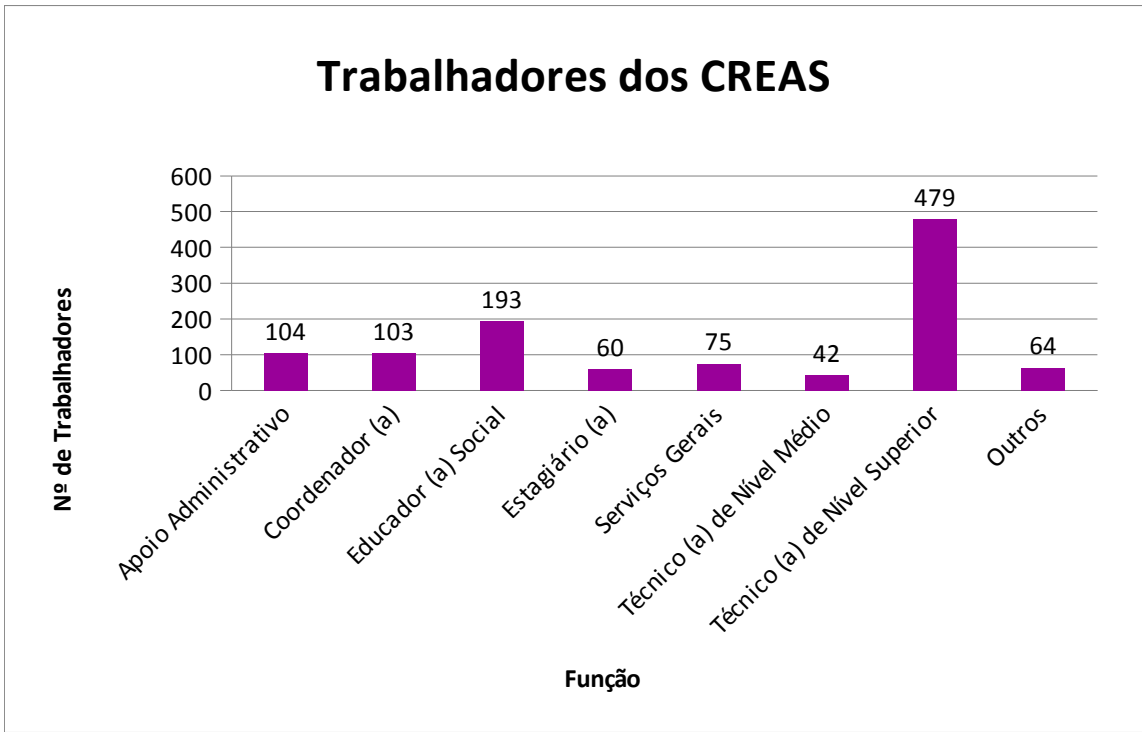


GRÁFICO 7 – TRABALHADORES DOS CREAS NO PARANÁ
FONTE: CENSO SUAS 2011 – MDS
NOTAS: ELABORAÇÃO SEDS

4. PROGRAMAS DA GESTÃO ESTADUAL PARA O ENFRENTAMENTO A POBREZA

4.1 Programa Família Paranaense

O Programa Família Paranaense é uma estratégia do Governo do Estado do Paraná, que por meio da articulação intersetorial entre as políticas públicas, visa a diminuição da extrema pobreza no Estado , possibilitando a superação das vulnerabilidades sociais apresentadas pelas famílias. O programa providencia para que as famílias que se encontram em situação de maior vulnerabilidade social tenham acesso facilitado aos serviços públicos, a serem disponibilizados conforme a demanda e necessidade de cada uma, com a elaboração de um "Plano de Ação" individualizado.

Sob um novo formato político institucional e gerencial, articula a elaboração e a gestão das ações, tendo como princípios norteadores a descentralização, o controle social e a atuação integrada nas áreas de Educação, Saúde, Trabalho, Assistência Social, Segurança Alimentar, Habitação e Agricultura, dentre outras.

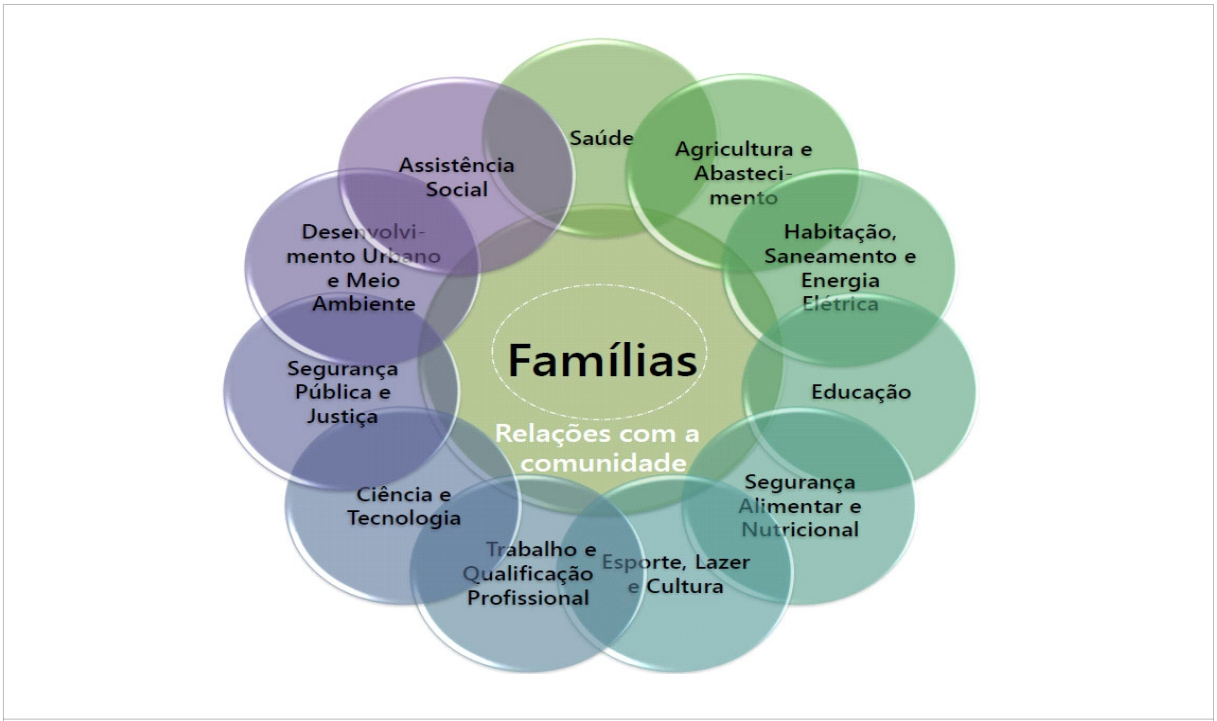


FIGURA 41: DESENHO INTERSETORIAL DO PROGRAMA FAMÍLIA PARANAENSE
FONTE: SEDS

Este formato traduz um novo jeito de governar com foco nos resultados, no monitoramento e na avaliação, garantindo o compromisso e o comprometimento de todos os envolvidos para que as ações aconteçam de forma a obter os resultados propostos e metas previstas. Assim, Estado, Município e Família assumem, cada qual, sua responsabilidade para a melhoria das condições de vida, protagonismo da família e diminuição da pobreza e das demais vulnerabilidades vivenciadas no cotidiano das famílias.

No âmbito do Estado, o Programa Família Paranaense foi contratualizado entre as Secretarias envolvidas, por meio de uma importante ferramenta denominada Contrato de Gestão, assinada pelos gestores estaduais com o Governador, definindo de maneira clara as metas, ações, serviços, investimentos, prazos e responsáveis em cada Secretaria, imprimindo maior responsabilidade a efetividade das ações propostas.

Foram definidos critérios técnicos objetivos de priorização e identificação das famílias e dos municípios atendidos, considerando que a condição de vulnerabilidade e de risco vivenciada pelas famílias decorre de diversos fatores multidimensionais, como por exemplo o local e o estilo de moradia, o ciclo de vida, o grau de escolaridade, a renda, entre outros, que favorecem a exclusão e comprometem as condições atuais e futuras, e interferem na capacidade de antecipar, lidar com, resistir, recuperar-se e superar estas situações.

O objetivo principal é promover a autonomia e o protagonismo das famílias em maior situação de vulnerabilidade social e risco em todo o Estado, por meio da articulação e consolidação de uma rede integrada de proteção que promova ações intersetoriais planejadas de acordo com a necessidade de cada família e das especificidades do território onde elas vivem.

Para a efetivação da gestão em rede, o Família Paranaense propõe um arranjo institucional complexo e arrojado, e já estão implantadas e em pleno funcionamento uma Unidade Gestora Estadual, com representantes de 18 secretarias de Estado; 23 Comitês Regionais, compostos pelos profissionais das secretarias de Estado que possuem atuação regionalizada (saúde, educação, trabalho, assistência social, agricultura, esporte, habitação) e, no âmbito municipal, nos 30 municípios priorizados deste ano, foram implantados comitês municipais e locais, com atribuições e responsabilidades muito bem definidas e distintas. Cabe ao Comitê Municipal, desta forma, estudar a implantação do Programa em seu território, com olhar estratégico dos gestores municipais e prefeitos, para uma implantação planejada e compatível com a proposta orçamentária.

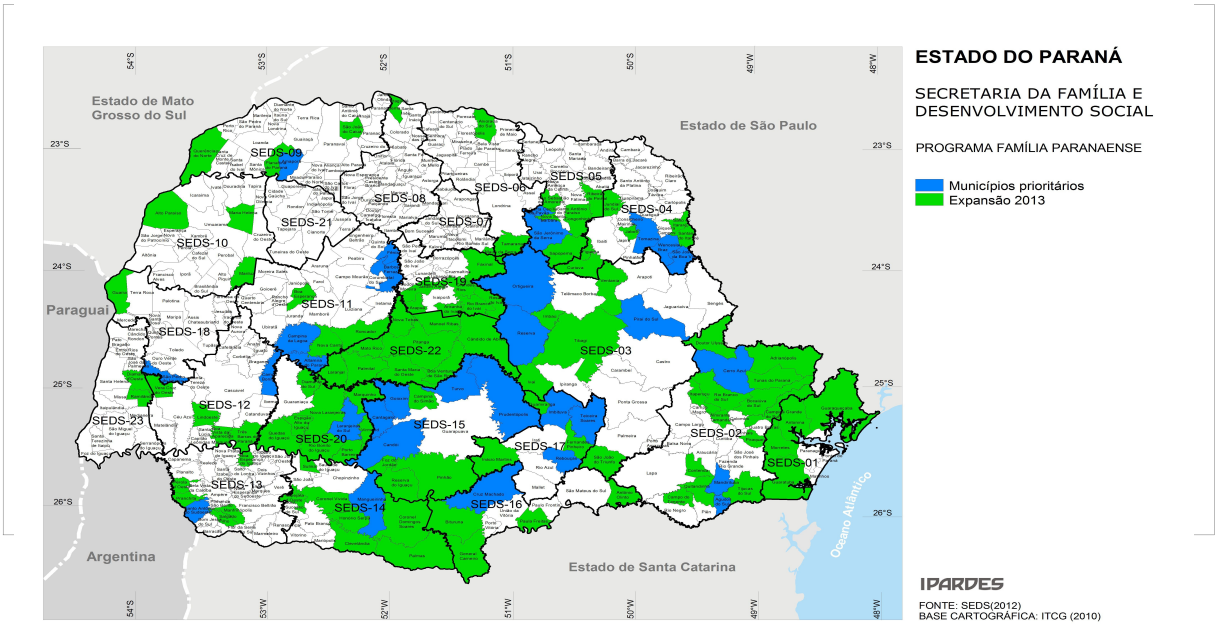
Os Comitês Locais, por sua vez, estão localizados nos territórios de concentração das famílias, compostos por representantes das unidades públicas de base territorial (CRAS, CREAS, Unidades de Saúde, Escolas, agências do trabalhador, creches, e entidades sociais do território), e tem a responsabilidade de elaborar, em conjunto com as famílias, o Plano de Ação Intersetorial da Família, bem como realizar o acompanhamento sistemático das mesmas durante o tempo de permanência no Programa.

Além do IVF PR, utilizado para identificar as famílias prioritárias e beneficiárias do Programa, foram definidos critérios para a priorização dos municípios, considerando que um Programa desta natureza e complexidade não tem como ser implantado em 399 ao mesmo tempo. São eles:

▪ Percentual de famílias em situação de extrema pobreza e IVF PR;

▪ IPDM (Índice IPARDES de Desempenho Municipal – indicador paranaense equivalente ao IDH);

Com base nestes critérios, devidamente pactuados na CIB e deliberados no CEAS, foi possível ranquear os municípios por ordem de prioridade, e a partir daí dar início ao processo de mobilização e pactuação com os municípios. Cada município que adere ao Família Paranaense assina um termo de compromisso com o governo do Estado, onde os entes se responsabilizam, de maneira conjunta e corresponsável, com o desenvolvimento das diretrizes propostas, dentre elas o pleno funcionamento do CRAS, em conformidade com as metas de desenvolvimento do SUAS.



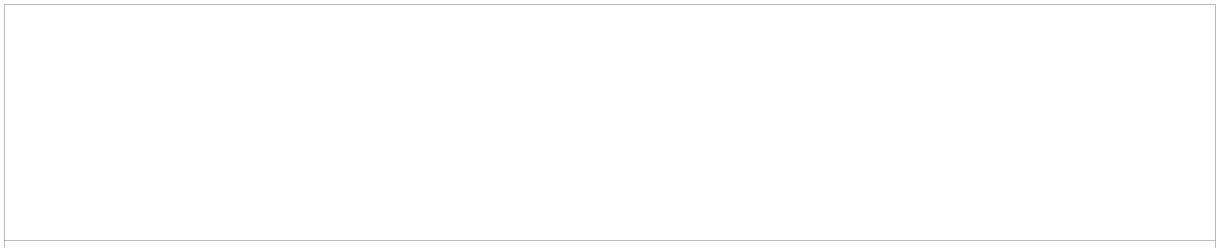


FIGURA 41 – MUNICÍPIOS PRIORITÁRIOS DO PROGRAMA FAMÍLIA PARANAENSE
FONTE: IPARDES; SEDS

Além disto, ao efetivar a adesão, o município se compromete a empreender os esforços necessários para que as famílias prioritárias sejam identificadas, cadastradas, sensibilizadas, incluídas e tenham acesso aos serviços que precisa, sempre de forma planejada intersetorialmente. Na mesma lógica, o estado se compromete a atender tais famílias com as ações de sua competência, e a cofinanciar os serviços de assistência social, saúde, habitação, trabalho e agricultura, fortalecendo a capacidade de gestão municipal e ampliando a oferta. Cabe também ao governo do Estado investir fortemente na capacitação de todas as instâncias que envolvem o Programa, elaborar manuais, notas técnicas e protocolos de gestão, desenvolver os instrumentos de gestão, disponibilizar materiais pedagógicos e realizar o monitoramento e a avaliação.

4.1.1 AFAI - Atenção as FamÍias do Adolescentes Internados por Medidas Socioeducativas:

O projeto AFAI lançou edital em abril de 2012, para que municípios do Paraná pudessem fazer a adesão ao projeto. A medida integra a metodologia do programa Família Paranaense e visa fortalecer o vínculo social entre familiares e o adolescente que cumpre medida socioeducativa de internação. A articulação busca o comprometimento dos familiares e esforços das políticas públicas para promover um ambiente propício ao resgate da cidadania dos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas. Podem participar do AFAI municípios com adolescentes internados em Centros de Socioeducação (Censes). Basta o município apresentar um plano de ação intersetorial direcionado para as famílias dos internos nos (Censes) e deverá

ser contextualizado dentro das necessidades de cada local e passará pela aprovação do CEDCA, Conselho Estadual dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes, para que os municípios recebam os recursos.

Para o projeto AFAI há disponibilidade de R$ 8,2 milhões do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA, por meio do Fundo para a Infância e Adolescência - FIA para atender às famílias dos adolescentes internados nos Centros de Socioeducação. Destes, 20% serão para investimento e 80% custeio. O recurso pleiteado por município é de acordo com o nº de adolescentes internados e 152 municípios possuem direito de acessar.

4.2 Programa Luz Fraterna

O Programa Luz Fraterna é um programa de desconto tarifário de energia elétrica para famílias inscritas no CadÚnico com a renda mensal per capita familiar de até meio salário mínimo nacional, a fim de zerar a fatura com consumo de até 100 kwh/mês. Tal Programa está regulado pela Lei Estadual n° 14087/2003 e Decreto n° 2519/2004.

A SEDS é responsável pelo acompanhamento da execução do Programa e encaminhamento dos processos para ressarcimento às Concessionárias de Energia Elétrica. São as Concessionárias: COCEL (Campo Largo), FORÇA E LUZ DO OESTE (Guarapuava), FORCEL (Coronel Vivida), LUZ E FORÇA SANTA CRUZ (Jacarezinho, Barra do Jacaré e Ribeirão Claro),, CELESC (Rio Negro) e COPEL (demais municípios).

O número de domicílios atendidos é variável, pois depende do consumo de energia elétrica de cada domicilio alvo do Programa. Em média são atendidos mensalmente 180 mil domicílios. O volume de recurso financeiro mensal é de , em torno, R$ 2.000.000,00.

5. DIRETRIZES:

A Secretaria de Estado da Família e do Desenvolvimento Social – SEDS, do Estado do Paraná, pauta suas ações nas seguintes diretrizes, baseadas, na Constituição Federal de 1988, na LOAS e Política Nacional de Assistência Social.

1. Consonância com a primazia da responsabilidade estatal, na formulação e condução da Política Estadual de Assistência Social.
2. Sintonia com a descentralização política – administrativa, cabendo ao Estado a coordenação estadual, o comando único das ações em sua jurisdição, com o respeito às diferenças e características sócio - territoriais locais.
3. Garantia ao controle social e à participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação da Política Estadual de Assistência Social, como no acompanhamento e controle das ações em todos os níveis.
4. Centralidade na família, para a concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos.
5. Co – financiamento dos serviços, programas, projetos e benefícios e o aprimoramento, em âmbito regional e local.

6. OBJETIVOS

6.1 OBJETIVO GERAL:

Orientar as ações e o percurso da Assistência Social, de 2012 a 2015, com vistas ao fortalecimento do Sistema Único da Assistência Social, no Estado do Paraná.

6.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Consolidar o SUAS no Paraná, fortalecendo os municípios na gestão da Política Pública de Assistência Social e na garantia de proteção social às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social;
- Promover articulação intersetorial e apoio técnico às ações e programas, em âmbito estadual;
- Instruir e/ou apoiar a expansão de Unidades de Atendimento, destinadas a Grupos de Proteção Social Básica e Especial, como CRAS e CREAS;
- Co – financiar, junto com o Governo Federal, Centros Especializados de Assistência Social – CREAS, regionalizados para combater as violações de direitos no Estado;
- Fortalecer e qualificar a Política de Assistência Social e o SUAS, contribuindo para o aperfeiçoamento das gestões municipais;
- Dar continuidade a execução do Plano Estadual de capacitação para gestores, conselheiros e trabalhadores do SUAS;
- Incentivar o fortalecimento da Sociedade Civil, tendo em vista o controle social da Política de Assistência Social (Fóruns);
- Realizar diagnóstico sócio – territoriais que possibilitem identificar as dinâmicas sociais, econômicas, políticas e culturais, bem como das situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social;
- Municipalizar os serviços de proteção social básica executados diretamente pelo Estado, assegurando seu co – financiamento;
- Oficializar, coordenar, articular, acompanhar e monitorar a rede socioassistêncial nos âmbitos estadual e regional;
- Apoiar técnica e financeiramente os municípios na implantação e na organização dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistênciais.

8. AÇÕES E ESTRATÉGIAS

O Plano estadual de Assistência Social, prioriza suas ações, nos seguintes eixos estratégicos de atuação: Proteção Social Básica, Proteção Social Especial, Família Paranaense e Aprimoramento da Gestão. Abaixo detalhamento de cada eixo:

EIXO: PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

AÇÕES	ESTRATÉGIAS	METAS	VALORES R$	PERÍODO DE EXECUÇÃO	RESULTADOS ESPERADOS	REFERÊNCIAS
Implantar unidades Centros de Referência de Assistência Social - CRAS	- Definir critérios de co-financiamento; - Repasse de recurso financeiro para construção de Centros de Referência de Assistência Social - CRAS	17 CRAS 35 CRAS	4.724.770,00 900.000,00	2012/2013 2013	- Atender demanda dos 35 municípios que não possui espaço próprio de CRAS; - Garantir as famílias e indivíduos do estado do Paraná o acesso, a convivência, socialização e inserção social.	- Contrato de Gestão – LOA - PPA
Implementar Centros de Referência de	- Definir critérios de elegibilidade; - Ampliar, reformar e	45 CRAS	440.000,00	2013	- Garantir a estrutura Física adequada das unidades de CRAS em	- PPA - LOAS

Assistência Social CRAS.	equipar				conformidade com a Política de Assistência Social e o SUAS	
Monitorar e apoiar tecnicamente os serviços de Proteção Social Básica Tipificados	Assessorar tecnicamente os Escritórios Regionais, gestores municipais de Assistência Social e demais profissionais que atuam na política de assistência social.	-23 escritórios regionais -399 municípios	64.000,00	2012 2013	- Aprimorar e alinhar conteúdos da Política Nacional de Assistência Social em consonância com a Tipificação Proteção Social Básica.	- PEC - LOA - PPA
	Realizar encontros Macroregionais[4]	8 capacitações macro regionais 23 escritórios regionais e 399 municípios	---	2013	- Aprimorar e apoiar os técnicos no acompanhamento, monitoramento e o desenvolvimento das ações com as famílias referenciadas aos CRAS	- PEC - LOA - PPA
	Realizar Seminários Estaduais[5]	3 Seminários Estaduais 23 escritórios regionais 399 municípios	---	2013	- Aprimorar e alinhar conteúdos da Política Nacional de Assistência Social em consonância com a Proteção Social	- LOA - PPA

4 Os recursos dos Encontros Macroregionais estão incorporados na previsão de diárias e passagens, em um total de R$ 300.000,00 para o ano de 2013

5 Recurso incorporado no montante de R$ 1.880.000,00 para a execução de todas as capacitações previstas para o ano de 2013.

					Básica.	
Cofinanciar PAIF	Repasse de recurso financeiro para desenvolvimento e implementação dos serviços socioassistenciais executados pelos municípios.	112 municípios	3.918.508,40 3.937.660,00	2012 2013	- Fortalecimento e aprimoramento do PAIF	- Deliberação CEAS 034/2012 - Contrato de Gestão - PPA - LOA
Monitorar a execução dos convênios vigentes referente ao cofinanciamento estadual de Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, PAIF	Acompanhar as ações desenvolvidas[6];	142 municípios	——	2012 2013	- Acompanhar a efetividade do serviço	Contrato de Gestão
Cofinanciar ações de fortalecimento de vínculos, promoção de direitos e qualificação profissional.	- Definir critérios de co-financiamento; - Repasse de recurso financeiro;	399 municípios elegíveis;	3.859.540,00 (FIA)	2013	- Garantir ao adolescentes o fortalecimentomde vínculos, promoção de direitos e qualificação profissional.	Deiberações do CEDCA

6 Os recursos dos Encontros Macroregionais estão incorporados na previsão de diárias e passagens, em um total de R$ 300.000,00 para o ano de 2013

Co-financiar ações intersetoriais de fortalecimento do protagonismo juvenil	- Definir critérios de co-financiamento; - Repasse de recurso financeiro;	399 municípios elegíveis;	200.000,00 (FIA)	2013	- Fortalecimento de ações que visem o desenvolvimento do protagonismo e a participação dos adolescentes entre 12 a 18 anos.	Deiberações do CEDCA
Co-financiamento de ações de prevenção voltadas a crianças de 0 a 12 anos	- Definir critérios de co-financiamento; - Repasse de recurso financeiro;	399 municípios elegíveis;	400.000,00 (FIA)	2013	- Garantir o fortalecimento da convivência, socialização e inserção social.das crianças prioritárias da faixa etária de 0 a 12 anos;	Deiberações do CEDCA
Assessorar e apoiar tecnicamente Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV	Capacitação Continuada dos Serviços Tipificados da Proteção Social Básica[7] Confecção de material de apoio	23 Escritórios Regionais; 399 Gestores Municipais da Assistência Social;	____	2013	- Aprimorar e apoiar tecnicamente os técnicos para a implementação e execução dos Serviços nos municípios do Estado do Paraná	PEC PPA LOA
Implementar o Programa Centro da Juventude	Web Conferência sobre o Programa Centros da Juventude	21 Escritórios Regionais e 29 Municípios	____	2013	- Assessorar os Escritórios Regionais e municípios que desenvolvem o Programa Centro da	Deliberação 04/2009 – CEDCA/Propost a Pedagógica

7 Recurso incorporado no montante de R$ 1.880.000,00 para a execução de todas as capacitações previstas para o ano de 2013.

	Capacitar os técnicos dos Escritórios Regionais e Municípios do Estado do Paraná[8] Concluir das obras Centros da Juventude	21 Escritórios Regionais e 29 Municípios 14 Centros da Juventude	11.736,70 (FIA) ——— 2.000.000,00 (FIA)	2012 2013 2013	Juventude para o aprimoramento das ações .	
Implantar e ampliar o Programa Adolescentes Paranaenses	Formalizar convênio e efetuar o repasse de recurso financeiro Capacitar profissionais que atuam no Programa Adolescentes Paranaenses.	60 coletivos distribuídos nos municípios selecionados	4.288.400,00 (FIA)	2012/2013	- Formalização de convênio em todos os municípios selecionados - Fortalecimento de ações que visem o desenvolvimento do protagonismo e a participação dos adolescentes entre 12 a 18 anos. - Alinhar conteúdos da metodologia em todos os municípios e ER que atuam no	Deliberações: - 014/12 e 018/12, - Edital 005/12 -

8 Recurso incorporado no montante de R$ 1.880.000,00 para a execução de todas as capacitações previstas para o ano de 2013.

					Programa - Integração entre os profissionais que atuam no Programa	
Benefícios Eventuais	Regulamentar o Repasse Financeiro dos Benefícios Eventuais Co-financiar os Benefícios Eventuais aos Municípios[9]	Regulamentação Publicada 112 municípios		2013	- Regulamentação dos Benéficos Eventuais no Estado, para o Co-fianaciamento.	
Concessão de Kits Emergência	Distribuição aos municípios com ocorrência de famílias atingidas por desastres devido ao excesso de chuvas.	15 municípios	2.800.000,00	2012	- Garantir condições de sobrevivência às famílias afetadas pelas enchentes;	
Acompanhar, monitorar e orientar o Programa BPC na Escola	Acompanhamento, orientação, monitoramento, através do Grupo Gestor Estadual	23 Escritórios Regionais; 399 municípios do Paraná 100% de adesão do Programa		2012 2013	- Aprimorar e apoiar tecnicamente os técnicos para a implementação e execução do Programa nos municípios do Estado do Paraná	- Plano de Ações Articuladas – PAR/MEC.

9 Recurso previsto no co-financiamento do PAIF, de acordo com a proposta de repasse fundo a fundo.

	Capacitação Estadual do Programa BPC na Escola[10]	23 Escritórios Regionais; Municípios que aderiram ao Programa				
Capacitar e mobilizar representantes das regionais da saúde, educação e assistência social.	Realizar seminário Intersetorial	Fomentar a intersetorialidade nos 399 municípios	170.000,00	1º semestre 2013	- Nivelar e ampliar conhecimentos sobre gestão PBF, aprimorando e efetivando o acompanhamento das condicionalidades na sua totalidade	- Pacto de Aprimoramento da Gestão; - Plano de Ação intersetorial - Deliberações da Conferência Estadual de Assistência Social; - Protocolo de Gestão integrada no âmbito do SUAS
Capacitar gestores municipais e técnicos dos ER'S para operacionalização dos sistemas de gestão do	Realizar Oficina de Sistema de Gestão do PBF para identificar e capacitar os gestores no uso dos sistemas de informação.	Instrumentalizar 450 profissionais	170.000,00	2º semestre 2013	- Gestores capacitados para operacionalização dos sistemas e utilização dos indicadores sociais como ferramentas de aprimoramento da	Pacto de Aprimoramento da Gestão - Plano de Ação intersetorial

10 Recurso incorporado no montante de R$ 1.880.000,00 para a execução de todas as capacitações previstas para o ano de 2013.

Programa Bolsa Família					gestão e implementação das políticas sociais.	
Qualificar gestores municipais e técnicos dos ER'S na gestão do PBF	Realizar Capacitação de Gestão do PBF	Capacitar 800 profissionais	170.000,00	2º semestre 2013	- Aprimoramento da gestão do PBF	Pacto de Aprimoramento da Gestão - Plano de Ação intersetorial

EIXO: PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

AÇÕES	ESTRATÉGIAS	METAS	VALORES R$	PERÍODO DE EXECUÇÃO	RESULTADOS ESPERADOS	REFERÊNCIAS
Implantação e Implementação de Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade - PAEFI	- Cofinanciamento do serviço socioassistencial PAEF; - Realizar estudo de abrangência municipal, regional e estadual de demandas de serviços e principais prioridades de cofinancimento para potencializar os	97 Serviços PAEF cofinanciados; 80 Serviços	3.722.400,00 1.000.000,00	2012 2013	Equipamentos e serviços dos CREAS municipais potencializados.	Plano FEAS, Pacto de Aprimoramento de Gestão, PPA – Estado, Plano de Governo, Contrato de Gestão,

	serviços de média complexidade no SUAS; - Elaborar termo de adesão do município com especificações do serviço a ser cofinanciado; - Oportunizar ao longo do processo de cofinanciamento espaços de capacitação, troca de experiências e debate em torno da execução dos programas, projetos, benefícios e serviços municipais com objetivo de qualificar as ações e fortalecer o SUAS no estado do Paraná.	PAEF cofinanciados;				Deliberação da conferência/CEAS
Implantação e Implementação de Serviços de Proteção Social Especial de	- Cofinanciamento do serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto;	53 serviços de medidas socioeducativas em	5.000.000,00 (FIA) 4.000.000,00	2012 2013	Equipamentos e serviços dos CREAS municipais potencializados.	Plano FIA, FEAS, Pacto de Aprimoramento

Média Complexidade – Medidas Socioeducativas em Meio Aberto.	- Realizar estudo de abrangência municipal, regional e estadual de demandas de serviços e principais prioridades de cofinancimento para potencializar os serviços de média complexidade no SUAS; - Elaborar termo de adesão do município com especificações do serviço a ser cofinanciado; - Oportunizar ao longo do processo de cofinanciamento espaços de capacitação, troca de experiências e debate em torno da execução dos programas, projetos, benefícios e serviços municipais com objetivo de qualificar as ações e fortalecer o SUAS no	meio aberto	(FIA)			de Gestão, PPA – Estado, Plano de Governo, Contrato de Gestão, Deliberação da conferência/CEAS

	estado do Paraná.					
Implantação e Implementação de Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade – Centro Dia;	- Cofinanciamento de Serviços Centro-Dia para pessoas com deficiência; - Oportunizar ao longo do processo de cofinanciamento espaços de capacitação, troca de experiências e debate em torno da execução dos programas, projetos, benefícios e serviços municipais com objetivo de qualificar as ações e fortalecer o SUAS no estado do Paraná.	Manter 1 equipamento .	320.000,00	2013	- Implementação de novo modelo de atendimento à pessoa com deficiência, na Proteção Social Especial de Média Complexidade. -Prevenção da institucionalização de pessoas com deficiência	Plano FEAS, Pacto de Aprimoramento de Gestão, PPA – Estado, Plano de Governo, Contrato de Gestão, Deliberação da conferência/CEAS
Implantar unidades Centros de Referência Especializados de Assistência Social - CREAS	- Co-financiamento para construção de CREAS; - Realizar estudo de abrangência municipal, regional e estadual de demandas de serviços e principais prioridades	2 CREAS	2.359.200,00	2013	Estruturas físicas adequadas que contribuam, para qualificação dos serviços prestados em CREAS	Plano FEAS, Pacto de Aprimoramento de Gestão, PPA – Estado, Plano de Governo, Contrato de

	de cofinancimento para potencializar os serviços de média complexidade no SUAS; - Repasse de recursos aos municípios, assessoria na implantação das ações previstas e acompanhamento e monitoramento dos programas implantados; - Oportunizar ao longo do processo de cofinanciamento espaços de capacitação, troca de experiências e debate em torno da execução dos programas municipais com objetivo de qualificar as ações e fortalecer o SUAS no estado do Paraná.					Gestão, Deliberação da conferência/CEAS
Implantação de	- Realizar estudo de	2 serviços	366.000,00	2013	Cobertura de atendimento	Plano FEAS,

serviços regionalizados – CREAS	abrangência municipal, regional e estadual da rede de proteção social especial de média complexidade e de indicadores que retratem mapeamento de situações de violações de direitos elencando regiões prioritárias para estabelecimento de serviços regionalizados de CREAS. - Planejar implantação de serviços regionalizados que atendam a especificidade de cada território com modelo de gestão compartilhada com municípios prioritários; - Implantar, acompanhar, monitorar e avaliar os serviços; - Oportunizar espaços de capacitação, troca	regionalizados			em média complexidade para Municípios de pequeno porte I e II que tenham demanda para atendimento de situações de violação de direitos	Pacto de Aprimoramento de Gestão, PPA – Estado, Plano de Governo, Contrato de Gestão, Deliberação da conferência/CEAS

	de experiências e debate em torno da execução dos programas, projetos, benefícios e serviços regionais com objetivo de qualificar as ações e fortalecer o SUAS no estado do Paraná.					
Co-financiar serviço de acolhimento transitório para população em situação de rua.	- Realizar estudo de abrangência municipal, regional e estadual de demandas de serviços e principais prioridades de cofinancimento para potencializar os serviços dealta complexidade no SUAS; - Repasse de recursos aos municípios, assessoria na implantação das ações previstas e acompanhamento e monitoramento dos	Manter 7 Municípios de Centro POP	612.500,00	2013	- Atendimento qualificado à população em situação de rua, com serviço de acolhimento temporário, intervenções técnicas e encaminhamentos para demais serviços da rede. - Pessoas em situação de rua com novos projetos de vida e acompanhados em processos de reinserção social	Plano FEAS, Pacto de Aprimoramento de Gestão, PPA – Estado, Plano de Governo, Contrato de Gestão, Deliberação da conferência/CEAS

	programas implantados. - Oportunizar ao longo do processo de cofinanciamento espaços de capacitação, troca de experiências e debate em torno da execução dos programas municipais com objetivo de qualificar as ações e fortalecer o SUAS no estado do Paraná.					
Co-financiar serviço de acolhimento transitório para mulheres vítimas de violências.	- Realizar estudo de abrangência municipal, regional e estadual de demandas de serviços e principais prioridades de cofinancimento para potencializar os serviços dealta complexidade no SUAS; - Repasse de recursos aos municípios, assessoria na	Manter 5 Unidades para Mulheres Vítimas de Violências	612.500,00	2013	- Atendimento qualificado à mulheres vítimas de violência com serviço de acolhimento temporário, intervenções técnicas e encaminhamentos para demais serviços da rede. - Mulheres vítimas de violência com novos projetos de vida e acompanhadas para sua efetivação	Plano FEAS, Pacto de Aprimoramento de Gestão, PPA – Estado, Plano de Governo, Contrato de Gestão, Deliberação da conferência/CEAS

	implantação das ações previstas e acompanhamento e monitoramento dos programas implantados. - Oportunizar ao longo do processo de cofinanciamento espaços de capacitação, troca de experiências e debate em torno da execução dos programas municipais com objetivo de qualificar as ações e fortalecer o SUAS no estado do Paraná.					
Co-financiar serviços de acolhimento institucional para crianças e	- Repasse de recursos aos municípios, assessoria na implantação das ações previstas e acompanhamento e monitoramento dos	**Manutenção de 182** Manutenção de 200 Unidades de	10.400.000,00 (FIA)	**2012** 2013	Atendimento qualificado nas instituições de acolhimento públicas e privadas do estado do Paraná	Plano FIA, Pacto de Aprimoramento de Gestão, PPA – Estado, Plano de Governo, Contrato de Gestão, Deliberação da conferência/CE

adolescentes – Programa Crescer.	programas implantados. – Oportunizar ao longo do processo de cofinanciamento espaços de capacitação, troca de experiências e debate em torno da execução dos programas municipais e da rede socioassistencial com objetivo de qualificar as ações e fortalecer o SUAS no estado do Paraná. – Promover ações estratégicas de âmbito Estadual para fortalecer a convivência familiar e comunitária;	Acolhimento	4.200.000,00 (FIA) 400.000,00 (FIA)			AS
Co-financiar Serviço de Residencia Inclusiva	- Acompanhar o processo de expansão deste serviço e	Manter 3 e ampliar 5 = Total 8	240.000,00		-Reordenamento das grandes ILPI's e descentralização do	Plano FEAS, Pacto de Aprimoramento

	cofinanciar os projetos aprovados; - Repasse de recursos aos municípios, assessoria na implantação das ações previstas e acompanhamento e monitoramento dos programas, projetos, benefícios e serviços implantados. - Oportunizar ao longo do processo de cofinanciamento espaços de capacitação, troca de experiências e debate em torno da execução dos programas municipais com objetivo de qualificar as ações e fortalecer o SUAS no estado do Paraná.	Residencias Inclusivas		2012 2013	serviço; -Atendimento para todos os tipos de deficiências	de Gestão, PPA – Estado, Plano de Governo, Contrato de Gestão, Deliberação da conferência/CEAS
	- Identificar demandas	- 65 vagas	5.176.780,00	**2012**	Qualidade de vida para	Plano FEAS,

Ofertar e qualificar o Serviço de Acolhimento Institucional para pessoas em situação de risco pessoal sem vínculos familiares	de acolhimento institucional no âmbito regional e estadual e mapeamento de rede que atende esta demanda. - Planejar e implantar protocolo de referência estadual para acolhimento institucional com diretrizes para intervenção e encaminhamentos com objetivo de previnir a institucionalização. - Oportunizar espaços de capacitação, troca de experiências e debate em torno da execução dos programas municipais e da rede socioassistencial regional e estadual com objetivo de qualificar as ações na proteção social especial de alta	para idosos em situação de risco pessoais sem vínculos familiares; 249 vagas para pessoas com deficiência	2.588.390,00	2013 **2012** 2013	pessoas em situação de risco pessoal sem vínculos familiares. processo de reinserção familiar e/ou comunitária;	Pacto de Aprimoramento de Gestão, PPA – Estado, Plano de Governo, Contrato de Gestão, Deliberação da conferência/CEAS

	complexidade e fortalecer o SUAS no estado do Paraná. - Prover vagas e assessorar a implantação das ações previstas, realizando acompanhamento e monitoramento dos programas de acolhimento institucional.					
Implementar Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências:	- Identificar via oficialização da Defesa Civil Estadual demandas de municípios que encontram-se em situação de calamidade pública ou emergência por fenômenos climáticos; -Realizar apoio às famílias em situação de risco através de	100% da demanda	570.000,00	2013	Atendimento de municípios comprovadamente atingidos por calamidades públicas e em situação de emergência	Plano FEAS, Pacto de Aprimoramento de Gestão, PPA – Estado, Plano de Governo, Contrato de Gestão, Deliberação da conferência/CEAS

	repasse de recursos materiais, humanos e financeiros para garantia e restabelecimento de direitos. - Assessorar, acompanhar e monitorar nos municípios a oferta de serviços socioassistenciais que contribuam para o enfrentamento da situação de calamidade pública e de emergência					
Aprimorar e disponibilizar vagas no Serviço de Integração ao mundo do trabalho para adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas –	- Disponibilização de vagas de emprego para adolescentes atendidos em CREAS municipais: - Realizar estudo da rede descentralizada de órgãos estaduais e sensibilizá-los para	400 vagas	360.000,00 (FIA)	2013	- Reinserção soial de adolesentes e cumprimento de medidas socioeducativas; - Prevenção à reincidência em ato infracional.	Plano FEAS e FIA, Pacto de Aprimoramento de Gestão, PPA – Estado, Plano de Governo, Contrato de Gestão, Deliberação da

Programa Aprendiz	adesão ao programa ofertando vagas em suas unidades. - Criar diretrizes estaduais para implementação de parcerias com municípios na execução do Programa. - Estabelecer parcerias com municípios para operacionalizar o Programa e utilizar postos de trabalho em órgãos estaduais. - Implantar, acompanhar, monitorar e avaliar o Programa de acordo com as diretrizes do Programa e parcerias municipais firmadas. - Oportunizar espaços de capacitação, troca de experiências e debate em torno da execução das ações com objetivo de					conferência/CEAS, Plano Estadual de Capacitação

	qualificá-las.					
Realizar capacitação de profissionais da Proteção Social Especial de Média e de Alta Complexidade[11].	- Planejar e executar capacitações alinhadas ao Plano Estadual de Capacitação e linhas de ação do Programa CapacitaSUAS; -Prever como público-alvo da capacitação profissionais do SUAS e atores do SGD no estado do Paraná tanto dos serviços e equipamentos públicos municipais e estaduais como da rede socioassistencial referenciada.	**1.200 profissionais** 2.000 profissionais		**2012** 2013	Qualificação dos serviços oferecidos na área da Proteção Social Especial	Plano FEAS, Pacto de Aprimoramento de Gestão, PPA – Estado, Plano de Governo, Contrato de Gestão, Deliberação da conferência/CEAS, Plano Estadual de Capacitação

EIXO: FAMÍLIA PARANAENSE

11 Recurso incorporado no montante de R$ 1.880.000,00 para a execução de todas as capacitações previstas para o ano de 2013.

AÇÕES	ESTRATÉGIAS	METAS	VALORES R$	PERÍODO DE EXECUÇÃO	RESULTADOS ESPERADOS	REFERÊNCIAS
Fomentar, coordenar, articular e monitorar ações intersetoriais voltadas às famílias em situação de maior vulnerabilidade social,identificadas pelo índice de vulnerabilidade social do paraná em municípios prioritários;	- Coordenar a unidade gestora estadual do programa; - Implementar diretrizes para o fortalecimento das demais instâncias que compõem o arranjo institucional intersetorial: comitês regionais, municipais e locais; - Selecionar municípios prioritários e pactuar com os mesmos da adesão ao programa; - Incluir gradativamente famílias-alvo no programa; - Pactuar intersetorialmente com as demais secretarias, contratualizando as metas,	**2012:** **5 mil famílias** **1 unidade gestora estadual,** **23 comitês regionais,** 2013: acompanhar 130 municípios; 1 unidade gestora estadual, 23 comitês regionais, 130 comitês locais e 130 comitês municipais; **30 mil famílias**		2012 2013	estabelecimento de redes intersetoriais integradas, com foco na atenção e oferta de serviços pactuados para as famílias com maior vulnerabilidade social;	-PPA -Plano de Governo -Família Curitibana -Chile Solidário -Material produzido para o IVF PR; -Cartilha do programa; - Decretos governamentais que instituem as unidades intersetoriais no âmbito do estado.

	prazos e os responsáveis pelas ações e serviços do programa família paranaense no **contrato de gestão** **-Implantar o Sistema de Acompanhamento Familiar ;**	**1 sistema implantado;**		2012		
Capacitar e Assessorar técnicos dos Escritórios Regionais e das demais Secretarias Estaduais envolvidas, técnicos dos municípios.	**- Realizar Web-Conferência;** **- Realizar reuniões regionais;** **- Realizar Macro-regionais;** **- Realizar Seminários;**	**2** **23** **3** **2**	84.697,75	**2012**	**- Apresentação da metodologia do Programa, bem como aprofundar e alinhar conceitos , fluxos e procedimentos necessários.**	

Mobilizar, pactuar, orientar, capacitar, assessorar tecnicamente e cofinanciar serviços nos municípios prioritários, para a implementação qualificada da metodologia intersetorial do Programa Família Paranaense.	Contratar consultoria especializada em acompanhamento familiar;	1 consultoria[12]	186.186,92	2013		
	Elaborar e confeccionar materiais pedagógicos e de orientação para acompanhamento das famílias;	1 protocolo de gestão e 1 kit pedagógico por família;	91.340,00	2013		
	Definir, elaborar e implementar instrumentos de gestão e de acompanhamento familiar;	2 instrumentos: acompanahmento familiar e planejamento intersetorial do município	34.670,00	2013		
	Realizar reuniões com os comitês regionais e municipais	23 reuniões;		2013		
	Realizar reuniões descentralizadas para capacitação e trocas de experiências e saberes;	5 capacitações macro regionais, de acordo com a	60.000,00	2013		

12 Recurso previsto para contratação de consultorias para a Política de Assistência Social

		disponibilidade orçamentária do estado.				
	Repassar recursos por meio de convênio ou de transferência automática fundo a fundo, do incentivo família paranaense		739.600,00	2013		
	Elaboração e implementação do plano de capacitação do Prgrama Família Paranaense	Plano de capacitação construído;		2013		
	Implantar e implementar, junto aos municípios, o AFAI – Projeto de Atenção às Famílias dos Adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação	Realização de convênios com os municípios elegíveis, para fomenatar a adesão e implementação do AFAI	10.032.790 ,00 (FIA)	2013		

Realizar, monitorar e acompanhar as ações dos indicadores do programa	Monitorar e avaliar os indicadores intersetoriais de acompanhamento familiar; Divulgar as ações e resultados obtidos com o programa; implantar e implementar o sistema de acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações e serviços da gestão intersetorial;	relatório anual de avaliação do programa Transparência na execução do programa; Sistema implantado	250.000,00	2012/2013 2013 2013	Acompanhar o desempenho intersetorial do programa	IVF PR Cadúnico
Articular a implementação da transferência de renda complementar estadual às famílias em extrema pobreza	Contratação de instituição financeira para operacionalização da transferência mensal às famílias; Definir estratégias para expansão gradativa do número de famílias beneficiadas;	Transferência de renda as famílias Famílias	13.000.000,00	2013 2013	Superação da extrema pobreza no paraná	IPARDES Cadúnico

		beneficiadas				

EIXO: APRIMORAMENTO DA GESTÃO

AÇÕES	ESTRATÉGIAS	METAS	VALORES R$	PERÍODO DE EXECUÇÃO	RESULTADOS ESPERADOS	REFERÊNCIAS
Aprimorar a estrutura do órgão gestor estadual;	Estruturação de recursos humanos, espaços físico e equipamentos materiais;. 6. 7.	Adequação nos 23 Escritórios Regionais e Órgão Gestor;	Recurso do Tesouro Estadual	2012 2013	-Fortalecimento do processo de apoio técnico junto aos municípios através de uma estrutura regionalizada (território); - Condições de trabalho quanto à estrutura física, recursos materiais e	Pacto de Aprimoramento Balanço crítico da conferência; Lei federal n. 10.098/00

					tecnológicos.	
Aprimorar o Plano Estadual de Assistência Social, com os desdobramentos regionais;	- Realizar encontros com as equipes dos escritórios regionais;[13] - Realizar análise da realidade dos municípios a partir dos Planos Municipais de Assistência Social;	23 Escritórios Regionais	——	2012-2013	Aprimoramento da gestão da SEDS considerando a assertividade da assessoria e apoio técnico prestado amos municípios; Fortalecimento da estrutura descentralizada.	Pacto de Aprimoramento
Aprimorar sistemática de acompanhamento e apoio técnico aos Escritórios Regionais nos processos de trabalha da Política de Assistência Social	- Realizar reuniões na sede, "in loco" e macro-regionais nas regionais[14]; - Destinar vagas nas capacitações para técnicos dos Escritórios Regionais;	12 reuniões na sede; 23 reuniões "in loco"; 10 reuniões Macro-regionais;	——	2012 2013		

13 Os recursos da estratégia está incorporados na previsão de diárias e passagens, em um total de R$ 300.000,00 para o ano de 2013;

14 Os recursos da estratégia está incorporados na previsão de diárias e passagens, em um total de R$ 300.000,00 para o ano de 2013;

	- Realizar Capacitações específicas para a equipe dos Escritórios Regionais;	4 capacitações;				
Aprimorar sistemática de assessoramento e apoio técnico e de monitoramento aos Municípios na implantação de seus Sistemas Municipais de Assistência Social.	-Elaborar e implementar o Protocolo de Assessoramento, Apoio Técnico e Monitoramento aos municípios, como subsídio para o trabalho dos escritórios regionais; -Produzir e publicar materiais de apoio técnico; - Acompanhar as metas de desenvolvimento municipais, planos de providência e Planos de Apoio; - Realizar visitas “in loco”. - Realizar reuniões regionais mensais com os municípios;	Fortalecer o SUAS nos 399 municípios; Atingir 100% dos Municípios com assessoria qualificada;	198.840,00	2012 2013	- Adaptação gradativa aos padrões normativos estabelecidos pelo SUAS; - Parâmetros para prestação dos serviços Tipificados.	Pacto de Aprimoramento
Assessoria aos	- Disponibilizar	23 E.Rs		2012	Aprimorar a	Pacto de

municípios na elaboração dos instrumentos de gestão	instrumentos de gestão aos municípios; - Elaborar material de apoio; - Realizar capacitação;	399 municípios	___	2013	gestão municipal do SUAS;	Aprimoramento
Realização de Capacitações permanentes para trabalhadores municipais, estaduais e conselheiros da Assistência Social, de acordo com o Plano Estadual de Capacitação[15]	- Realizar capacitação do Controle Social no SUAS; - Realizar Capacitação dos Desafios Contemporâneos do SUAS; - Realizar Capacitação da Política de Assistência Social e a Gestão do SUAS; - Realização de Web-	- 1.800 participantes, entre conselheiros e técnicos estaduais; 110 técnicos do Estado; 1.700 participantes, entre técnicos municipais e estaduais.	____	2012 2012 2012	- Qualificação dos serviços, programas, projetos e benefícios ofertados a população usuária da política de assistência social; - Fortalecimento da capacidade de gestão do governo estadual e municipais; - Fortalecimento do papel deliberativo,	PEC

15 Recurso incorporado no montante de R$ 1.880.000,00 para a execução de todas as capacitações previstas para o ano de 2013.

	Conferência sobre a elaboração do Plano Municipal de Assistência Social; - Realizar Capacitação dos Desafios Contemporâneos da Gestão da Informação, Monitoramento, Avaliação e Vigilância Socialdo SUAS; - Realizar Capacitação dos Desafios Contemporâneos da Gestão Financeira do SUAS; - Realizar capacitação Desafios Contemporâneos sobre o Exercício do Controle Social.	2 Web-Conferência; 1.120 participantes; 1.217 participantes 1.596 participantes		2012 2013 2013 2013	fiscalizador dos Conselhos Municipais e Estadual de Assistência Social.	
Implantar e implementar o Plano Estadual de	• Criar Sistema de Informações, Monitoramento e Avaliação	399 Municípios 23 Escritórios	147.710,00	2013	Aprimoramento da gestão estadual e municipal;	Contrato de Gestão 2012

informação, monitoramento e avaliação da gestão do SUAS	que possibilite a organização e disponibilidade das informações, bem como o monitoramento e avaliação; • Produzir manual de utilização do Sistema Estadual de Informações, Monitoramento e Avaliação do SUAS; • Estruturar processo de vigilância social;	Regionais			Ampliar a qualificação da ação do Estado junto aos municípios;Sistemas de informação, monitoramento e avaliação da Politica de Assistência Social - Aumento da qualidade do monitoramento e avaliação junto aos municípios; - Sistema de informação implementado.	
Realizar diagnostico das situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social e sócio-territorial.	Estabelecer parceria com instituições de pesquisa e demais órgãos voltados a este campo (fóruns, universidades); - realizar encontros com as equipes dos escritórios regionais; 11. realizar análise da	23 diagnósticos regionais	136.350,00	2013	-assertividade na identificação e implementação dos serviços sócio assistenciais de caráter regional. - subsidiar o	Pacto de Aprimoramento

	realidade dos municípios a partir dos Planos Municipais de Assistência Social; 12. desenvolver estudos técnicos sobre a gestão e execução da política de assistência social;				aprimoramento do PEAS;	
Apoio técnico e financeiro ao pleno funcionamento do Conselho Estadual e da Comissão Intergestores Bipartite	- Estruturar a secretaria executiva do CEAS e CIB com profissional de nível superior e equipe de referência; - Disponibilizar servidores da SEDS para dar suporte técnico ao CEAS e CIB; - Disponibilizar as informações sobre a execução e gestão da política de assistência social em meios de comunicação acessível aos conselheiros; - Garantir a realização de reuniões periódicas previstas regimentalmente;	1 Conselho 1 CIB;	——	2012 2013	Fortalecimento e efetivação do controle social.	Pacto de Aprimoramento
Capacitar e	Realizar seminário	Fomentar a		1º semestre 2013	- Nivelar e ampliar	- Pacto de

mobilizar representantes das regionais da saúde, educação e assistência social.	Intersetorial	intersetorialidade nos 399 municípios	510.000,00		conhecimentos sobre Cadastro Único.	Aprimoramento da Gestão; - Plano de Ação intersetorial - Deliberações da Conferência Estadual de Assistência Social; - Protocolo de Gestão integrada no âmbito do SUAS
Habilitar instrutores para capacitar entrevistadores do Cadastro Único nos municípios.	Realizar Capacitação de Instrutores do Cadastro Único	Capacitar 75 instrutores para preenchimento o formulário do Cadastro único Capacitar 800 instrutores		1º semestre 2013	Habilitar os entrevistadores dos 399 municípios	- Pacto de Aprimoramento da Gestão - Plano de Ação intersetorial

		para preenchimento formulário do Cadastro único				
Qualificar gestores municipais e técnicos dos ER'S na gestão do Cadastro Único	Realizar Capacitação de Gestão do Cadastro Único	Capacitar 800 profissionais		2º semestre 2013	Aprimoramento da gestão do Cadastro Único	Pacto de Aprimoramento da Gestão - Plano de Ação intersetorial
Apoiar os municípios na ação de busca ativa	Identificar o envolvimento e ações desenvolvidas pelos gestores e parceiros no processo de busca ativa de famílias com perfil Cadastro	Estabelecer 100% de efetividade das parcerias no processo de busca ativa		2º semestre 2013	Atingir famílias apontadas pelo Censo com perfil Cadastro Único não identificadas na base Cadastro Único	Pacto de aprimoramento da gestão Plano de Ação intersetorial
Capacitação aos conselheiros estaduais sobre o exercício de controle social, financiamento, planejamento e fiscalização das	– Planejar e executar ações de capacitação para instrumentalizar os conselheiros no exercício de seu papel. – - Mobilização dos conselheiros estaduais; – - Elaborar projeto	- 30 conselheiros estaduais,		Março de 2013	- Favorecer a proximidade entre CEAS e CMAS. -Ampliação do entendimento das atribuições e competências dos conselheiros	- Agenda Temática do CNAS.

ações junto à rede socioassistencial.	técnico de capacitação;				frente às normativas vigentes. -Aumento da compreensão dos conselheiros sobre a implementação da Resolução CNAS nº016/2010.	
Conferências Regionais de Assistência Social.	- Mobilizar os escritórios regionais para a organização do evento. - Elaborar o Projeto Técnico; - Elaborar as orientações aos escritórios regionais.	Realização de 23 Conferências Regionais;		- Agosto de 2013.	- Deliberar as propostas de âmbito regional para a Conferência Estadual. - eleger os delegados para a Conferência Estadual e Nacional. - eleger os representantes da sociedade civil para o próximo biênio do CEAS. - Relatório Final	-Lei de criação e Regimento Interno do CEAS. -NOB/SUAS. -LOAS.

					das Conferências Regionais.	
Conferência Estadual de Assistência Social	- Mobilizar os municípios e regiões para a Conferência Estadual de Assistência Social. - elaborar o Projeto Técnico - Elaborar os procedimentos operacionais e técnicos;	Realização de 1 Conferência Estadual de Assistência Social.		- Setembro ou Outubro de 2013.	- Referendar os delegados para a Conferência Nacional. - Referendar dos conselheiros do CEAS para o próximo biênio do CEAS. - Deliberar as diretrizes da política estadual para os próximos dois anos. - Elaborar de Relatório Final da X Conferência Estadual de Assistência Social. - Encaminhar das propostas deliberadas na Conferência para o Conselho Nacional de	- Lei de Criação do CEAS. - Regimento Interno do CEAS. - Convocação do Conselho Nacional de Assistência Social. - NOB/SUAS. - LOAS

					Assistência Social.	
Reunião ampliada e descentralizada do CEAS/PR.	- Elaborar projeto técnico; 2. Mobilização dos municípios e regiões para a participação. 3. - Estimular a participação da sociedade civil em fóruns; - Fomentar a organização de fóruns regionalizados e dos trabalhadores;	- Realização de 1 reunião ampliada; - Realização de 3 oficinas durante a reunião ampliada;		- Abril de 2013.	- Divulgar o trabalho do CEAS, suas metas, conselheiros . - Fortalecer os CMAS e FOREAS. - Apresentar ações do CEAS e CMAS selecionado para apresentação de avanços e desafios. - Garantia na participação de usuários locais. - Mobilizar a participação dos usuários. - Divulgação das orientações sobre as Conferências Municipais e Regionais. - Discussão da última NOB/SUAS.	- Deliberações do CEAS. - Plano Estadual da AS 2012-2013

9. MECANISMOS E FONTES DE FINANCIAMENTO

Tabela 25 – PLANO PLURIANUAL DO ESTADO - PPA 2012-2015 – PREVISÃO DE RECURSOS		
Recursos	Valor 2012 (R$ 1,00)	Valor 2013 – 2015 (R$ 1,00)
Orçamento Fiscal e Próprio da Administração Indireta	268803590	951434,1
Tesouro	244508,59	865441,61
Outras Fontes	24295	85992,50
Valor Global	1.220,237,693	
FONTE: PLANO PLURIANUAL DO ESTADO DO PARANÁ 2012/2015		

Teto Orçamentário 2013- R$ 336.181.350,00

SEDS	PESSOAL	CUSTEIO	INVESTIMENTO	TOTAL	PROPOR-ÇÃO 1	PROPORÇÃO 2
FONTE 100 - RP	106.308.630,00	-		106.308.630,00	56%	32%
FONTE 100 - RP		10.183.600,00		10.183.600,00	5%	3%
FONTE 143 - BID	-	3.898.600,00	5.304.300,00	9.202.900,00	5%	3%
FONTE 142 - RETORNO OC	-	10.000.000,00	500.000,00	10.500.000,00	6%	3%
FONTE 107 - CONVÊNIOS	-	11.370.400,00	4.368.000,00	15.738.400,00	8%	5%
FONTE 109 - RP	-	22.299.710,00		22.299.710,00	12%	7%
FONTE 148 - LUZ FRATER-NA	-	15.736.000,00		15.736.000,00	8%	5%
TOTAL	**106.308.630,00**	**73.488.310,00**	**10.172.300,00**	**189.969.240,00**	**100%**	**57%**
FEAS	**PESSOAL**	**CUSTEIO**	**INVESTIMENTO**	**TOTAL**	**PROPOR-ÇÃO 1**	**PROPORÇÃO 2**
FONTE 142 - RETORNO OC	-	4.000.000,00	-	4.000.000,00	13%	1%
FONTE 100 - RP	-	13.000.000,00	-	13.000.000,00	41%	4%
FONTE 148 - RP	-		5.000.000,00	5.000.000,00	16%	1%
FONTE 250 - DOAÇÕES	-	60.000,00		60.000,00	0%	0%
FONTE 257 - RP	-	3.969.000,00	2.646.000,00	6.615.000,00	21%	2%
FONTE 281 - RECURSOS FEDERAIS	-	2.320.000,00	580.000,00	2.900.000,00	9%	1%

TOTAL	**-**	**23.349.000,00**	**8.226.000,00**	**31.575.000,00**	**100%**	**9%**
TOTAL GERAL	**106.308.630,00**	**184.660.015,07**	**45.212.704,93**	**336.181.350,00**		**100 %**
PROPORÇÃO 1 = Valor total da Fonte : Valor total do Projeto						
PROPORÇÃO 2 = Valor total da Fonte : Valor total do Orçamento						3656 740

PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA 2013			
SEDS	**VALOR**	**PROPORÇÃO 1**	**PROPORÇÃO 2**
FOLHA DE PAGAMENTO	106.308.630,00	56%	32%
CUSTEIO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS	42.983.310,00	23%	13%
BID	9.202.900,00	5%	3%
CONVÊNIOS	15.738.400,00	8%	5%
LUZ FRATERNA	15.736.000,00	8%	5%
TOTAL	**189.969.240,00**	**100%**	**57%**
FEAS	**VALOR**	**PROPORÇÃO 1**	**PROPORÇÃO 2**
FONTE 142 - RETORNO OC	4.000.000,00	13%	1%
FONTE 100 - RP	13.000.000,00	41%	4%
FONTE 148 - RP	5.000.000,00	16%	1%
FONTE 250 - DOAÇÕES	60.000,00	0%	0%
FONTE 257 - RP	6.615.000,00	21%	2%
FONTE 281 - RECURSOS FEDE-RAIS	2.900.000,00	9%	1%
TOTAL	**31.575.000,00**	**100%**	**9%**
TOTAL GERAL	**336.181.350,00**		**100%**
PROPORÇÃO 1 = Valor total da Fonte : Valor total do Projeto			
PROPORÇÃO 2 = Valor total da Fonte : Valor total do Orçamento			

TABELA 28 – PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA 2013 – ASSISTÊNCIA SOCIAL			
SEDS	TOTAL	ASSISTÊNCIA SOCIAL	PROPORÇÃO DO ORÇAMENTO TOTAL DA SECRETÁRIA
FOLHA DE PAGAMENTO	106.308.630,00	27.988.630,00	26%
CUSTEIO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS	42.983.310,00	12.500.094,00	29%

TOTAL	149.291.940,00	40.488.724,00	55&

10. SISTEMÁTICA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO:

O processo de avaliação e monitoramento é a base para estabelecer um modo de acompanhar e melhorar a qualidade das ações executadas, facilitar o controle social e propor estratégias de ações de melhoria e avanços no Plano Estadual.

Desta forma, a SEDS produzirá relatórios quadrimestrais que serão submetidos à aprovação do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS., como procedimento de garantir o monitoramento e consequentemente a avaliação das ações propostas, executadas e em andamento.

O referido relatório deverá conter as ações executadas e as em andamento, as metas atingidas e os recursos gastos, bem como a indicação se atingiu os resultados esperados.

11. REFERÊNCIAS

IPARDES. Mapa da pobreza no Paraná. Curitiba : Secretaria de Estado da Criança e Assuntos de Família, 1997. 231p.

_____ . Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDH-M 2000 : anotações sobre o desempenho do Paraná. Curitiba : IPARDES, 2003. 41p.

_____ . Os Vários Paranás : identificação de espacialidades socioeconômico-institucionais como subsidio a politicas de desenvolvimento regional. Curitiba : IPARDES, 2006. 90p.

_____ . Índice de Vulnerabilidade das Famílias Paranaenses: Mensuração a partir do cadastro único. No prelo. 2012a.

_____ . Nota Técnica: Estimativa de famílias em extrema pobreza e recursos necessários para superação dessa condição no Estado do Paraná. (versão 6). Documento interno. 2012b.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME - MDS, Secretaria Nacional de Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004, Norma Operacional Básica - NOB/SUAS. Brasília: 2005, Reimpresso em 2010.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME - MDS, Secretaria Nacional de Assistência Social. Política Nacional de Capacitação do SUAS - PNC/SUAS. Versão Preliminar. Brasília, 2011.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME - MDS, Secretaria Nacional de Assistência Social. Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS, NOB-RH/SUAS. Brasília: 2007, Reimpresso em 2011.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME - MDS,

Secretaria Nacional de Assistência Social . Censo SUAS 2010. Brasília: 2010.

NAZARENO, Louise Ronconi de e SOUZA, Leonildo Pereira. A Insuficiência de renda nos

domicílios paranaenses, in Comunicados para o Planejamento, n°11, maio/2011, Curitiba: IPARDES, 2011, 12p.